



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Acesse em: <https://stc.e-ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 7187d2e3-2nd7-4a74-8d45-991b7e779877

Ofício GP nº 70/2023

Petrolina, 28 de março de 2023.

Ao
Tribunal de Contas
Departamento de Controle Municipal
Inspetoria Regional de Petrolina
Petrolina-PE

Assunto: Encaminha Prestação de Contas 2022.

O MUNICÍPIO DE PETROLINA, representado pelo Sr. Prefeito Municipal, vem encaminhar prestação de contas exercício 2022 de Gestão, conforme item I, Anexo II da Resolução TC nº 189 de 14 de dezembro de 2022.

Atenciosamente,

SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Prefeito Municipal



ITEM 03 ANEXO II – RESOLUÇÃO TC 189/2022

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao item 3 (três) da resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, declaramos para os devidos fins que o Fundo Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Meio Ambiente, Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios, bem como a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte são consolidados nos demonstrativos presentes na Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Petrolina.

Petrolina, 28 de março de 2023.

SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Prefeito

Prefeitura Municipal de Petrolina
Estado de Pernambuco



PETROLINA
PREFEITURA



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Assinatura em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: a1f312d0-f01d-4fcb-bb78-1161fa2efed0

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada

BOI
2022

Publicado em março de 2023



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: a1f312d0-f01d-4fcb-bb78-1161fa2efed0

BOI
2022

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade

Publicado em março de 2023



APRESENTAÇÃO

O Balanço Orçamentário Individual (BOI), foi elaborado em conformidade com o Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 438/2012, e orientações determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional através da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os fenômenos de natureza orçamentária que deram suporte a elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), com especial inferência da NBC TSP nº 11 e 13, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade alinhados ao padrão internacional definido pelo *International Federation of Accountants (IFAC)*.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Orçamentário Individual, apresenta comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com o objetivo de aferir o resultado da execução orçamentária durante o exercício. Esse e outros dados são evidenciados neste balanço, como por exemplo, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE PE.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O balanço orçamentário apresenta como resultado da execução orçamentária (receita arrecadada menos a despesa empenhada) o valor de R\$ 247.302.489,46 (superavitário). É importante destacar que esta entidade tem composição orçamentária superavitária, realizando transferências financeiras ao Poder Legislativo, Fundos Municipais, Autarquias e Agências. Desta forma, se incorporarmos nas despesas orçamentárias empenhadas o valor de R\$ 229.487.249,20, decorrentes das transferências financeiras concedidas, temos um resultado da execução orçamentária de R\$ 17.815.240,26 superavitária.

A seguir será apresentado o balanço orçamentário na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Prefeito

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: a1f312d0-f01d-4fcb-bb78-1161fa2efed0

BOI
2022

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
PERNAMBUCO
10.358.190/0001-77
ANEXO XII - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://cete.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: a1f312d0-f01d-4fcb-bb78-1161fa2efed0

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I) (Nota 1)	569.580.000,00	597.944.110,54	583.253.678,09	(14.690.432,45)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	210.024.000,00	218.052.000,00	225.534.227,51	7.482.227,51
Contribuições	38.476.000,00	38.476.000,00	33.828.386,99	(4.647.613,01)
Receita Patrimonial	12.810.000,00	12.810.000,00	17.735.307,45	4.925.307,45
Receita Agropecuária				
Receita Industrial	600.000,00	600.000,00		(600.000,00)
Receita de Serviços	21.000,00	21.000,00		(21.000,00)
Transferências Correntes	303.947.000,00	324.283.110,54	301.116.516,65	(23.166.593,89)
Outras Receitas Correntes	3.702.000,00	3.702.000,00	5.039.239,49	1.337.239,49
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	96.107.000,00	96.107.000,00	31.722.537,13	(64.384.462,87)
Operações de Crédito	26.000.000,00	26.000.000,00	2.183.235,06	(23.816.764,94)
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	70.107.000,00	70.107.000,00	29.539.302,07	(40.567.697,93)
Outras Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) (Nota 3)	665.687.000,00	694.051.110,54	614.976.215,22	(79.074.895,32)
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)				
Operação de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operação de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	665.687.000,00	694.051.110,54	614.976.215,22	(79.074.895,32)
DÉFICIT (VII)				
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	665.687.000,00	694.051.110,54	614.976.215,22	(79.074.895,32)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(UTILIZADOS PARA				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

(Nota 3)

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPEAS EMPENHADAS (g)	DESPEAS LIQUIDADAS (h)	DESPEAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
DESPEAS CORRENTES (IX) (Nota 4)	320.159.000,00	331.727.337,21	304.370.539,16	304.370.539,16	302.087.811,27	27.356.798,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	128.392.000,00	116.931.993,85	116.735.672,73	116.735.672,73	116.726.357,96	196.321,12
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.865.000,00	19.835.829,00	19.496.981,08	19.496.981,08	19.496.981,08	338.847,92
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	175.902.000,00	194.959.514,36	168.137.885,35	168.137.885,35	165.864.472,23	26.821.629,01
DESPEAS DE CAPITAL (X) (Nota 5)	145.833.000,00	158.200.961,59	63.303.186,60	63.303.186,60	56.493.159,28	94.897.774,99
INVESTIMENTOS	122.838.000,00	147.338.095,69	52.914.617,22	52.914.617,22	46.104.589,90	94.423.478,47
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.300.000,00	36.738,70	36.738,70	36.738,70	36.738,70	
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	20.695.000,00	10.826.127,20	10.351.830,68	10.351.830,68	10.351.830,68	474.296,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	4.500.000,00					
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPEAS (XIII) = (IX + X + XI + XII) (Nota 6)	470.492.000,00	489.928.298,80	367.673.725,76	367.673.725,76	358.580.970,55	122.254.573,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externas						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	470.492.000,00	489.928.298,80	367.673.725,76	367.673.725,76	358.580.970,55	122.254.573,04
SUPERÁVIT (XVI) (Nota 7)			247.302.489,46			
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	470.492.000,00	489.928.298,80	614.976.215,22	367.673.725,76	358.580.970,55	122.254.573,04



MUNICÍPIO DE PETROLINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
PERNAMBUCO

10.358.190/0001-77

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO
PROCESSADOS
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://ste.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a1f312d0-f01d-4fcb-bb78-1161fa2efed0

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	2.978.175,70				2.978.175,70	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.978.175,70				2.978.175,70	
DESPESAS DE CAPITAL	7.680.772,60				7.680.772,60	
INVESTIMENTOS	7.680.772,60				7.680.772,60	
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
TOTAL	10.658.948,30				10.658.948,30	



MUNICÍPIO DE PETROLINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
PERNAMBUCO

10.358.190/0001-77

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR
PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: a1f312d0-f01d-4fcb-bb78-1161fa2efed0

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	31.383.371,28	2.673.898,59	176.295,69	500,00	33.880.474,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.784,86	154.507,72	150.206,83		79.085,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	8.173,69				8.173,69
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.300.412,73	2.519.390,87	26.088,86	500,00	33.793.214,74
DESPESAS DE CAPITAL	1.457.226,72	2.652.775,83	2.610.298,99		1.499.703,56
INVESTIMENTOS	1.408.359,94	2.652.775,83	2.610.298,99		1.450.836,78
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	48.866,78				48.866,78
TOTAL	32.840.598,00	5.326.674,42	2.786.594,68	500,00	35.380.177,74



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

(ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1.Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Prefeitura Municipal de Petrolina (PMP)
a.2.Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
a.3.CNPJ: 10.358.190/0001-77.
a.4.Domicílio do órgão ou entidade: Avenida Guararapes, nº 2114 – Bairro: Centro – Cidade: Petrolina – Pernambuco – CEP: 56302-905.
a.5.Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Petrolina concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
a.6.Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da Prefeitura Municipal de Petrolina (PMP).

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Orçamentário, tendo em consideração as opções e premissas da legislação que afetam a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2.Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes: <ul style="list-style-type: none">▪ A moeda funcional da entidade é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.▪ O regime orçamentário utilizado foi o misto, que compreende o registro de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.▪ A classificação orçamentária utilizada seguiu as determinações da Portaria MPOG nº 42/99 e Portaria STN nº 163/2001.▪ O orçamento para o exercício seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento.▪ A execução deste balanço se fundamentou no período orçamentário que compreende o dia 01/01/2022 a 31/12/2022.▪ Em situações de utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores ao de referência, o balanço patrimonial demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.▪ Nos casos de reabertura de créditos adicionais, especificamente especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, o balanço patrimonial apresentará situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.▪ Para levantamento do balanço foram utilizadas as classes 5 (orçamento aprovado), grupo 2 (previsão da receita e fixação da despesa), e classe 6 (execução do orçamento), grupo 2 (realização da receita e execução da despesa).▪ No quadro principal as receitas serão apresentadas por natureza. Enquanto para as despesas, será utilizada a classificação funcional complementarmente à classificação por natureza.

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: https://tce.tce-pe.gov.br/elep/validador_documento.asp?codigo_documento=413120010014606078110162efed0

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

- As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 9ª edição.
- No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.
- Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 494.
- No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

b.3. Termos e Definições correlatos ao Balanço Orçamentário:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS:

Previsão Inicial

Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA. As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes a data da publicação da LOA, também integrarão os valores apresentados na coluna.

Previsão Atualizada

Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: a) registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, ambas podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; b) criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA; c). remanejamento entre naturezas de receita; ou d. atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a reestimativa da receita, a coluna Previsão Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Previsão Inicial.

Receitas Realizadas

Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

Receitas Correntes

Receitas Correntes são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido. Destaca-se que a nomenclatura "Receitas Tributárias" adotada anteriormente foi alterada para "Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria" em observância à codificação da receita constante na Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001.

Receitas de Capital

Receitas de Capital são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

Operações de Crédito / Refinanciamento

Demonstra o valor da receita decorrente da emissão de títulos públicos e da obtenção de empréstimos, inclusive as destinadas ao refinanciamento da dívida pública. Os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às despesas com amortização da dívida e refinanciamento.

Déficit

Demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas, essa diferença será lançada na linha Superavit (XIII). Nesse caso, a linha Déficit (VI) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Saldos de Exercícios Anteriores

Demonstra o valor dos recursos provenientes de exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas do exercício corrente. Estão compreendidos nessa rubrica: a. Recursos arrecadados em exercícios anteriores; b. Superávit financeiro de exercícios anteriores; c. Créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior ao de referência e reabertos no exercício de referência

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

Demonstra os valores arrecadados em exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas de benefícios previdenciários do RPPS do exercício corrente, permitindo o equilíbrio na aprovação da Lei Orçamentária. A classificação orçamentária criada para essa finalidade é a "9990.00.00 – Recursos arrecadados em exercícios anteriores - RPPS", que se encontra disponível na relação de naturezas de receitas, conforme estabelecido na Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001. No caso do RPPS, inicialmente há mais receitas do que pagamentos de benefícios (fase de capitalização). Para que haja equilíbrio orçamentário, a diferença de valores é lançada como reserva do RPPS do lado da despesa orçamentária. Entretanto, a partir de determinado

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

momento, é provável que haja mais despesas do que receitas, fazendo-se necessário utilizar os recursos que foram anteriormente capitalizados. Deste modo, a parcela de recursos de exercícios anteriores que será utilizada para complementar os pagamentos de aposentadorias e pensões poderão ser incluídas na previsão da receita para fins de equilíbrio orçamentário. Ressalta-se que, quando da elaboração do projeto de lei orçamentária, estes recursos arrecadados em exercícios anteriores ainda não podem ser classificados como superávit financeiro, já que este só pode ser obtido ao final do exercício. Assim, tais recursos poderão ser incluídos na coluna de previsão inicial, para fins de demonstração do equilíbrio na aprovação do orçamento. Todavia, não são passíveis de execução, por já terem sido arrecadados em exercícios anteriores. Na execução do orçamento, estes recursos serão lançados como superávit financeiro no Balanço Orçamentário na coluna de receita realizada.

Superávit Financeiro de exercícios anteriores

Conforme previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores. Apresenta valores somente nas colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para a abertura de créditos adicionais e ao valor que será utilizado para o empenho de despesas, respectivamente. Assim, registra o valor de recursos provenientes de superávit financeiro de exercícios anteriores, identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, que está sendo utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais. Apresentará valores somente nas colunas que se referem à previsão atualizada e à receita realizada até o bimestre e deverão corresponder ao valor da execução dos referidos créditos adicionais.

Reabertura de Créditos Adicionais

Corresponde aos créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior que forem reabertos no exercício de referência, observado o saldo remanescente⁵. Somente deverão ser levados ao balanço os valores efetivamente reabertos.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Dotação Inicial

Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

Dotação Atualizada

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a atualização da despesa, a coluna Dotação Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Dotação Inicial.

Despesas Empenhadas

Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada.

Despesas Liquidadas

Demonstra os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, inclusive das despesas pagas. Não inclui os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.

Despesas Pagas

Demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência. Não inclui os valores referentes ao pagamento de restos a pagar, processados ou não processados.

Despesas Correntes

Despesas Correntes são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesas de Capital

Despesas de Capital são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Reserva de Contingência

Reserva de Contingência é a destinação de parte das receitas orçamentárias para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, inclusive para a abertura de créditos adicionais.

Reserva do RPPS

Reserva do RPPS é a destinação de parte das receitas orçamentárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o pagamento de aposentadorias e pensões futuras. Ressalta-se que a diferença entre a reserva do RPPS e a reserva de contingência está na subfunção, identificadas pelos códigos 997 e 999, respectivamente, conforme a Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001. Ressalta-se ainda que esta rubrica se destina a evidenciar a reserva/guarda de um recurso que será utilizado para custear despesas futuras, não havendo execução de fato (empenho, liquidação ou pagamento) nesta rubrica.

Amortização da Dívida/ Refinanciamento

Demonstra o valor da despesa orçamentária decorrente do pagamento ou da transferência de outros ativos para a quitação do valor principal da dívida, inclusive de seu refinanciamento. Os valores referentes à amortização da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às receitas com operações de crédito e refinanciamento.

Superávit

Demonstra a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as despesas empenhadas forem superiores às receitas realizadas, essa diferença será lançada na linha Déficit (VI). Nesse caso, a linha Superávit

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

(XIII) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Liquidados

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar processados pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no balanço orçamentário.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação de políticas contábeis que interferissem no balanço orçamentário.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validadoc.aspx?doc=sem-Código-do-documento-41f312d0-f01d-4feb-bb78-1161fa2efed0>

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse qm: https://cetes.tce-pe.gov.br/cp/validarDoc.shtm Código do documento: 4131240-4014-4feb-bb78-1161fa2efed0

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I) (Nota 1)	569.580.000,00	597.944.110,54	583.253.678,09	(14.690.432,45)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	210.024.000,00	218.052.000,00	225.534.227,51	7.482.227,51
Contribuições	38.476.000,00	38.476.000,00	33.828.386,99	(4.647.613,01)
Receita Patrimonial	12.810.000,00	12.810.000,00	17.735.307,45	4.925.307,45
Receita Agropecuária				
Receita Industrial	600.000,00	600.000,00		(600.000,00)
Receita de Serviços	21.000,00	21.000,00		(21.000,00)
Transferências Correntes	303.947.000,00	324.283.110,54	301.116.516,65	(23.166.593,89)
Outras Receitas Correntes	3.702.000,00	3.702.000,00	5.039.239,49	1.337.239,49
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	96.107.000,00	96.107.000,00	31.722.537,13	(64.384.462,87)
Operações de Crédito	26.000.000,00	26.000.000,00	2.183.235,06	(23.816.764,94)
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	70.107.000,00	70.107.000,00	29.539.302,07	(40.567.697,93)
Outras Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) (Nota 3)	665.687.000,00	694.051.110,54	614.976.215,22	(79.074.895,32)
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)				
Operação de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operação de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	665.687.000,00	694.051.110,54	614.976.215,22	(79.074.895,32)
DÉFICIT (VII)				
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	665.687.000,00	694.051.110,54	614.976.215,22	(79.074.895,32)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(UTILIZADOS PARA				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

Nota 1) RECEITAS CORRENTES: O resultado da receita corrente apresentado na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ -14.690.432,45, o que representa déficit de arrecadação corrente.

Nota 2) RECEITAS DE CAPITAL: O resultado das receitas de capital apresentado na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ -64.384.462,87, o que representa déficit de arrecadação de capital.

Nota 3) TOTAL DAS RECEITAS: O total de receitas previstas para o exercício, conforme Lei Orçamentária Anual, foi de R\$ 665.687.000,00. A previsão das receitas foi atualizada pelos Recursos de Convênios e Outros Instrumentos Congêneros e Excesso de Arrecadação, de R\$ 28.364.110,54, sendo arrecadado o valor de R\$ 614.976.215,22, o que gerou déficit de arrecadação de R\$ -79.074.895,32. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação entre a previsão atualizada e a receita arrecadada foi de 88,60%.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validarDoc.aspx?codigo-do-documento=41f312d0-401d-4feb-bb78-1161f62efed0>

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX) (Nota 4)	320.169.000,00	331.727.337,21	304.370.539,16	304.370.539,16	302.087.811,27	27.356.798,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	128.392.000,00	116.931.993,85	116.735.672,73	116.735.672,73	116.726.357,96	196.321,12
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.865.000,00	19.835.829,00	19.496.981,08	19.496.981,08	19.496.981,08	338.847,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	175.902.000,00	194.959.514,36	168.137.885,35	168.137.885,35	165.864.472,23	26.821.629,01
DESPESAS DE CAPITAL (X) (Nota 5)	145.833.000,00	158.200.961,59	63.303.186,60	63.303.186,60	56.493.159,28	94.897.774,99
INVESTIMENTOS	122.838.000,00	147.338.095,69	52.914.617,22	52.914.617,22	46.104.589,90	94.423.478,47
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.300.000,00	36.738,70	36.738,70	36.738,70	36.738,70	
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	20.695.000,00	10.826.127,20	10.351.830,68	10.351.830,68	10.351.830,68	474.296,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	4.500.000,00					
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII) (Nota 6)	470.492.000,00	489.928.298,80	367.673.725,76	367.673.725,76	358.580.970,55	122.254.573,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externas						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	470.492.000,00	489.928.298,80	367.673.725,76	367.673.725,76	358.580.970,55	122.254.573,04
SUPERÁVIT (XVI) (Nota 7)			247.302.489,46			
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	470.492.000,00	489.928.298,80	614.976.215,22	367.673.725,76	358.580.970,55	122.254.573,04

Nota 4) DESPESAS CORRENTES: O resultado da execução das despesas correntes, frente as dotações autorizadas foi de R\$ 27.356.798,05.

Nota 5) DESPESAS DE CAPITAL: O resultado da execução das despesas de capital, frente as dotações autorizadas foi de R\$ 94.897.774,99.

Nota 6) TOTAL DAS DESPESAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 470.492.000,00, somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 489.928.298,80. O valor total empenhado foi de R\$ 367.673.725,76, o liquidado R\$ 367.673.725,76, e o pago R\$ 358.580.970,55. A economia orçamentária foi de R\$ 122.254.573,04. O coeficiente de execução foi de 75,05%.

Nota 7) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 614.976.215,22), menos as despesas empenhadas (R\$ 367.673.725,76) houve um superávit de execução orçamentária na ordem de R\$ 247.302.489,46.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	2.978.175,70				2.978.175,70	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.978.175,70				2.978.175,70	
DESPESAS DE CAPITAL	7.680.772,60				7.680.772,60	
INVESTIMENTOS	7.680.772,60				7.680.772,60	
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
TOTAL	10.658.948,30				10.658.948,30	

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	31.383.371,28	2.673.898,59	176.295,69	500,00	33.880.474,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.784,86	154.507,72	150.206,83		79.085,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	8.173,69				8.173,69
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.300.412,73	2.519.390,87	26.088,86	500,00	33.793.214,74
DESPESAS DE CAPITAL	1.457.226,72	2.652.775,83	2.610.298,99		1.499.703,56
INVESTIMENTOS	1.408.359,94	2.652.775,83	2.610.298,99		1.450.836,78
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	48.866,78				48.866,78
TOTAL	32.840.598,00	5.326.674,42	2.786.594,68	500,00	35.380.177,74

Nota 8) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: Os restos a pagar não processados inscritos em anos anteriores totalizaram R\$ 10.658.948,30. Não houve restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior. Não houve liquidações ou pagamentos no exercício. Foi cancelado o montante de R\$ 10.658.948,30, não restando de saldo de restos a pagar não processados nesta entidade.

Nota 9) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: Os restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores totalizaram R\$ 32.840.598,00, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, R\$ 5.326.674,42. Deste montante, foram pagos R\$ 2.786.594,68 e cancelados R\$ 500,00, restando de saldo a pagar R\$ 35.380.177,74.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.2.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

e.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo evidencia em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

e.2.Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN:

**Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64
(REQUISITOS MÍNIMOS DA RESOLUÇÃO Nº 189/2022)
RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Não houve registro de receitas intraorçamentárias na entidade.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDI FILHO VALERIA ALVES CAVALLANTONIO
 Acesse em: https://eod.cbr.gov.br/proc-seam/odigo-do-documento: 4312824845678-11ca2e10

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Despesas Correntes	5.838.000,00	13.357.035,31	13.296.118,63	13.296.118,63	13.296.118,63	60.916,68
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.838.000,00	13.357.035,31	13.296.118,63	13.296.118,63	13.296.118,63	60.916,68

As despesas intraorçamentárias fixadas no orçamento foram de R\$ 5.838.000,00. Após a abertura de créditos adicionais houve autorização no valor de R\$ 13.357.035,31. Destas autorizações orçamentárias foi empenhado o valor de R\$ 13.296.118,63, liquidado o valor de R\$ 13.296.118,63 e pago o valor de R\$ 13.296.118,63, resultando numa economia orçamentária das despesas intraorçamentárias de R\$ 60.916,68.

e.3. Detalhamento das Despesas Executadas por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário) conforme Resolução TCE-PE nº 189/2022:

Resolução TC nº 189, de 14 de dezembro de 2022
TIPOS DE CRÉDITO

Tipos de Crédito	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada (f)	Despesa Liquidada (g)	Despesa Paga (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Inicial/Suplementar	470.492.000,00	484.718.400,28	362.525.265,26	362.525.265,26	353.432.510,05	122.193.135,02
Especiais		5.209.898,52	5.148.460,50	5.148.460,50	5.148.460,50	61.438,02
Extraordinários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	470.492.000,00	489.928.298,80	367.673.725,76	367.673.725,76	358.580.970,55	122.254.573,04

e.4. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários:
 Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2021.

e.5. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA:
 Não houve atualização monetária autorizada por lei utilizada neste demonstrativo que justifique alteração da previsão atualizada da receita. A previsão das receitas foi atualizada Recursos de Convênios e Outros Instrumentos Congêneros e Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 28.364.110,54.

e.6. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados:
 Não houve restos a pagar não processados liquidados e não pagos no exercício.

e.7. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente:
 Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2021.

e.8. Superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS:
 Não se aplica a Demonstrativos isolados, está demonstrado na Nota Explicativa do Balanço Orçamentário consolidado.

e.9. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:
 As transferências financeiras concedidas somam R\$ 229.487.249,20. Não houve recebimento de transferências financeiras.

e.10. Conciliação com os Valores dos Fluxos de Caixa Líquidos das Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamento da Demonstração dos Fluxos de Caixa:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDI FILHO - VALÉRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a1f312d0-f01d-4fcb-bb78-1161fa2efed0

	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Ingressos	636.815.568,09
Receita Tributária	225.534.227,51
Receita de Contribuições	33.828.386,99
Receita Patrimonial	2.180.053,86
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	0,00
Remuneração das Disponibilidades	15.555.253,59
Outras Receitas Derivadas e Originárias	29.061.827,42
Transferências recebidas	330.655.818,72
Desembolsos	555.459.026,63
Pessoal e demais despesas	263.328.631,75
Juros e encargos da dívida	19.496.981,08
Transferências concedidas	19.438.494,13
Outros desembolsos operacionais	253.194.919,67
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	81.356.541,46

As atividades operacionais geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ 81.356.541,46.

	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Ingressos	0,00
Alienação de bens	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00
Desembolsos	48.751.627,59
Aquisição de ativo não circulante	42.289.009,83
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00
Outros desembolsos de investimentos	6.462.617,76
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-48.751.627,59

As atividades de investimentos geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ -48.751.627,59.

	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Ingressos	2.183.235,06
Operações de crédito	2.183.235,06
Integralização do capital social de empresas	0,00
Outros ingressos de financiamento	0,00
Desembolsos	10.351.830,68
Amortização /Refinanciamento da dívida	1.957.965,32
Outros desembolsos de financiamentos	8.393.865,36
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	-8.168.595,62

As atividades de financiamento geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ -8.168.595,62.

f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para esta entidade estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

f.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	31/12/2017	Concluído

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: a1f312d0-f01d-4fcb-bb78-1161fa2efed0

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	31/12/2019	Em Andamento
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	31/12/2019	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares.			

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: a1f312d0-f01d-4fcb-bb78-1161fa2efed0

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Em Andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em Andamento
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2022	Em Andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em Andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento e Procuradoria	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Prefeito

VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: a1f312d0-f01d-4fcb-bb78-1161fa2efed0



Fundo Municipal de Saúde de
Petrolina
Estado de Pernambuco



PETROLINA
PREFEITURA

SECRETARIA DE
SAÚDE

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada

BOI
2022

Publicado em março de 2023



BOI
2022

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade



APRESENTAÇÃO

O Balanço Orçamentário Individual (BOI), foi elaborado em conformidade com o Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 438/2012, e orientações determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional através da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os fenômenos de natureza orçamentária que deram suporte a elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), com especial inferência da NBC TSP nº 11 e 13, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade alinhados ao padrão internacional definido pelo *International Federation of Accountants (IFAC)*.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Orçamentário Individual, apresenta comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com o objetivo de aferir o resultado da execução orçamentária durante o exercício. Esse e outros dados são evidenciados neste balanço, como por exemplo, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE PE.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O balanço orçamentário apresenta como resultado da execução orçamentária (receita arrecadada menos a despesa empenhada) o valor de R\$ 109.778.298,52 (deficitário). É importante destacar que esta entidade tem composição orçamentária deficitária, dependendo de transferências financeiras repassadas pelo Poder Executivo. As transferências financeiras recebidas por esta entidade perfazem o total de R\$ 104.558.511,40. Desta forma, o resultado da execução orçamentária da entidade, ao incorporarmos os valores das transferências financeiras, será de R\$, -5.219.787,12, deficitário. A seguir será apresentado o balanço orçamentário na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

MAGNILDE ALVES CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Secretária de Saúde

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

BOI
2022

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PERNAMBUCO
06.914.894/0001-01
ANEXO XII - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://cete.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 365c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I) (Nota 1)	88.400.000,00	118.092.941,22	111.342.177,42	(6.750.763,80)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	634.000,00	634.000,00	849.247,72	215.247,72
Contribuições				
Receita Patrimonial	301.000,00	301.000,00	3.158.483,96	2.857.483,96
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes	86.885.000,00	116.577.941,22	107.185.791,68	(9.392.149,54)
Outras Receitas Correntes	580.000,00	580.000,00	148.654,06	(431.345,94)
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	11.545.000,00	11.545.000,00	3.201.324,00	(8.343.676,00)
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	11.545.000,00	11.545.000,00	3.201.324,00	(8.343.676,00)
Outras Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)	99.945.000,00	129.637.941,22	114.543.501,42	(15.094.439,80)
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)				
Operação de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operação de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V) (Nota 3)	99.945.000,00	129.637.941,22	114.543.501,42	(15.094.439,80)
DÉFICIT (VII) (Nota 7)			109.778.298,52	
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	99.945.000,00	129.637.941,22	224.321.799,94	94.683.858,72
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(UTILIZADOS PARA				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPEAS EMPENHADAS (g)	DESPEAS LIQUIDADAS (h)	DESPEAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
DESPEAS CORRENTES (IX) (Nota 4)	160.354.000,00	226.777.917,26	217.998.268,57	217.998.268,57	210.976.393,35	8.779.648,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	95.589.000,00	162.092.313,42	155.484.897,11	155.484.897,11	152.706.613,93	6.607.416,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	42.000,00	110.988,64	89.760,45	89.760,45	89.760,45	21.228,19
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	64.723.000,00	64.574.615,20	62.423.611,01	62.423.611,01	58.180.018,97	2.151.004,19
DESPEAS DE CAPITAL (X) (Nota 5)	18.656.000,00	11.243.574,31	6.323.531,37	6.323.531,37	4.519.681,12	4.920.042,94
INVESTIMENTOS	18.236.000,00	11.104.603,51	6.184.560,57	6.184.560,57	4.380.710,32	4.920.042,94
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	420.000,00	138.970,80	138.970,80	138.970,80	138.970,80	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)						
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPEAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	179.010.000,00	238.021.491,57	224.321.799,94	224.321.799,94	215.496.074,47	13.699.691,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externas						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV) (Nota 6)	179.010.000,00	238.021.491,57	224.321.799,94	224.321.799,94	215.496.074,47	13.699.691,63
SUPERÁVIT (XVI)						
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	179.010.000,00	238.021.491,57	224.321.799,94	224.321.799,94	215.496.074,47	13.699.691,63



MUNICÍPIO DE PETROLINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PERNAMBUCO

06.914.894/0001-01

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO
PROCESSADOS
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Nota 8)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
TOTAL						



**MUNICÍPIO DE PETROLINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PERNAMBUCO**

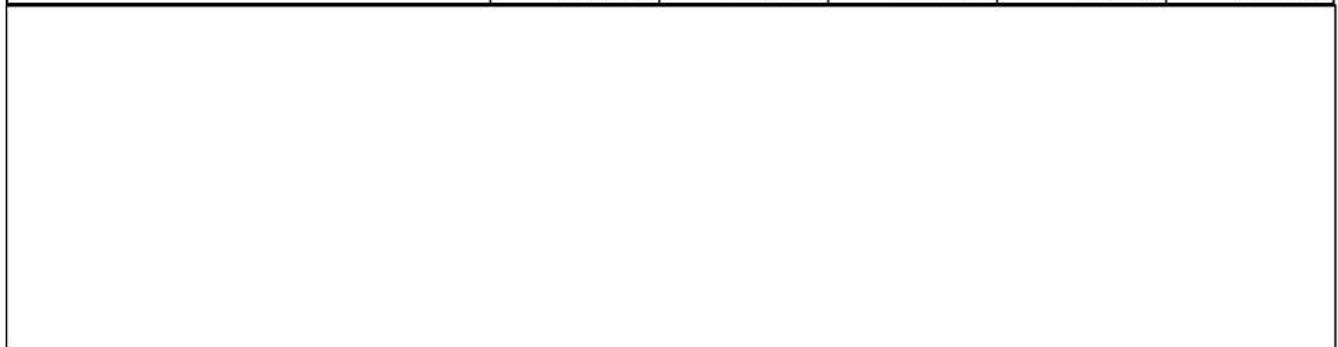
06.914.894/0001-01

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR
PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022**



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS (Nota 9)	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	4.940.542,56	3.008.110,15	3.267.721,97	157.004,44	4.523.926,30
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.621,05	76.502,74	76.502,74		22.621,05
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.917.921,51	2.931.607,41	3.191.219,23	157.004,44	4.501.305,25
DESPESAS DE CAPITAL	59.535,50	365.421,78	330.288,73	2,00	94.666,55
INVESTIMENTOS	59.535,50	365.421,78	330.288,73	2,00	94.666,55
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA					
TOTAL	5.000.078,06	3.373.531,93	3.598.010,70	157.006,44	4.618.592,85



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

(ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1.Nome do órgão ou entidade: Fundo Municipal de Saúde (FMS).
a.2.Natureza jurídica (conforme código da RFB): 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal.
a.3.CNPJ: 06.914.894/0001-01.
a.4.Domicílio do órgão ou entidade: Av. Dr. Fernando de Menezes Goes, nº 537 – Bairro: Centro – Cidade: Petrolina – Pernambuco – CEP: 56.304-020.
a.5.Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal de Saúde concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código “133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais de saúde. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
a.6.Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Orçamentário, tendo em consideração as opções e premissas da legislação que afetam a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2.Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes: <ul style="list-style-type: none">▪ A moeda funcional da entidade é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.▪ O regime orçamentário utilizado foi o misto, que compreende o registro de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.▪ A classificação orçamentária utilizada seguiu as determinações da Portaria MPOG nº 42/99 e Portaria STN nº 163/2001.▪ O orçamento para o exercício seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento.▪ A execução deste balanço se fundamentou no período orçamentário que compreende o dia 01/01/2022 a 31/12/2022.▪ Em situações de utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores ao de referência, o balanço patrimonial demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.▪ Nos casos de reabertura de créditos adicionais, especificamente especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, o balanço patrimonial apresentará situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.▪ Para levantamento do balanço foram utilizadas as classes 5 (orçamento aprovado), grupo 2 (previsão da receita e fixação da despesa), e classe 6 (execução do orçamento), grupo 2 (realização da receita e execução da despesa).▪ No quadro principal as receitas serão apresentadas por natureza. Enquanto para as despesas, será utilizada a classificação funcional complementarmente à classificação por natureza.

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validarDocumento> Código do documento: 305e0844-09ca-442c-b26c-857452a6092f

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

- As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 9ª edição.
- No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.
- Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 494.
- No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

b.3. Termos e Definições correlatos ao Balanço Orçamentário:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS:

Previsão Inicial

Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA. As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes a data da publicação da LOA, também integrarão os valores apresentados na coluna.

Previsão Atualizada

Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: a. registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, ambas podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; b. criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA; c. remanejamento entre naturezas de receita; ou d. atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a reestimativa da receita, a coluna Previsão Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Previsão Inicial.

Receitas Realizadas

Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

Receitas Correntes

Receitas Correntes são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido. Destaca-se que a nomenclatura "Receitas Tributárias" adotada anteriormente foi alterada para "Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria" em observância à codificação da receita constante na Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001.

Receitas de Capital

Receitas de Capital são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

Operações de Crédito / Refinanciamento

Demonstra o valor da receita decorrente da emissão de títulos públicos e da obtenção de empréstimos, inclusive as destinadas ao refinanciamento da dívida pública. Os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às despesas com amortização da dívida e refinanciamento.

Déficit

Demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas, essa diferença será lançada na linha Superavit (XIII). Nesse caso, a linha Déficit (VI) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Saldos de Exercícios Anteriores

Demonstra o valor dos recursos provenientes de exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas do exercício corrente. Estão compreendidos nessa rubrica: a. Recursos arrecadados em exercícios anteriores; b. Superávit financeiro de exercícios anteriores; c. Créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior ao de referência e reabertos no exercício de referência

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

Demonstra os valores arrecadados em exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas de benefícios previdenciários do RPPS do exercício corrente, permitindo o equilíbrio na aprovação da Lei Orçamentária. A classificação orçamentária criada para essa finalidade é a "9990.00.00 – Recursos arrecadados em exercícios anteriores - RPPS", que se encontra disponível na relação de naturezas de receitas, conforme estabelecido na Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001. No caso do RPPS, inicialmente há mais receitas do que pagamentos de benefícios (fase de capitalização). Para que haja equilíbrio orçamentário,

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

a diferença de valores é lançada como reserva do RPPS do lado da despesa orçamentária. Entretanto, a partir de determinado momento, é provável que haja mais despesas do que receitas, fazendo-se necessário utilizar os recursos que foram anteriormente capitalizados. Deste modo, a parcela de recursos de exercícios anteriores que será utilizada para complementar os pagamentos de aposentadorias e pensões poderá ser incluída na previsão da receita para fins de equilíbrio orçamentário. Ressalta-se que, quando da elaboração do projeto de lei orçamentária, estes recursos arrecadados em exercícios anteriores ainda não podem ser classificados como superávit financeiro, já que este só pode ser obtido ao final do exercício. Assim, tais recursos poderão ser incluídos na coluna de previsão inicial, para fins de demonstração do equilíbrio na aprovação do orçamento. Todavia, não são passíveis de execução, por já terem sido arrecadados em exercícios anteriores. Na execução do orçamento, estes recursos serão lançados como superávit financeiro no Balanço Orçamentário na coluna de receita realizada.

Superávit Financeiro de exercícios anteriores

Conforme previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores. Apresenta valores somente nas colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para a abertura de créditos adicionais e ao valor que será utilizado para o empenho de despesas, respectivamente. Assim, registra o valor de recursos provenientes de superávit financeiro de exercícios anteriores, identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, que está sendo utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais. Apresentará valores somente nas colunas que se referem à previsão atualizada e à receita realizada até o bimestre e deverão corresponder ao valor da execução dos referidos créditos adicionais.

Reabertura de Créditos Adicionais

Corresponde aos créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior que forem reabertos no exercício de referência, observado o saldo remanescente⁵. Somente deverão ser levados ao balanço os valores efetivamente reabertos.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Dotação Inicial

Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

Dotação Atualizada

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a atualização da despesa, a coluna Dotação Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Dotação Inicial.

Despesas Empenhadas

Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada..

Despesas Liquidadas

Demonstra os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, inclusive das despesas pagas. Não inclui os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.

Despesas Pagas

Demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência. Não inclui os valores referentes ao pagamento de restos a pagar, processados ou não processados.

Despesas Correntes

Despesas Correntes são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesas de Capital

Despesas de Capital são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Reserva de Contingência

Reserva de Contingência é a destinação de parte das receitas orçamentárias para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, inclusive para a abertura de créditos adicionais.

Reserva do RPPS

Reserva do RPPS é a destinação de parte das receitas orçamentárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o pagamento de aposentadorias e pensões futuras. Ressalta-se que a diferença entre a reserva do RPPS e a reserva de contingência está na subfunção, identificadas pelos códigos 997 e 999, respectivamente, conforme a Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001. Ressalta-se ainda que esta rubrica se destina a evidenciar a reserva/guarda de um recurso que será utilizado para custear despesas futuras, não havendo execução de fato (empenho, liquidação ou pagamento) nesta rubrica.

Amortização da Dívida/ Refinanciamento

Demonstra o valor da despesa orçamentária decorrente do pagamento ou da transferência de outros ativos para a quitação do valor principal da dívida, inclusive de seu refinanciamento. Os valores referentes à amortização da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às receitas com operações de crédito e refinanciamento.

Superávit

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Demonstra a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as despesas empenhadas forem superiores às receitas realizadas, essa diferença será lançada na linha Déficit (VI). Nesse caso, a linha Superávit (XIII) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Liquidados

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar processados pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no balanço orçamentário.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação de políticas contábeis que interferissem no balanço orçamentário.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64 (REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

--

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validadadoc.aspx?Codigo=documento-3b5e3d4-09ea-442e-a26c-e5745246822f>

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validarDoc.aspx?codigo-do-documento=3b5e98e4-69ea-442e-426e-65745246822f>

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I) (Nota 1)	88.400.000,00	118.092.941,22	111.342.177,42	(6.750.763,80)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	634.000,00	634.000,00	849.247,72	215.247,72
Contribuições				
Receita Patrimonial	301.000,00	301.000,00	3.158.483,96	2.857.483,96
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes	86.885.000,00	116.577.941,22	107.185.791,68	(9.392.149,54)
Outras Receitas Correntes	580.000,00	580.000,00	148.654,06	(431.345,94)
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	11.545.000,00	11.545.000,00	3.201.324,00	(8.343.676,00)
Operações de Crédito				
Aliciação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	11.545.000,00	11.545.000,00	3.201.324,00	(8.343.676,00)
Outras Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)	99.945.000,00	129.637.941,22	114.543.501,42	(15.094.439,80)
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)				
Operação de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operação de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO (VI) = (IV+V) (Nota 3)	99.945.000,00	129.637.941,22	114.543.501,42	(15.094.439,80)
DÉFICIT (VII) (Nota 7)			109.778.298,52	
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	99.945.000,00	129.637.941,22	224.321.799,94	94.683.858,72
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES UTILIZADOS PARA				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

Nota 1) RECEITAS CORRENTES: O resultado da receita corrente apresentado na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ -6.750.763,80, o que representa déficit de arrecadação corrente.

Nota 2) RECEITAS DE CAPITAL: O resultado das receitas de capital apresentado na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ -8.343.676,00, o que representa déficit de arrecadação de capital.

Nota 3) TOTAL DAS RECEITAS: O total de receitas previstas para o exercício, conforme Lei Orçamentária Anual, foi de R\$ 99.945.000,00. A previsão das receitas foi atualizada por Excesso de Arrecadação, de R\$ 129.637.941,22, sendo arrecadado o valor de R\$ 114.543.501,42, o que gerou déficit de arrecadação de R\$ 15.094.439,80. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação entre a previsão atualizada e a receita arrecadada foi de 88,36%.

--

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validarDoc.seam?codigo_documento=365686469ea442e426e45745246823f

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX) (Nota 4)	160.354.000,00	226.777.917,26	217.998.268,57	217.998.268,57	210.976.393,35	8.779.648,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	95.589.000,00	162.092.313,42	155.484.897,11	155.484.897,11	152.706.613,93	6.607.416,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	42.000,00	110.988,64	89.760,45	89.760,45	89.760,45	21.228,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	64.723.000,00	64.574.615,20	62.423.611,01	62.423.611,01	58.180.018,97	2.151.004,19
DESPESAS DE CAPITAL (X) (Nota 5)	18.656.000,00	11.243.574,31	6.323.531,37	6.323.531,37	4.519.681,12	4.920.042,94
INVESTIMENTOS	18.236.000,00	11.104.603,51	6.184.560,57	6.184.560,57	4.380.710,32	4.920.042,94
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	420.000,00	138.970,80	138.970,80	138.970,80	138.970,80	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)						
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	179.010.000,00	238.021.491,57	224.321.799,94	224.321.799,94	215.496.074,47	13.699.691,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externas						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV) (Nota 6)	179.010.000,00	238.021.491,57	224.321.799,94	224.321.799,94	215.496.074,47	13.699.691,63
SUPERÁVIT (XVI)						
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	179.010.000,00	238.021.491,57	224.321.799,94	224.321.799,94	215.496.074,47	13.699.691,63

Nota 4) DESPESAS CORRENTES: O resultado da execução das despesas correntes, frente as dotações autorizadas foi de R\$ 8.779.648,69.

Nota 5) DESPESAS DE CAPITAL: O resultado da execução das despesas de capital, frente as dotações autorizadas foi de R\$ 4.920.042,94.

Nota 6) TOTAL DAS DESPESAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 179.010.000,00, somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 238.021.491,57. O valor total empenhado foi de R\$ 224.321.799,94, o liquidado R\$ 224.321.799,94, e o pago R\$ 215.496.074,47. A economia orçamentária foi de R\$ 13.699.691,63. O coeficiente de execução foi de 94,24%.

Nota 7) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 114.543.501,42), menos as despesas empenhadas (R\$ 224.321.799,94) houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 109.778.298,52. As transferências financeiras recebidas por esta entidade perfazem o total de R\$ 104.558.511,40. Desta forma, o resultado da execução orçamentária da entidade, ao incorporarmos os valores das transferências financeiras, será de R\$, -5.219.787,12, deficitário.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Nota 8)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
TOTAL						

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS (Nota 9)	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	4.940.542,56	3.008.110,15	3.267.721,97	157.004,44	4.523.926,30
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.621,05	76.502,74	76.502,74		22.621,05
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.917.921,51	2.931.607,41	3.191.219,23	157.004,44	4.501.305,25
DESPESAS DE CAPITAL	59.535,50	365.421,78	330.288,73	2,00	94.666,55
INVESTIMENTOS	59.535,50	365.421,78	330.288,73	2,00	94.666,55
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA					
TOTAL	5.000.078,06	3.373.531,93	3.598.010,70	157.006,44	4.618.592,85

Nota 8) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: A entidade não possui inscrições nem execuções de restos a pagar não processados.

Nota 9) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: Os restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores totalizaram R\$ 5.000.078,06, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, R\$ 3.373.531,93. Deste montante, foram pagos R\$ 3.598.010,70 e cancelados R\$ 157.006,44, restando de saldo a pagar R\$ 4.618.592,85.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.2.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

e.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo evidencia em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

e.2.Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN:

**Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64
(REQUISITOS MÍNIMOS DA RESOLUÇÃO Nº 189/2022)
RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Não houve registro de receitas intraorçamentárias no exercício.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validador.aspx?Codigo=documento-3b5c8d4-69ca-442c-a26c-e57d52d6827f>

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Despesas Correntes	320.000,00	20.248.925,31	18.707.859,22	18.707.859,22	16.895.841,48	1.541.066,09
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	320.000,00	20.248.925,31	18.707.859,22	18.707.859,22	16.895.841,48	1.541.066,09

As despesas intraorçamentárias fixadas no orçamento foram de R\$ 320.000,00. Após a abertura de créditos adicionais houve autorização no valor de R\$ 20.248.925,31. Destas autorizações orçamentárias foi empenhado o valor de R\$ 18.707.859,22, liquidado o valor de R\$ 18.707.859,22 e pago o valor de R\$ 16.895.841,48, resultando numa economia orçamentária das despesas intraorçamentárias de R\$ 1.541.066,09.

e.3. Detalhamento das Despesas Executadas por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário) conforme Resolução TCE-PE nº 189/2022:

**Resolução TC nº 189, de 14 de dezembro de 2022
TIPOS DE CRÉDITO**

Tipos de Crédito	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada (f)	Despesa Liquidada (g)	Despesa Paga (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Inicial/Suplementar	179.010.000,00	238.021.491,57	224.321.799,94	224.321.799,94	215.496.074,47	13.699.691,63
Especiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extraordinários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	179.010.000,00	238.021.491,57	224.321.799,94	224.321.799,94	215.496.074,47	13.699.691,63

e.4. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários:

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2021.

e.5. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA:

Não houve atualização monetária autorizada por lei utilizada neste demonstrativo que justifique alteração da previsão atualizada da receita.

e.6. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados:

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 494.

e.7. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente:

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2021.

e.8. Superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS:

Não se aplica a Demonstrativos isolados, está demonstrado na Nota Explicativa do Balanço Orçamentário consolidado.

e.9. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:

Não houve transferências financeiras concedidas pela entidade e as recebidas somam R\$ 104.558.511,40.

e.10. Conciliação com os Valores dos Fluxos de Caixa Líquidos das Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamento da Demonstração dos Fluxos de Caixa:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://eccc.tce-pe.gov.br/cp/validarDoc.aspx?Codigo=documento-3b5c8dca-69ca-442c-a26c-e57452a6822f>

	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Ingressos (Nota 1)	253.322.160,31
Receita Tributária	849.247,72
Receita de Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	0,00
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	0,00
Remuneração das Disponibilidades	3.158.483,96
Outras Receitas Derivadas e Originárias	138.927.312,95
Transferências recebidas	110.387.115,68
Desembolsos (Nota 2)	245.694.517,89
Pessoal e demais despesas	193.156.902,06
Juros e encargos da dívida	89.760,45
Transferências concedidas	20.997.452,81
Outros desembolsos operacionais	31.450.402,57
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I) (Nota 3)	7.627.642,42

As atividades operacionais geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ 7.627.642,42.

	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Ingressos (Nota 4)	0,00
Alienação de bens	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00
Desembolsos (Nota 5)	4.710.999,05
Aquisição de ativo não circulante	4.538.046,15
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00
Outros desembolsos de investimentos	172.952,90
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II) (Nota 6)	-4.710.999,05

As atividades de investimentos geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ -4.710.999,05.

	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Ingressos (Nota 7)	0,00
Operações de crédito	0,00
Integralização do capital social de empresas	0,00
Outros ingressos de financiamento	0,00
Desembolsos (Nota 8)	138.970,80
Amortização /Refinanciamento da dívida	138.970,80
Outros desembolsos de financiamentos	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III) (Nota 9)	-138.970,80

As atividades de financiamento geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ -138.970,80.

f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para esta entidade estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

f.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2018	Não se aplica
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)/ Secretário (a) de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2023	Não se aplica
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)/ Secretário (a) de Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Em andamento

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dcd-69ca-442e-a26e-e57452d6823f

Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Não se aplica
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gestor (a)	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gestor (a)	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

MAGNILDE ALVES CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Secretária de Saúde

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dcd-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

Fundo Municipal do Meio Ambiente de
Petrolina

Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://ste.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada

BOI

2022

Publicado em março de 2023



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etec.tec.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

BOI

2022

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade

Publicado em março de 2023



APRESENTAÇÃO

O Balanço Orçamentário Individual (BOI), foi elaborado em conformidade com o Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 438/2012, e orientações determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional através da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os fenômenos de natureza orçamentária que deram suporte a elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), com especial inferência da NBC TSP nº 11 e 13, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade alinhados ao padrão internacional definido pelo *International Federation of Accountants (IFAC)*.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Orçamentário Individual, apresenta comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com o objetivo de aferir o resultado da execução orçamentária durante o exercício. Esse e outros dados são evidenciados neste balanço, como por exemplo, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O balanço orçamentário apresenta como resultado da execução orçamentária (receita arrecadada menos a despesa empenhada) o valor de R\$ 233.653,58 (superavitário). A seguir será apresentado o balanço orçamentário na íntegra e na sequência as Notas Explicativas

GERALDO GUILHERME BARROS MIRANDA
Gestor

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

BOI
2022

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AMMA - AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
PERNAMBUCO
12.104.331/0001-50
ANEXO XII - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://cete.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 365c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I) Nota 1	2.040.000,00	2.211.290,86	2.378.878,26	167.587,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.970.000,00	2.141.290,86	2.267.806,62	126.515,76
Contribuições				
Receita Patrimonial	20.000,00	20.000,00	111.071,64	91.071,64
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes	50.000,00	50.000,00		(50.000,00)
Receitas de Capital (II) Nota 2		45.676,78		(45.676,78)
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital		45.676,78		(45.676,78)
Outras Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)	2.040.000,00	2.256.967,64	2.378.878,26	121.910,62
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)				
Operação de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operação de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	2.040.000,00	2.256.967,64	2.378.878,26	121.910,62
DÉFICIT (VII)				
TOTAL (VIII) = (VI + VII) Nota 3	2.040.000,00	2.256.967,64	2.378.878,26	121.910,62
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(UTILIZADOS PARA)		1.245.452,97	780.602,36	
Superávit Financeiro		1.245.452,97	780.602,36	
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPEAS EMPENHADAS (g)	DESPEAS LIQUIDADAS (h)	DESPEAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
DESPEAS CORRENTES (IX) Nota 4	1.815.000,00	2.271.673,05	2.128.292,68	2.128.292,68	2.128.292,68	143.380,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	900.000,00	1.021.196,30	1.001.621,34	1.001.621,34	1.001.621,34	19.574,96
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	915.000,00	1.250.476,75	1.126.671,34	1.126.671,34	1.126.671,34	123.805,41
DESPEAS DE CAPITAL (X) Nota 5	225.000,00	27.149,00	16.932,00	16.932,00	16.932,00	10.217,00
INVESTIMENTOS	225.000,00	27.149,00	16.932,00	16.932,00	16.932,00	10.217,00
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)						
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPEAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	2.040.000,00	2.298.822,05	2.145.224,68	2.145.224,68	2.145.224,68	153.597,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externas						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	2.040.000,00	2.298.822,05	2.145.224,68	2.145.224,68	2.145.224,68	153.597,37
SUPERÁVIT (XVI) Nota 7			233.653,58			
TOTAL (XVII) = (XV + XVI) Nota 6	2.040.000,00	2.298.822,05	2.378.878,26	2.145.224,68	2.145.224,68	153.597,37



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AMMA - AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
PERNAMBUCO
12.104.331/0001-50
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO
PROCESSADOS
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://ctce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
TOTAL						



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AMMA - AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
PERNAMBUCO

12.104.331/0001-50

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR
PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	1.832,78		654,68		1.178,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.832,78		654,68		1.178,10
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS					
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA					
TOTAL	1.832,78		654,68		1.178,10

Geraldo Guilherme Barros Miranda
Gestor
CPF: 269.317.704-97

Valkiria Alves Cavalcanti Biones
Contadora
CRC-PE nº 025935/O-5



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AMMA - AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
PERNAMBUCO
12.104.331/0001-50
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ANEXO I - RPNP
EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: ___/___/___	



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://ctce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c84c4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
TOTAL						

Geraldo Guilherme Barros Miranda
Gestor
CPF: 269.317.704-97

Valkiria Alves Cavalcanti Biones
Contadora
CRC-PE nº 025935/O-5



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AMMA - AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
PERNAMBUCO
12.104.331/0001-50
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO II - RPP E RPNP LIQUIDADOS
EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: / /	



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tee.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 365c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	1.832,78		654,68		1.178,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.832,78		654,68		1.178,10
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS					
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA					
TOTAL	1.832,78		654,68		1.178,10

Geraldo Guilherme Barros Miranda
Gestor
CPF: 269.317.704-97

Valkiria Alves Cavalcanti Biones
Contadora
CRC-PE nº 025935/O-5

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

- As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 9ª edição.
- No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.
- Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 494.
- No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

b.3. Termos e Definições correlatos ao Balanço Orçamentário:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS:

Previsão Inicial

Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA. As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes a data da publicação da LOA, também integrarão os valores apresentados na coluna.

Previsão Atualizada

Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: a. registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, ambas podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; b. criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA; c. remanejamento entre naturezas de receita; ou d. atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a reestimativa da receita, a coluna Previsão Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Previsão Inicial.

Receitas Realizadas

Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

Receitas Correntes

Receitas Correntes são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido. Destaca-se que a nomenclatura "Receitas Tributárias" adotada anteriormente foi alterada para "Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria" em observância à codificação da receita constante na Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001.

Receitas de Capital

Receitas de Capital são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

Operações de Crédito / Refinanciamento

Demonstra o valor da receita decorrente da emissão de títulos públicos e da obtenção de empréstimos, inclusive as destinadas ao refinanciamento da dívida pública. Os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às despesas com amortização da dívida e refinanciamento.

Déficit

Demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas, essa diferença será lançada na linha Superavit (XIII). Nesse caso, a linha Déficit (VI) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Saldos de Exercícios Anteriores

Demonstra o valor dos recursos provenientes de exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas do exercício corrente. Estão compreendidos nessa rubrica: a. Recursos arrecadados em exercícios anteriores; b. Superávit financeiro de exercícios anteriores; c. Créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior ao de referência e reabertos no exercício de referência

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

Demonstra os valores arrecadados em exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas de benefícios previdenciários do RPPS do exercício corrente, permitindo o equilíbrio na aprovação da Lei Orçamentária. A classificação orçamentária criada para essa finalidade é a "9990.00.00 – Recursos arrecadados em exercícios anteriores - RPPS", que se encontra disponível na relação de naturezas de receitas, conforme estabelecido na Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001. No caso do RPPS, inicialmente há mais receitas do que pagamentos de benefícios (fase de capitalização). Para que haja equilíbrio orçamentário,

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

a diferença de valores é lançada como reserva do RPPS do lado da despesa orçamentária. Entretanto, a partir de determinado momento, é provável que haja mais despesas do que receitas, fazendo-se necessário utilizar os recursos que foram anteriormente capitalizados. Deste modo, a parcela de recursos de exercícios anteriores que será utilizada para complementar os pagamentos de aposentadorias e pensões poderá ser incluída na previsão da receita para fins de equilíbrio orçamentário. Ressalta-se que, quando da elaboração do projeto de lei orçamentária, estes recursos arrecadados em exercícios anteriores ainda não podem ser classificados como superávit financeiro, já que este só pode ser obtido ao final do exercício. Assim, tais recursos poderão ser incluídos na coluna de previsão inicial, para fins de demonstração do equilíbrio na aprovação do orçamento. Todavia, não são passíveis de execução, por já terem sido arrecadados em exercícios anteriores. Na execução do orçamento, estes recursos serão lançados como superávit financeiro no Balanço Orçamentário na coluna de receita realizada.

Superávit Financeiro de exercícios anteriores

Conforme previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores. Apresenta valores somente nas colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para a abertura de créditos adicionais e ao valor que será utilizado para o empenho de despesas, respectivamente. Assim, registra o valor de recursos provenientes de superávit financeiro de exercícios anteriores, identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, que está sendo utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais. Apresentará valores somente nas colunas que se referem à previsão atualizada e à receita realizada até o bimestre e deverão corresponder ao valor da execução dos referidos créditos adicionais.

Reabertura de Créditos Adicionais

Corresponde aos créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior que forem reabertos no exercício de referência, observado o saldo remanescente⁵. Somente deverão ser levados ao balanço os valores efetivamente reabertos.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Dotação Inicial

Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

Dotação Atualizada

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a atualização da despesa, a coluna Dotação Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Dotação Inicial.

Despesas Empenhadas

Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada..

Despesas Liquidadas

Demonstra os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, inclusive das despesas pagas. Não inclui os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.

Despesas Pagas

Demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência. Não inclui os valores referentes ao pagamento de restos a pagar, processados ou não processados.

Despesas Correntes

Despesas Correntes são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesas de Capital

Despesas de Capital são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Reserva de Contingência

Reserva de Contingência é a destinação de parte das receitas orçamentárias para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, inclusive para a abertura de créditos adicionais.

Reserva do RPPS

Reserva do RPPS é a destinação de parte das receitas orçamentárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o pagamento de aposentadorias e pensões futuras. Ressalta-se que a diferença entre a reserva do RPPS e a reserva de contingência está na subfunção, identificadas pelos códigos 997 e 999, respectivamente, conforme a Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001. Ressalta-se ainda que esta rubrica se destina a evidenciar a reserva/guarda de um recurso que será utilizado para custear despesas futuras, não havendo execução de fato (empenho, liquidação ou pagamento) nesta rubrica.

Amortização da Dívida/ Refinanciamento

Demonstra o valor da despesa orçamentária decorrente do pagamento ou da transferência de outros ativos para a quitação do valor principal da dívida, inclusive de seu refinanciamento. Os valores referentes à amortização da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às receitas com operações de crédito e refinanciamento.

Superávit

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Demonstra a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as despesas empenhadas forem superiores às receitas realizadas, essa diferença será lançada na linha Déficit (VI). Nesse caso, a linha Superávit (XIII) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Liquidados

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar processados pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no balanço orçamentário.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação de políticas contábeis que interferissem no balanço orçamentário.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE
PETROLINA****Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Receitas Correntes (I)	Nota 1	2.040.000,00	2.211.290,86	2.378.878,26	167.587,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.970.000,00	2.141.290,86	2.267.806,62	126.515,76
Contribuições					
Receita Patrimonial		20.000,00	20.000,00	111.071,64	91.071,64
Receita Agropecuária					
Receita Industrial					
Receita de Serviços					
Transferências Correntes					
Outras Receitas Correntes		50.000,00	50.000,00		(50.000,00)
Receitas de Capital (II)	Nota 2		45.676,78		(45.676,78)
Operações de Crédito					
Alienação de Bens					
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital			45.676,78		(45.676,78)
Outras Receitas de Capital					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)		2.040.000,00	2.256.967,64	2.378.878,26	121.910,62
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)					
Operação de Crédito Internas					
Mobiliária					
Contratual					
Operação de Crédito Externas					
Mobiliária					
Contratual					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)		2.040.000,00	2.256.967,64	2.378.878,26	121.910,62
DÉFICIT (VII)					
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	Nota 3	2.040.000,00	2.256.967,64	2.378.878,26	121.910,62
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(UTILIZADOS PARA					
Superávit Financeiro			1.245.452,97	780.602,36	
Reabertura de Créditos Adicionais					

Nota 1) RECEITAS CORRENTES: O resultado da receita corrente apresentado na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ 167.587,40, o que representa excesso de arrecadação corrente.

Nota 2) RECEITAS DE CAPITAL: Não houve registro contábil de receitas de capital para esta entidade neste exercício.

Nota 3) TOTAL DAS RECEITAS: O total de receitas previstas para o exercício, conforme Lei Orçamentária Anual, foi de R\$ 2.040.000,00. A previsão das receitas foi atualizada pelo Convênios e Outros Instrumentos Congêneros e Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 216.967,64, sendo arrecadado o valor de R\$ 2.378.878,26, o que gerou excesso de arrecadação de R\$ 121.910,62. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação entre a previsão atualizada e a receita arrecadada foi de 105,40%.

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE
PETROLINA**

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/pt/validarDoc.semm-Código-do-documento-365e86e4-69ea-442e-826e-65745246822f>

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	Nota 4	1.815.000,00	2.271.673,05	2.128.292,68	2.128.292,68	2.128.292,68	143.380,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		900.000,00	1.021.196,30	1.001.621,34	1.001.621,34	1.001.621,34	19.574,96
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA							
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		915.000,00	1.250.476,75	1.126.671,34	1.126.671,34	1.126.671,34	123.805,41
DESPESAS DE CAPITAL (X)	Nota 5	225.000,00	27.149,00	16.932,00	16.932,00	16.932,00	10.217,00
INVESTIMENTOS		225.000,00	27.149,00	16.932,00	16.932,00	16.932,00	10.217,00
INVERSÕES FINANCEIRAS							
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)							
RESERVA DO RPPS (XII)							
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)		2.040.000,00	2.298.822,05	2.145.224,68	2.145.224,68	2.145.224,68	153.597,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)							
Amortização da Dívida Interna							
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
Amortização da Dívida Externas							
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)		2.040.000,00	2.298.822,05	2.145.224,68	2.145.224,68	2.145.224,68	153.597,37
SUPERÁVIT (XVI)	Nota 7			233.653,58			
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	Nota 6	2.040.000,00	2.298.822,05	2.378.878,26	2.145.224,68	2.145.224,68	153.597,37

Nota 4) DESPESAS CORRENTES: O resultado da execução das despesas correntes, frente as dotações autorizadas foi de R\$ 143.380,37.

Nota 5) DESPESAS DE CAPITAL: O resultado da execução das despesas de capital, frente as dotações autorizadas foi de R\$ 10.217,00.

Nota 6) TOTAL DAS DESPESAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 2.040.000,00, somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 2.298.822,05. O valor total empenhado foi de R\$ 2.145.224,68, o liquidado R\$ 2.145.224,68, e o pago R\$ 2.145.224,67. A economia orçamentária foi de R\$ 153.597,37. O coeficiente de execução foi de 93,32%.

Nota 7) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 2.378.878,26), menos as despesas empenhadas (R\$ 2.145.224,68) houve um superávit de execução orçamentária na ordem de R\$ 233.653,58.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
TOTAL						

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PETROLINA**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	1.832,78		654,68		1.178,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.832,78		654,68		1.178,10
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS					
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA					
TOTAL	1.832,78		654,68		1.178,10

Nota 8) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: Não houve registros de restos a pagar não processados nesta Entidade.

Nota 9) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: Os restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores totalizaram R\$ 1.832,78, e não houve restos inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior. Deste montante, foram pagos R\$ 654,68 e não houve cancelamentos, restando de saldo a pagar R\$ 1.178,10.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**d.1.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.2.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**e.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo evidencia em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

e.2.Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN:

**Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64
(REQUISITOS MÍNIMOS DA RESOLUÇÃO Nº 189/2022)
RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Não Houve registro contábil de Receitas Intraorçamentárias para esta entidade no exercício.

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE
PETROLINA****Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Despesas Correntes	50.000,00	35.880,00	29.759,12	29.759,12	29.759,12	6.120,88
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	50.000,00	35.880,00	29.759,12	29.759,12	29.759,12	.120,88

As despesas intraorçamentárias fixadas no orçamento foram de R\$ 50.000,00. Após a abertura de créditos adicionais houve autorização no valor para R\$ 35.880,00. Destas autorizações orçamentárias foi empenhado o valor de R\$ 29.759,12, liquidado o valor de R\$ 29.759,12 e pago o valor de R\$ 29.759,12, resultando numa economia orçamentária das despesas intraorçamentárias de R\$ 6.120,88.

e.3. Detalhamento das Despesas Executadas por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário) conforme Resolução TCE-PE nº 189/2022:

**Resolução TC nº 189, de 14 de dezembro de 2022
TIPOS DE CRÉDITO**

Tipos de Crédito	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada (f)	Despesa Liquidada (g)	Despesa Paga (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Inicial/Suplementar	2.040.000,00	2.298.822,05	2.145.224,68	2.145.224,68	2.145.224,68	153.597,37
Especiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extraordinários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.040.000,00	2.298.822,05	2.145.224,68	2.145.224,68	2.145.224,68	153.597,37

e.4. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários:

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Fonte de Recurso (a)	Superávit Financeiro Apresentado no BP do exercício anterior (b)	Créditos Adicionais Transferidos/Reabertos (c)	Operações de Créditos vinculados aos créditos reabertos não recebidos (d)	SUPERÁVIT FINANCEIRO DISPONÍVEL PARA ABERTURA DO CRÉDITO SUPLEMENTAR = (b - c - d)
10900000 -Outros Recursos Não Vinculados	1.245.452,97	0,00	0,00	1.245.452,97

VALOR UTILIZADO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS:

Fonte	Valor Disponível (R\$)	Valor Utilizado (R\$)
10900000 -Outros Recursos Não Vinculados	1.245.452,97	1.245.452,97

VALOR DE REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS NO EXERCÍCIO:

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2021.

e.5. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA:

Não houve atualização monetária autorizada por lei utilizada neste demonstrativo que justifique alteração da previsão atualizada da receita.

e.6. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados:

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 494.

e.7. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce.tce-pe.gov.br/pt/validarDoc.aspx?Codigo-do-documento=3b5c8d4-69ca-442e-a26e-e57452d6822f>

DETALHAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS VINDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES UTILIZADOS PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO

Fonte	Valor Disponível (R\$)	Valor Utilizado (R\$)
10900000 -Outros Recursos Não Vinculados	1.245.452,97	1.245.452,97

e.8. Superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS:

Não se aplica a Demonstrativos isolados, está demonstrado na Nota Explicativa do Balanço Orçamentário consolidado.

e.9. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:

Esta entidade não registrou déficit orçamentário no exercício.

e.10. Conciliação com os Valores dos Fluxos de Caixa Líquidos das Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamento da Demonstração dos Fluxos de Caixa:

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	Nota 1	2.641.221,53
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria		2.257.806,62
Receita de Contribuições		
Receita Patrimonial		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		111.071,64
Transferências Recebidas		
Outras Receitas		
Outros Ingressos Operacionais		262.343,27
Desembolsos	Nota 2	2.387.862,80
Pessoal e Demais Despesas		2.099.188,24
Juros e encargos da dívida		
Transferências concedidas		29.759,12
Outros Desembolsos operacionais		258.915,44
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	Nota 3	253.358,73

As atividades operacionais geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ 253.358,73.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	Nota 4	
Alienação de Bens		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Outros Ingressos de Investimentos		
Desembolsos	Nota 5	16.932,00
Aquisição de Ativo Não Circulante		16.932,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		
Outros Desembolsos de Investimentos		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	Nota 6	(16.932,00)

As atividades de investimentos geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ -16.932,00.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	Nota 7	
Operação de Crédito		
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		
Outros Ingressos de Financiamentos		
Desembolsos	Nota 8	
Amortização / Refinanciamento da Dívida		
Outros Desembolsos de Financiamentos		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	Nota 9	

As atividades de financiamento geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ 0,00.

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE
PETROLINA****Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para esta entidade estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2021	Não se aplica
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2021	Não se aplica
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2018	Não se aplica
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2020	Não se aplica
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2023	Não se aplica

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE
PETROLINA****Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2023	Não se aplica
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2020	Não se aplica
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2021	Não se aplica
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Não se aplica
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2020	Não se aplica
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE
PETROLINA****Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gestor	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gestor	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

GERALDO GUILHERME BARROS MIRANDA
Gestor

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC-PE nº 025935/O-5

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dcd-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

Agência Municipal do Empreendedor
de Petrolina
Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada

BOI
2022

Publicado em março de 2023



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f



BOI

2022

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade

Publicado em março de 2023



APRESENTAÇÃO

O Balanço Orçamentário Individual (BOI), foi elaborado em conformidade com o Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 438/2012, e orientações determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional através da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os fenômenos de natureza orçamentária que deram suporte a elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), com especial inferência da NBC TSP nº 11 e 13, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade alinhados ao padrão internacional definido pelo *International Federation of Accountants (IFAC)*.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Orçamentário Individual, apresenta comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com o objetivo de aferir o resultado da execução orçamentária durante o exercício. Esse e outros dados são evidenciados neste balanço, como por exemplo, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O balanço orçamentário apresenta como resultado da execução orçamentária (receita arrecadada menos a despesa empenhada) o valor de R\$ 482.734,24 (superavitário). A seguir será apresentado o balanço orçamentário na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

PLÍNIO JOSÉ DE AMORIM NETO
Gestor

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

BOI
2022

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AGE - AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR
PERNAMBUCO
22.114.921/0001-18
ANEXO XII - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://cete.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 365c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I) (Nota 1)	1.640.000,00	1.640.000,00	1.510.167,35	(129.832,65)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				
Contribuições				
Receita Patrimonial	950.000,00	950.000,00	52.650,89	(897.349,11)
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços	600.000,00	600.000,00	1.367.490,89	767.490,89
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes	90.000,00	90.000,00	90.025,57	25,57
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	360.000,00	360.000,00	628.791,92	268.791,92
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos	360.000,00	360.000,00	628.791,92	268.791,92
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)	2.000.000,00	2.000.000,00	2.138.959,27	138.959,27
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)				
Operação de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operação de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V) (Nota 3)	2.000.000,00	2.000.000,00	2.138.959,27	138.959,27
DÉFICIT (VII)				
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	2.000.000,00	2.000.000,00	2.138.959,27	138.959,27
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(UTILIZADOS PARA				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPEAS EMPENHADAS (g)	DESPEAS LIQUIDADAS (h)	DESPEAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
DESPEAS CORRENTES (IX) (Nota 4)	625.000,00	722.658,45	687.180,69	687.180,69	677.228,07	35.477,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310.000,00	333.898,26	311.734,40	311.734,40	301.781,78	22.163,86
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	315.000,00	388.760,19	375.446,29	375.446,29	375.446,29	13.313,90
DESPEAS DE CAPITAL (X) (Nota 5)	1.375.000,00	976.536,00	969.044,34	969.044,34	969.044,34	7.491,66
INVESTIMENTOS	5.000,00	29.852,34	29.852,34	29.852,34	29.852,34	
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.370.000,00	946.683,66	939.192,00	939.192,00	939.192,00	7.491,66
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)						
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPEAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	2.000.000,00	1.699.194,45	1.656.225,03	1.656.225,03	1.646.272,41	42.969,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externas						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV) (Nota 6)	2.000.000,00	1.699.194,45	1.656.225,03	1.656.225,03	1.646.272,41	42.969,42
SUPERÁVIT (XVI) (Nota 7)			482.734,24			
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	2.000.000,00	1.699.194,45	2.138.959,27	1.656.225,03	1.646.272,41	42.969,42



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AGE - AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR
PERNAMBUCO
22.114.921/0001-18
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO
PROCESSADOS
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Nota 8)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
TOTAL						



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AGE - AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR
PERNAMBUCO

22.114.921/0001-18

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR
PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS (Nota 9)	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS					
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA					
TOTAL					

Plínio Jose de Amorim Neto
Gestor
CPF: 305.337.244-49

Valkiria Alves Cavalcanti Biones
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

(ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1.Nome do órgão ou entidade: Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios.
a.2.Natureza jurídica (conforme código da RFB): 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal.
a.3.CNPJ: 22.114.921/0001-18.
a.4.Domicílio do órgão ou entidade: Rua Castro Alves, nº 55 – Bairro: Centro – Cidade: Petrolina – Pernambuco – CEP: 56.304-340.
a.5.Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código “133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais relacionados ao desenvolvimento e implantação de projetos de empreendedorismo social. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
a.6.Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais do Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios.

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Orçamentário, tendo em consideração as opções e premissas da legislação que afetam a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2.Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes: <ul style="list-style-type: none">▪ A moeda funcional da entidade é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.▪ O regime orçamentário utilizado foi o misto, que compreende o registro de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.▪ A classificação orçamentária utilizada seguiu as determinações da Portaria MPOG nº 42/99 e Portaria STN nº 163/2001.▪ O orçamento para o exercício seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento.▪ A execução deste balanço se fundamentou no período orçamentário que compreende o dia 01/01/2022 a 31/12/2022.▪ Em situações de utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores ao de referência, o balanço patrimonial demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.▪ Nos casos de reabertura de créditos adicionais, especificamente especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, o balanço patrimonial apresentará situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.▪ Para levantamento do balanço foram utilizadas as classes 5 (orçamento aprovado), grupo 2 (previsão da receita e fixação da despesa), e classe 6 (execução do orçamento), grupo 2 (realização da receita e execução da despesa).

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

- No quadro principal as receitas serão apresentadas por natureza. Enquanto para as despesas, será utilizada a classificação funcional complementarmente à classificação por natureza.
- As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 9ª edição.
- No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.
- Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 494.
- No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

b.3.Termos e Definições correlatos ao Balanço Orçamentário:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS:

Previsão Inicial

Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA. As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes a data da publicação da LOA, também integrarão os valores apresentados na coluna.

Previsão Atualizada

Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: a. registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, ambas podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; b. criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA; c. remanejamento entre naturezas de receita; ou d. atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a reestimativa da receita, a coluna Previsão Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Previsão Inicial.

Receitas Realizadas

Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

Receitas Correntes

Receitas Correntes são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido. Destaca-se que a nomenclatura "Receitas Tributárias" adotada anteriormente foi alterada para "Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria" em observância à codificação da receita constante na Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001.

Receitas de Capital

Receitas de Capital são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

Operações de Crédito / Refinanciamento

Demonstra o valor da receita decorrente da emissão de títulos públicos e da obtenção de empréstimos, inclusive as destinadas ao refinanciamento da dívida pública. Os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às despesas com amortização da dívida e refinanciamento.

Déficit

Demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas, essa diferença será lançada na linha Superavit (XIII). Nesse caso, a linha Déficit (VI) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Saldos de Exercícios Anteriores

Demonstra o valor dos recursos provenientes de exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas do exercício corrente. Estão compreendidos nessa rubrica: a. Recursos arrecadados em exercícios anteriores; b. Superávit financeiro de exercícios anteriores; c. Créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior ao de referência e reabertos no exercício de referência

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

Demonstra os valores arrecadados em exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas de benefícios previdenciários do RPPS do exercício corrente, permitindo o equilíbrio na aprovação da Lei Orçamentária. A classificação orçamentária criada para essa finalidade é a "9990.00.00 – Recursos arrecadados em exercícios anteriores - RPPS", que se encontra

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

disponível na relação de naturezas de receitas, conforme estabelecido na Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001. No caso do RPPS, inicialmente há mais receitas do que pagamentos de benefícios (fase de capitalização). Para que haja equilíbrio orçamentário, a diferença de valores é lançada como reserva do RPPS do lado da despesa orçamentária. Entretanto, a partir de determinado momento, é provável que haja mais despesas do que receitas, fazendo-se necessário utilizar os recursos que foram anteriormente capitalizados. Deste modo, a parcela de recursos de exercícios anteriores que será utilizada para complementar os pagamentos de aposentadorias e pensões poderá ser incluída na previsão da receita para fins de equilíbrio orçamentário. Ressalta-se que, quando da elaboração do projeto de lei orçamentária, estes recursos arrecadados em exercícios anteriores ainda não podem ser classificados como superávit financeiro, já que este só pode ser obtido ao final do exercício. Assim, tais recursos poderão ser incluídos na coluna de previsão inicial, para fins de demonstração do equilíbrio na aprovação do orçamento. Todavia, não são passíveis de execução, por já terem sido arrecadados em exercícios anteriores. Na execução do orçamento, estes recursos serão lançados como superávit financeiro no Balanço Orçamentário na coluna de receita realizada.

Superávit Financeiro de exercícios anteriores

Conforme previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores. Apresenta valores somente nas colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para a abertura de créditos adicionais e ao valor que será utilizado para o empenho de despesas, respectivamente. Assim, registra o valor de recursos provenientes de superávit financeiro de exercícios anteriores, identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, que está sendo utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais. Apresentará valores somente nas colunas que se referem à previsão atualizada e à receita realizada até o bimestre e deverá corresponder ao valor da execução dos referidos créditos adicionais.

Reabertura de Créditos Adicionais

Corresponde aos créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior que forem reabertos no exercício de referência, observado o saldo remanescente⁵. Somente deverão ser levados ao balanço os valores efetivamente reabertos.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Dotação Inicial

Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

Dotação Atualizada

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a atualização da despesa, a coluna Dotação Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Dotação Inicial.

Despesas Empenhadas

Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada.

Despesas Liquidadas

Demonstra os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, inclusive das despesas pagas. Não inclui os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.

Despesas Pagas

Demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência. Não inclui os valores referentes ao pagamento de restos a pagar, processados ou não processados.

Despesas Correntes

Despesas Correntes são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesas de Capital

Despesas de Capital são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Reserva de Contingência

Reserva de Contingência é a destinação de parte das receitas orçamentárias para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, inclusive para a abertura de créditos adicionais.

Reserva do RPPS

Reserva do RPPS é a destinação de parte das receitas orçamentárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o pagamento de aposentadorias e pensões futuras. Ressalta-se que a diferença entre a reserva do RPPS e a reserva de contingência está na subfunção, identificadas pelos códigos 997 e 999, respectivamente, conforme a Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001. Ressalta-se ainda que esta rubrica se destina a evidenciar a reserva/guarda de um recurso que será utilizado para custear despesas futuras, não havendo execução de fato (empenho, liquidação ou pagamento) nesta rubrica.

Amortização da Dívida/ Refinanciamento

Demonstra o valor da despesa orçamentária decorrente do pagamento ou da transferência de outros ativos para a quitação do valor principal da dívida, inclusive de seu refinanciamento. Os valores referentes à amortização da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às receitas com operações de crédito e refinanciamento.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Superávit

Demonstra a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as despesas empenhadas forem superiores às receitas realizadas, essa diferença será lançada na linha Déficit (VI). Nesse caso, a linha Superávit (XIII) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Liquidados

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar processados pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no balanço orçamentário.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação de políticas contábeis que interferissem no balanço orçamentário.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64 (REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

--

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE PETROLINA**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etec.tce-pe.gov.br/etec/ppa/validarDoc.aspx?doc=semn-Código-do-documento-3b5e86e4-69ea-442e-826e-65745246822f>

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I) (Nota 1)	1.640.000,00	1.640.000,00	1.510.167,35	(129.832,65)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				
Contribuições				
Receita Patrimonial	950.000,00	950.000,00	52.650,89	(897.349,11)
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços	600.000,00	600.000,00	1.367.490,89	767.490,89
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes	90.000,00	90.000,00	90.025,57	25,57
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	360.000,00	360.000,00	628.791,92	268.791,92
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos	360.000,00	360.000,00	628.791,92	268.791,92
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)	2.000.000,00	2.000.000,00	2.138.959,27	138.959,27
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)				
Operação de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operação de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V) (Nota 3)	2.000.000,00	2.000.000,00	2.138.959,27	138.959,27
DÉFICIT (VII)				
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	2.000.000,00	2.000.000,00	2.138.959,27	138.959,27
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(UTILIZADOS PARA				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

Nota 1) RECEITAS CORRENTES: O resultado da receita corrente apresentado na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ -129.832,65, o que representa déficit de arrecadação corrente.

Nota 2) RECEITAS DE CAPITAL: O resultado das receitas de capital apresentado na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ 268.791,92, o que representa excesso de arrecadação de capital.

Nota 3) TOTAL DAS RECEITAS: O total de receitas previstas para o exercício, conforme Lei Orçamentária Anual, foi de R\$ 2.000.000,00. A previsão das receitas não foi atualizada, sendo arrecadado o valor de R\$ 2.138.959,27, o que gerou excesso de arrecadação de R\$ 138.959,27. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação entre a previsão atualizada e a receita arrecadada foi de 106,95%.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: https://tce.tce-pe.gov.br/pt/validarDoc.aspx?codigo_documento=365e86e4-69ea-412e-826e-65745246822f

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX) (Nota 4)	625.000,00	722.658,45	687.180,69	687.180,69	677.228,07	35.477,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310.000,00	333.898,26	311.734,40	311.734,40	301.781,78	22.163,86
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	315.000,00	388.760,19	375.446,29	375.446,29	375.446,29	13.313,90
DESPESAS DE CAPITAL (X) (Nota 5)	1.375.000,00	976.536,00	969.044,34	969.044,34	969.044,34	7.491,66
INVESTIMENTOS	5.000,00	29.852,34	29.852,34	29.852,34	29.852,34	
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.370.000,00	946.683,66	939.192,00	939.192,00	939.192,00	7.491,66
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)						
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	2.000.000,00	1.699.194,45	1.656.225,03	1.656.225,03	1.646.272,41	42.969,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externas						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV) (Nota 6)	2.000.000,00	1.699.194,45	1.656.225,03	1.656.225,03	1.646.272,41	42.969,42
SUPERÁVIT (XVI) (Nota 7)			482.734,24			
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	2.000.000,00	1.699.194,45	2.138.959,27	1.656.225,03	1.646.272,41	42.969,42

Nota 4) DESPESAS CORRENTES: O resultado da execução das despesas correntes, frente as dotações autorizadas foi de R\$ 35.477,76.

Nota 5) DESPESAS DE CAPITAL: O resultado da execução das despesas de capital, frente as dotações autorizadas foi de R\$ 7.491,66.

Nota 6) TOTAL DAS DESPESAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 2.000.000,00. A dotação foi atualizada para o valor de R\$ 1.699.194,45. O valor total empenhado foi de R\$ 1.656.225,03, o liquidado R\$ 1.656.225,03, e o pago R\$ 1.646.272,41. A economia orçamentária foi de R\$ 42.969,42. O coeficiente de execução foi de 97,47%.

Nota 7) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 2.138.959,27), menos as despesas empenhadas (R\$ 1.656.225,03) houve um superávit de execução orçamentária na ordem de R\$ 482.734,24.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Nota 8)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
TOTAL						

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS (Nota 9)	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS					
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA					
TOTAL					

Nota 8) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: A entidade não possui inscrições nem execuções de restos a pagar não processados.

Nota 9) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: A entidade não possui inscrições nem execuções de restos a pagar processados.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.2.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

e.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo evidencia em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

e.2.Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN:

Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64 (REQUISITOS MÍNIMOS DA RESOLUÇÃO Nº 189/2022) RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

Não houve registro de receitas intraorçamentárias no exercício.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE PETROLINA**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Despesas Correntes	50.000,00	3.121,13	3.121,13	3.121,13	3.121,13	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	50.000,00	3.121,13	3.121,13	3.121,13	3.121,13	0,00

As despesas intraorçamentárias fixadas no orçamento foram de R\$ 50.000,00. Após as alterações orçamentárias, a dotação atualizada totalizou R\$ 3.121,13. Destas autorizações orçamentárias foi empenhado o valor de R\$ 3.121,13, liquidado o valor de R\$ 3.121,13 e pago o valor de R\$ 3.121,13, não havendo economia orçamentária das despesas.

e.3. Detalhamento das Despesas Executadas por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário) conforme Resolução TCE-PE nº 189/2022:

**Resolução TC nº 189, de 14 de dezembro de 2022
TIPOS DE CRÉDITO**

Tipos de Crédito	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada (f)	Despesa Liquidada (g)	Despesa Paga (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Inicial/ Suplementar	2.000.000,00	1.699.194,45	1.656.225,03	1.656.225,03	1.646.272,41	42.969,42
Especiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extraordinários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.000.000,00	1.699.194,45	1.656.225,03	1.656.225,03	1.646.272,41	42.969,42

e.4. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários:

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2021.

e.5. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA:

Não houve atualização monetária autorizada por lei utilizada neste demonstrativo que justifique alteração da previsão atualizada da receita.

e.6. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados:

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 494.

e.7. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente:

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2021.

e.8. Superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS:

Não se aplica a Demonstrativos isolados, está demonstrado na Nota Explicativa do Balanço Orçamentário consolidado.

e.9. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:

Não houve transferências concebidas ou recebidas pela entidade no exercício.

e.10. Conciliação com os Valores dos Fluxos de Caixa Líquidos das Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamento da Demonstração dos Fluxos de Caixa:

	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Ingressos (Nota 1)	1.587.316,39
Receita Tributária	0,00
Receita de Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	0,00
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	1.367.490,89
Remuneração das Disponibilidades	52.650,89
Outras Receitas Derivadas e Originárias	167.174,61
Transferências recebidas	0,00
Desembolsos (Nota 2)	760.558,02
Pessoal e demais despesas	674.106,94
Juros e encargos da dívida	0,00
Transferências concedidas	3.121,13
Outros desembolsos operacionais	83.329,95
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I) (Nota 3)	826.758,37

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

As atividades operacionais geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$826.758,37.

	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Ingressos (Nota 4)	628.791,92
Alienação de bens	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	628.791,92
Outros ingressos de investimentos	0,00
Desembolsos (Nota 5)	969.044,34
Aquisição de ativo não circulante	29.852,34
Concessão de empréstimos e financiamentos	939.192,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II) (Nota 6)	-340.252,42

As atividades de investimentos geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ -340.252,42.

	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Ingressos (Nota 7)	0,00
Operações de crédito	0,00
Integralização do capital social de empresas	0,00
Outros ingressos de financiamento	0,00
Desembolsos (Nota 8)	0,00
Amortização /Refinanciamento da dívida	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III) (Nota 9)	0,00

Não houve geração de fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de financiamento.

f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para esta entidade estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE PETROLINA**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2018	Em andamento
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	Imediato	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)/ Secretário (a) de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2023	Não se aplica
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2023	Não se aplica
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)/ Secretário (a) de Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2016	Concluído

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dcd-69ca-442e-a26e-e5745246823f

Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Não se aplica
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
--	--	--	--	--

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE PETROLINA**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Gestor (a)	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Gestor (a)	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

PLÍNIO JOSÉ DE AMORIM NETO
Gestor

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8c4d-69ca-442e-a26e-e5745246823f

Secretaria Municipal de Educação,
Cultura e Esportes de Petrolina
Estado de Pernambuco



PETROLINA
PREFEITURA

SEC
EDUCAÇÃO,
CULTURA
E ESPORTES



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Assinse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada

BOI
2022

Publicado em março de 2023



BOI
2022

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade

Publicado em março de 2023



APRESENTAÇÃO

O Balanço Orçamentário Individual (BOI), foi elaborado em conformidade com o Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 438/2012, e orientações determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional através da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os fenômenos de natureza orçamentária que deram suporte a elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), com especial inferência da NBC TSP nº 11 e 13, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade alinhados ao padrão internacional definido pelo *International Federation of Accountants (IFAC)*.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Orçamentário Individual, apresenta comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com o objetivo de aferir o resultado da execução orçamentária durante o exercício. Esse e outros dados são evidenciados neste balanço, como por exemplo, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE PE.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O balanço orçamentário apresenta como resultado da execução orçamentária (receita arrecadada menos a despesa empenhada) o valor de R\$ 97.318.229,90 (deficitário). É importante destacar que esta entidade tem composição orçamentária deficitária, dependendo de transferências financeiras repassadas pelo Poder Executivo. Desta forma, se incorporarmos as receitas orçamentárias o valor de R\$ 88.945.375,18, decorrentes das transferências financeiras recebidas, e R\$ 17.625.838,35, decorrentes da abertura de créditos adicionais por Superavit Financeiros de exercícios anteriores, menos a despesa empenhada, temos um resultado da execução orçamentária de R\$ 9.252.983,63, superavitário. A seguir será apresentado o balanço orçamentário na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

ROSANE DA COSTA SANTOS
Gestora

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

BOI
2022

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
SEDUC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PETROLINA
PERNAMBUCO
06.081.158/0001-10
ANEXO XII - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://ctee.tee.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 365c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I) Nota 1	323.500.000,00	417.895.368,49	417.153.429,43	(741.939,06)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				
Contribuições				
Receita Patrimonial	200.000,00	200.000,00	6.582.960,42	6.382.960,42
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes	322.500.000,00	416.895.368,49	408.900.984,42	(7.994.384,07)
Outras Receitas Correntes	800.000,00	800.000,00	1.669.484,59	869.484,59
Receitas de Capital (II) Nota 2	17.000.000,00	17.000.000,00	1.690.646,99	(15.309.353,01)
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	17.000.000,00	17.000.000,00	1.690.646,99	(15.309.353,01)
Outras Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)	340.500.000,00	434.895.368,49	418.844.076,42	(16.051.292,07)
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)				
Operação de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operação de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	340.500.000,00	434.895.368,49	418.844.076,42	(16.051.292,07)
DÉFICIT (VII) Nota 7			97.318.229,90	
TOTAL (VIII) = (VI + VII) Nota 3	340.500.000,00	434.895.368,49	516.162.306,32	81.266.937,83
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(UTILIZADOS PARA)		17.625.838,35	17.625.838,35	
Superávit Financeiro		17.625.838,35	17.625.838,35	
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPEAS EMPENHADAS (g)	DESPEAS LIQUIDADAS (h)	DESPEAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
DESPEAS CORRENTES (IX) Nota 4	388.535.000,00	474.289.140,24	457.980.597,51	457.980.597,51	457.975.598,19	16.308.542,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	269.715.000,00	313.968.356,24	306.292.080,93	306.292.080,93	306.287.981,61	7.676.275,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	118.820.000,00	160.320.784,00	151.688.516,58	151.688.516,58	151.687.616,58	8.632.267,42
DESPEAS DE CAPITAL (X) Nota 5	41.925.000,00	83.336.363,92	58.181.708,81	58.181.708,81	58.181.708,81	25.154.655,11
INVESTIMENTOS	41.925.000,00	83.336.363,92	58.181.708,81	58.181.708,81	58.181.708,81	25.154.655,11
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)						
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPEAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	430.460.000,00	557.625.504,16	516.162.306,32	516.162.306,32	516.157.307,00	41.463.197,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externas						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	430.460.000,00	557.625.504,16	516.162.306,32	516.162.306,32	516.157.307,00	41.463.197,84
SUPERÁVIT (XVI)						
TOTAL (XVII) = (XV + XVI) Nota 6	430.460.000,00	557.625.504,16	516.162.306,32	516.162.306,32	516.157.307,00	41.463.197,84



MUNICÍPIO DE PETROLINA
SEDUC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PETROLINA
PERNAMBUCO
06.081.158/0001-10
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO
PROCESSADOS
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Nota 8	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
TOTAL						



MUNICÍPIO DE PETROLINA
SEDUC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PETROLINA
PERNAMBUCO
06.081.158/0001-10
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR
PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 365c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS Nota 9	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES		255,350,00			255,350,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		255,350,00			255,350,00
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS					
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA					
TOTAL		255,350,00			255,350,00



MUNICÍPIO DE PETROLINA
SEDUC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PETROLINA
PERNAMBUCO
06.081.158/0001-10
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ANEXO I - RPNP
EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: ___/___/___	



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://ctce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dc4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
TOTAL						



MUNICÍPIO DE PETROLINA
SEDUC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PETROLINA
PERNAMBUCO
06.081.158/0001-10
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO II - RPP E RPNP LIQUIDADOS
EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: ____/____/____	



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c88c4-69ca-442e-a26e-e57d52d6823f

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES		255.350,00			255.350,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		255.350,00			255.350,00
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS					
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA					
TOTAL		255.350,00			255.350,00

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

(ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1.Nome do órgão ou entidade: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (SEDUC).
a.2.Natureza jurídica (conforme código da RFB): 103-1 Órgão Público do Poder Executivo Municipal
a.3.CNPJ: 10.113.728/0001-83
a.4.Domicílio do órgão ou entidade: Avenida Coronel Clementino Coelho – Parque Bandeirantes – Petrolina – PE - CEP: 56.308-915.
a.5.Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código “103—Órgão Público do Poder Executivo Municipal, como atividade principal 84.11-6-00 - Administração pública em geral” A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
a.6.Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SEDUC).

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Orçamentário, tendo em consideração as opções e premissas da legislação que afetam a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2.Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes: <ul style="list-style-type: none">▪ A moeda funcional da entidade é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.▪ O regime orçamentário utilizado foi o misto, que compreende o registro de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.▪ A classificação orçamentária utilizada seguiu as determinações da Portaria MPOG nº 42/99 e Portaria STN nº 163/2001.▪ O orçamento para o exercício seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento.▪ A execução deste balanço se fundamentou no período orçamentário que compreende o dia 01/01/2022 a 31/12/2022.▪ Em situações de utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores ao de referência, o balanço patrimonial demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.▪ Nos casos de reabertura de créditos adicionais, especificamente especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, o balanço patrimonial apresentará situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.▪ Para levantamento do balanço foram utilizadas as classes 5 (orçamento aprovado), grupo 2 (previsão da receita e fixação da despesa), e classe 6 (execução do orçamento), grupo 2 (realização da receita e execução da despesa).▪ No quadro principal as receitas serão apresentadas por natureza. Enquanto para as despesas, será utilizada a classificação funcional complementarmente à classificação por natureza.

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

- As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 9ª edição.
- No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.
- Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 494.
- No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

b.3. Termos e Definições correlatos ao Balanço Orçamentário:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS:

Previsão Inicial

Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA. As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes a data da publicação da LOA, também integrarão os valores apresentados na coluna.

Previsão Atualizada

Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: a. registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, ambas podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; b. criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA; c. remanejamento entre naturezas de receita; ou d. atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a reestimativa da receita, a coluna Previsão Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Previsão Inicial.

Receitas Realizadas

Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

Receitas Correntes

Receitas Correntes são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido. Destaca-se que a nomenclatura "Receitas Tributárias" adotada anteriormente foi alterada para "Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria" em observância à codificação da receita constante na Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001.

Receitas de Capital

Receitas de Capital são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

Operações de Crédito / Refinanciamento

Demonstra o valor da receita decorrente da emissão de títulos públicos e da obtenção de empréstimos, inclusive as destinadas ao refinanciamento da dívida pública. Os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às despesas com amortização da dívida e refinanciamento.

Déficit

Demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas, essa diferença será lançada na linha Superavit (XIII). Nesse caso, a linha Déficit (VI) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Saldos de Exercícios Anteriores

Demonstra o valor dos recursos provenientes de exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas do exercício corrente. Estão compreendidos nessa rubrica: a. Recursos arrecadados em exercícios anteriores; b. Superávit financeiro de exercícios anteriores; c. Créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior ao de referência e reabertos no exercício de referência

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

Demonstra os valores arrecadados em exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas de benefícios previdenciários do RPPS do exercício corrente, permitindo o equilíbrio na aprovação da Lei Orçamentária. A classificação orçamentária criada para essa finalidade é a "9990.00.00 – Recursos arrecadados em exercícios anteriores - RPPS", que se encontra disponível na relação de naturezas de receitas, conforme estabelecido na Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001. No caso do

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validarDoc.aspx?codigo_documento=365686409ca442ca26c6574524682af

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

RPPS, inicialmente há mais receitas do que pagamentos de benefícios (fase de capitalização). Para que haja equilíbrio orçamentário, a diferença de valores é lançada como reserva do RPPS do lado da despesa orçamentária. Entretanto, a partir de determinado momento, é provável que haja mais despesas do que receitas, fazendo-se necessário utilizar os recursos que foram anteriormente capitalizados. Deste modo, a parcela de recursos de exercícios anteriores que será utilizada para complementar os pagamentos de aposentadorias e pensões poderá ser incluída na previsão da receita para fins de equilíbrio orçamentário. Ressalta-se que, quando da elaboração do projeto de lei orçamentária, estes recursos arrecadados em exercícios anteriores ainda não podem ser classificados como superávit financeiro, já que este só pode ser obtido ao final do exercício. Assim, tais recursos poderão ser incluídos na coluna de previsão inicial, para fins de demonstração do equilíbrio na aprovação do orçamento. Todavia, não são passíveis de execução, por já terem sido arrecadados em exercícios anteriores. Na execução do orçamento, estes recursos serão lançados como superávit financeiro no Balanço Orçamentário na coluna de receita realizada.

Superávit Financeiro de exercícios anteriores

Conforme previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores. Apresenta valores somente nas colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para a abertura de créditos adicionais e ao valor que será utilizado para o empenho de despesas, respectivamente. Assim, registra o valor de recursos provenientes de superávit financeiro de exercícios anteriores, identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, que está sendo utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais. Apresentará valores somente nas colunas que se referem à previsão atualizada e à receita realizada até o bimestre e deverão corresponder ao valor da execução dos referidos créditos adicionais.

Reabertura de Créditos Adicionais

Corresponde aos créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior que forem reabertos no exercício de referência, observado o saldo remanescente⁵. Somente deverão ser levados ao balanço os valores efetivamente reabertos.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Dotação Inicial

Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

Dotação Atualizada

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a atualização da despesa, a coluna Dotação Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Dotação Inicial.

Despesas Empenhadas

Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada..

Despesas Liquidadas

Demonstra os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, inclusive das despesas pagas. Não inclui os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.

Despesas Pagas

Demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência. Não inclui os valores referentes ao pagamento de restos a pagar, processados ou não processados.

Despesas Correntes

Despesas Correntes são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesas de Capital

Despesas de Capital são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Reserva de Contingência

Reserva de Contingência é a destinação de parte das receitas orçamentárias para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, inclusive para a abertura de créditos adicionais.

Reserva do RPPS

Reserva do RPPS é a destinação de parte das receitas orçamentárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o pagamento de aposentadorias e pensões futuras. Ressalta-se que a diferença entre a reserva do RPPS e a reserva de contingência está na subfunção, identificadas pelos códigos 997 e 999, respectivamente, conforme a Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001. Ressalta-se ainda que esta rubrica se destina a evidenciar a reserva/guarda de um recurso que será utilizado para custear despesas futuras, não havendo execução de fato (empenho, liquidação ou pagamento) nesta rubrica.

Amortização da Dívida/ Refinanciamento

Demonstra o valor da despesa orçamentária decorrente do pagamento ou da transferência de outros ativos para a quitação do valor principal da dívida, inclusive de seu refinanciamento. Os valores referentes à amortização da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às receitas com operações de crédito e refinanciamento.

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validador_documento.php?codigo_documento=3b5e6d4-69ea-442e-a26c-e57452a6823f

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Superávit

Demonstra a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as despesas empenhadas forem superiores às receitas realizadas, essa diferença será lançada na linha Déficit (VI). Nesse caso, a linha Superávit (XIII) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Liquidados

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar processados pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no balanço orçamentário.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação de políticas contábeis que interferissem no balanço orçamentário.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validaDoc.aspx?Codigo-do-documento=3b5e8d4-09ea-442e-a26c-e57452d6823f>

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Receitas Correntes (I)	Nota 1	323.500.000,00	417.895.368,49	417.153.429,43	(741.939,06)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria					
Contribuições					
Receita Patrimonial		200.000,00	200.000,00	6.582.960,42	6.382.960,42
Receita Agropecuária					
Receita Industrial					
Receita de Serviços					
Transferências Correntes		322.500.000,00	416.895.368,49	408.900.984,42	(7.994.384,07)
Outras Receitas Correntes		800.000,00	800.000,00	1.669.484,59	869.484,59
Receitas de Capital (II)	Nota 2	17.000.000,00	17.000.000,00	1.690.646,99	(15.309.353,01)
Operações de Crédito					
Alienação de Bens					
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital		17.000.000,00	17.000.000,00	1.690.646,99	(15.309.353,01)
Outras Receitas de Capital					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)		340.500.000,00	434.895.368,49	418.844.076,42	(16.051.292,07)
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)					
Operação de Crédito Internas					
Mobiliária					
Contratual					
Operação de Crédito Externas					
Mobiliária					
Contratual					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)		340.500.000,00	434.895.368,49	418.844.076,42	(16.051.292,07)
DÉFICIT (VII)	Nota 7			97.318.229,90	
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	Nota 3	340.500.000,00	434.895.368,49	516.162.306,32	81.266.937,83
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(UTILIZADOS PARA			17.625.838,35	17.625.838,35	
Superávit Financeiro			17.625.838,35	17.625.838,35	
Reabertura de Créditos Adicionais					

Nota 1) RECEITAS CORRENTES: O resultado da receita corrente apresentado na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ -741.939,06 o que representa déficit de arrecadação corrente.

Nota 2) RECEITAS DE CAPITAL: O resultado das receitas de capital apresentado na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ -15.309.353,01, o que representa déficit de arrecadação de capital.

Nota 3) TOTAL DAS RECEITAS: O total de receitas previstas para o exercício, conforme Lei Orçamentária Anual, foi de R\$ 340.500.000,00. A previsão das receitas foi atualizada pelos Recursos de Convênios e Outros Instrumentos Congêneros e Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 94.395.368,49, sendo arrecadado o valor de R\$ 418.844.076,42, o que gerou déficit de R\$ 16.051.292,07. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação entre a previsão atualizada e a receita arrecadada foi de 96,31%.

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: https://tce.tce-pe.gov.br/pt/validarDoc.aspx?codigo_documento=365e86e4-69ea-412e-b26e-65745246822f

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX) Nota 4	388.636.000,00	474.289.140,24	457.980.597,51	457.980.597,51	457.975.598,19	16.308.542,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	269.715.000,00	313.968.356,24	306.292.080,93	306.292.080,93	306.287.981,61	7.676.275,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	118.820.000,00	160.320.784,00	151.688.516,58	151.688.516,58	151.687.616,58	8.632.267,42
DESPESAS DE CAPITAL (X) Nota 5	41.925.000,00	83.336.363,92	58.181.708,81	58.181.708,81	58.181.708,81	25.154.655,11
INVESTIMENTOS	41.925.000,00	83.336.363,92	58.181.708,81	58.181.708,81	58.181.708,81	25.154.655,11
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)						
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	430.460.000,00	557.625.504,16	516.162.306,32	516.162.306,32	516.157.307,00	41.463.197,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externas						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	430.460.000,00	557.625.504,16	516.162.306,32	516.162.306,32	516.157.307,00	41.463.197,84
SUPERÁVIT (XVI)						
TOTAL (XVII) = (XV + XVI) Nota 6	430.460.000,00	557.625.504,16	516.162.306,32	516.162.306,32	516.157.307,00	41.463.197,84

Nota 4) DESPESAS CORRENTES: O resultado da execução das despesas correntes, frente as dotações autorizadas foi de R\$ 16.308.542,73.

Nota 5) DESPESAS DE CAPITAL: O resultado da execução das despesas de capital, frente as dotações autorizadas foi de R\$ 25.154.655,11.

Nota 6) TOTAL DAS DESPESAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 430.460.000,00, somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 557.625.504,16. O valor total empenhado foi de R\$ 516.162.306,32, o liquidado R\$ 516.162.306,32, e o pago R\$ 516.157.307,00. A economia orçamentária foi de R\$ 41.463.197,84. O coeficiente de execução foi de 92,56%.

Nota 7) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 418.844.076,42), menos as despesas empenhadas (R\$ 516.162.306,32) houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 97.318.229,90. Se incorporarmos as receitas orçamentárias o valor de R\$ 88.945.375,18, decorrentes das transferências financeiras recebidas, e R\$ 17.625.838,35, decorrentes da abertura de créditos adicionais por Superavit Financeiros de exercícios anteriores, menos a despesa empenhada, temos um resultado da execução orçamentária de R\$ 9.252.983,63, superavitário.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Nota 8	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA						
TOTAL						

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/pt/validarDoc.aspx?documento=3b5c8dcd469ca442e-a26e-e57452d6823f>

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS Nota 9	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES		255.350,00			255.350,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		255.350,00			255.350,00
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS					
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA					
TOTAL		255.350,00			255.350,00

Nota 8) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: Não há registros de restos a pagar não processados nesta entidade.

Nota 9) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: Os restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores totalizaram R\$ 0,00, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, R\$ 255.350,00. Deste montante, não houve pagamentos ou cancelamentos, restando de saldo a pagar R\$ 255.350,00.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.2.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

e.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo evidencia em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

e.2.Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN:

**Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64
(REQUISITOS MÍNIMOS DA RESOLUÇÃO Nº 189/2022)
RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Não houve registro de receitas intraorçamentárias no exercício para esta entidade.

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Despesas Correntes	41.870.000,00	33.423.623,10	33.053.830,56	33.053.830,56	33.053.830,56	369.792,54
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	41.870.000,00	33.423.623,10	33.053.830,56	33.053.830,56	33.053.830,56	369.792,54

As despesas intraorçamentárias fixadas no orçamento foram de R\$ 41.870.000,00. Após a abertura de créditos adicionais houve autorização no valor de R\$ 33.423.623,10. Destas autorizações orçamentárias foi empenhado o valor de R\$ 33.053.830,56, liquidado o valor de R\$ 33.053.830,56 e pago o valor de R\$ 33.053.830,56, resultando numa economia orçamentária das despesas intraorçamentárias de R\$ 369.792,54.

e.3. Detalhamento das Despesas Executadas por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário) conforme Resolução TCE-PE nº 189/2022:

**Resolução TC nº 189, de 14 de dezembro de 2022
TIPOS DE CRÉDITO**

Tipos de Crédito	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada (f)	Despesa Liquidada (g)	Despesa Paga (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Inicial/Suplementar	430.460.000,00	127.165.504,16	85.702.306,32	85.702.306,32	85.697.307,00	41.463.197,84
Especiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extraordinários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	430.460.000,00	127.165.504,16	85.702.504,16	85.702.306,32	85.697.307,00	41.463.197,84

e.4. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários:

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Fonte de Recurso (a)	Superávit Financeiro Apresentado no BP do exercício anterior (b)	Créditos Adicionais Transferidos/Reabertos (c)	Operações de Créditos vinculados aos créditos reabertos não recebidos (d)	SUPERÁVIT FINANCEIRO DISPONÍVEL PARA ABERTURA DO CRÉDITO SUPLEMENTAR = (b - c - d)
11130000 - Transferências do FUNDEB - Impostos 30%	17.625.838,35	0,00	0,00	17.625.838,35

VALOR UTILIZADO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS:

Fonte	Valor Disponível (R\$)	Valor Utilizado (R\$)
11130000 - Transferências do FUNDEB - Impostos 30%	17.625.838,35	17.625.838,35

VALOR DE REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS NO EXERCÍCIO:

Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2021.

Em obediência as exigências previstas para as notas explicativas estabelecidas no item "f" à pág. 494 do MCASP, informamos que a utilização do superávit financeiro e/ou reabertura de créditos adicionais especiais e extraordinários implicou no resultado da execução orçamentária do exercício no valor de R\$ 17.625.838,35. Excluindo este montante do resultado da execução orçamentária, já considerando o recebimento das transferências financeiras, teríamos o valor de R\$ 9.252.983,63, superavitário.

e.5. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA:

Não houve atualização monetária autorizada por lei utilizada neste demonstrativo que justifique alteração da previsão atualizada da receita.

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES. Acesse em: https://tce.tce.pe.gov.br/pegov/visualizar_documento.asp?doc_id=365c8d4c469ca442e426e45745246823f

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/epp/validador>; eam Código do documento: 3b5c8d64-69ca-442e-a26e-65745246823f

e.6.Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados:

Não há registro na entidade de pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 494.

e.7.Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente:

DETALHAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS VINDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES UTILIZADOS PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO

Fonte	Valor Disponível (R\$)	Valor Utilizado (R\$)
11130000 - Transferências do FUNDEB - Impostos 30%	17.625.838,35	17.625.838,35

e.8. Superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS:

Não se aplica a Demonstrativos isolados, está demonstrado na Nota Explicativa do Balanço Orçamentário consolidado.

e.9. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:

As transferências financeiras concedidas somam R\$ 0,00. Enquanto as recebidas somam R\$ 88.945.375,18.

e.10. Conciliação com os Valores dos Fluxos de Caixa Líquidos das Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamento da Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Ingressos	Nota 1	576.774.075,73	501.489.378,51
Receita Tributária		0,00	0,00
Receita de Contribuições		0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades		6.582.960,42	3.107.011,65
Outras Receitas Derivadas e Originárias		159.599.483,90	152.005.238,57
Transferências recebidas		410.591.631,41	346.377.128,29
Desembolsos	Nota 2	526.707.450,16	445.081.574,15
Pessoal e demais despesas		399.171.879,18	336.339.971,84
Juros e encargos da dívida		0,00	0,00
Transferências concedidas		58.803.719,01	53.934.811,56
Outros desembolsos operacionais		68.731.851,97	54.806.790,75
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	Nota 3	50.066.625,57	56.407.804,36

As atividades operacionais geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ 50.066.625,57.

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Ingressos	Nota 4	0,00	0,00
Alienação de bens		0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
Desembolsos	Nota 5	58.181.708,81	15.370.571,60
Aquisição de ativo não circulante		43.326.123,81	13.335.027,37
Concessão de empréstimos e financiamentos		0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos		14.855.585,00	2.035.544,23
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	Nota 6	-58.181.708,81	-15.370.571,60

As atividades de investimentos geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ 58.181.708,81.

Ingressos	Nota 7	0,00	0,00
Operações de crédito		0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas		0,00	0,00
Outros ingressos de financiamento		0,00	0,00
Desembolsos	Nota 8	0,00	0,00
Amortização /Refinanciamento da dívida		0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	Nota 9	0,00	0,00

As atividades de financiamento geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ 0,00.

f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA****Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Para esta entidade estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Não se aplica
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Não se aplica
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Não se aplica
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Não se aplica
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Não se aplica
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epi/validarDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dcd-69ca-442e-a26e-e5745246823f

Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Não se aplica
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Não se aplica
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Não se aplica
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Não se aplica
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 3b5c8dcd-69ca-442e-a26e-e5745246823f

1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DíVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Não se aplica

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Rosane da Costa Santos
Gestora

VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5

Prefeitura Municipal de Petrolina
Estado de Pernambuco



PETROLINA
PREFEITURA



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Assinado em: https://eicf.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 4a296470-df4e-4069-b1be-531e1f19a98f

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada

BFI
2022

Publicado em março de 2023



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://ste.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 4a296470-df4e-4069-b1be-531e1f19a98f



BFI
2022

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade

Publicado em março de 2023



APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro Individual (BFI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 3, da Parte V, da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, e as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06

Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O balanço tem por objetivo apresentar o fluxo financeiro da entidade, decorrente das operações orçamentárias e extraorçamentárias apuradas durante todo o exercício, a qual resulta em aumento ou diminuição das disponibilidades financeiras ao compararmos saldos iniciais e finais.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189/2022.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

Analisando os dados do balanço, o resultado financeiro do exercício foi de R\$ 24.436.318,25 (superavitário). A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Prefeito

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 4a296470-df4e-4069-b1be-531e1f19a98f

BFI
2022

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
PERNAMBUCO
10.358.190/0001-77
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: / /	



Documento Assinado Digitalmente e por Sistema AMONIM DURANTE FILHO - VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONEZ
Acesse em: <https://eice.ice.pe.gov.br/ST/AMONIM/DURANTE/FILHO/VALKIRIAALVESCAVALCANTIBIONEZ>

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I) (Nota 1)	614.976.215,22	538.224.530,39	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI) (Nota 5)	367.673.725,76	298.757.902,29
RECURSOS ORDINÁRIOS	535.815.902,20	429.461.324,49	RECURSOS ORDINÁRIOS	299.910.068,36	212.586.250,65
Recursos Ordinários	376.317.453,04		Recursos Ordinários	299.910.068,36	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	83.682.582,78		Recursos ordinários - não vinculados		212.586.250,65
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	75.815.866,38		RECURSOS VINCULADOS	67.763.657,40	86.171.740,64
Recursos ordinários - não vinculados		286.982.094,65	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.712.796,87	
Impostos e transferências Educação - MDE		46.478.127,37	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	55.661,45	
Impostos e transferências Saúde		96.001.102,47	Recursos transferidos pelo FNAS		7.960.238,84
RECURSOS VINCULADOS	79.160.313,02	108.763.205,90	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	20.276.802,51	
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	5.296.652,07		Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022	3.455.549,28	
Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	35.992,50		Recursos de Operações de Crédito	1.310.944,03	
Recursos transferidos pelo FNAS		3.574.244,49	Outras vinculações de transferências	35.951.903,26	
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	33.828.386,99		Transferências de Outros Convênios		48.056.796,01
Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022	3.455.549,29		Outras operações de créditos		8.911.100,24
Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	2.726.728,41		Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		21.243.615,55
Recursos de Operações de Crédito	2.183.235,06				
Outras vinculações de transferências	29.940.857,48				
Outros Recursos Vinculados	1.692.911,22				
Transferências de Outros Convênios		64.335.870,69			
Outras operações de créditos		9.941.659,64			
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		30.911.431,08			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II) (Nota 2)		1.700.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII) (Nota 6)	229.487.249,20	211.885.952,23
REPASSE RECEBIDO		1.700.000,00	REPASSE CONCEDIDO	229.487.249,20	211.885.952,23
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III) (Nota 3)	33.115.343,14	27.331.453,57	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII) (Nota 7)	26.494.265,15	33.840.600,40
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO	9.092.755,21	5.326.674,42	RP PROCESSADOS PAGOS	2.786.594,68	11.176.510,76
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	23.857.990,25	21.843.893,50	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	23.543.210,29	22.503.200,47
PM - INSS - SERVIDOR (DEMAIS)	2.308.888,45	1.212.081,71	PM - INSS - SERVIDOR (DEMAIS)	2.308.888,45	1.211.975,95
PM - SALÁRIO FAMÍLIA - INSS		51,27	PM - SALÁRIO FAMÍLIA - INSS		51,27
PM - IGEPREV - SERVIDOR (DEMAIS)	6.347.743,21	5.432.502,96	PM - IGEPREV - SERVIDOR (DEMAIS)	6.347.743,21	5.432.502,96
PM - SEST SENAT	20,13		PM - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	1.332.839,81	2.730.350,89
PM - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	1.506.025,58	2.077.330,87	PM - PENSÃO ALIMENTÍCIA	433.691,84	415.162,28
PM - PENSÃO ALIMENTÍCIA	433.691,83	450.385,14	PM - ORTOCLIN	116.754,92	113.041,40
PM - ORTOCLIN	116.754,92	113.041,40	PM - SERVDONTO	625,82	779,67
PM - SERVDONTO	625,82	779,67	PM - HGU - SAÚDE	761.309,60	777.347,20
PM - HGU - SAÚDE	761.309,60	777.347,20	PM - UNIMED - PLANO DE SAÚDE	1.997.046,33	2.028.097,50

IMPRESSÃO: VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONEZ



MUNICÍPIO DE PETROLINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
PERNAMBUCO
10.358.190/0001-77
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: / /	



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANNO FILHO - VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONE
Acesse em: <https://eice.ice.pe.gov.br/epi/validar>

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PM - UNIMED - PLANO DE SAÚDE	1.997.046,33	2.028.097,50	PM - ODONTOPREV	4.585,63	4.356,84
PM - ODONTOPREV	4.585,63	4.350,84	PM - UNIMED UNIFACIL	41.135,00	18.624,37
PM - UNIMED UNIFACIL	41.135,00		PM - ASERP - ASSOCIAÇÃO DOS VIGIAS/AASPP	19.971,97	18.624,37
PM - ASERP - ASSOCIAÇÃO DOS VIGIAS/AASPP	19.971,97	18.624,37	PM - AGUAMP - ASSOCIAÇÃO DOS GUARDAS MUNICIPAIS	30.873,80	26.797,57
PM - ASMOPE - ASSOCIAÇÃO DOS MOTORISTA		4.461,91	PM - TRANSFERÊNCIA INSTITUIÇÃO PRIVADA	901.330,69	441.431,26
PM - AGUAMP - ASSOCIAÇÃO DOS GUARDAS MUNICIPAIS	30.873,80	26.797,57	PM - SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	225.131,00	208.666,34
PM - TRANSFERÊNCIA INSTITUIÇÃO PRIVADA	846.466,94	483.558,97	PM - DESCONTO AASGP	6.781,47	6.575,63
PM - SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	225.131,00	208.666,34	PM - CONSIGNADO BANCO BRASIL	65.709,84	16.427,46
PM - DESCONTO AASGP	6.781,47	6.575,63	PM - CONSIGNADO CAIXA	4.043.157,22	3.658.163,93
PM - CONSIGNADO BANCO BRASIL	65.709,84	16.427,46	PM - CONSIGNADO ITAU	141.940,59	90.905,02
PM - CONSIGNADO CAIXA	4.043.157,22	3.658.163,93	PM - CONSIGNADO SANTANDER	9.815,16	3.436,00
PM - CONSIGNADO SICRED	141.940,59	90.905,02	PM - RESTITUIÇÕES	24.227,93	36.510,81
PM - CONSIGNADO ITAU	3.436,00	344,00	PM - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	663.125,89	1.090.802,26
PM - CONSIGNADO SANTANDER	9.815,16		PM - CAUÇÕES		51.560,60
PM - RESTITUIÇÕES	68.961,46	36.554,64	PM - VALE TRANSPORTE	224.523,26	186.109,95
PM - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	749.565,73	1.033.690,35	PM - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA A RECOLHER	16.693,11	7.323,27
PM - CAUÇÕES	79.011,88		PM - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA A RECOLHER	3.455.032,76	3.451.929,08
PM - VALE TRANSPORTE	224.523,26	186.265,15	PM - RETENÇÃO DE PUBLICIDADE		9.966,26
PM - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA A RECOLHER	23.150,50	7.323,27	PM - CARTÃO POLICARD		72.453,57
PM - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA A RECOLHER	3.433.013,43	3.466.327,63	PM - CARTÃO BMG	207.575,06	266.041,48
PM - RETENÇÃO DE PUBLICIDADE	1.814,51	15.647,40	PM - CARTÃO BOM SUCESSO/OLÉ	91.013,85	101.396,67
PM - CARTÃO POLICARD		72.453,57	PM - OUTRAS CONSIGNAÇÕES	41.521,82	36.004,02
PM - CARTÃO BMG	207.575,06	266.041,48	PM - CONTRIBUIÇÕES IGEPREV		243,60
PM - CARTÃO BOM SUCESSO/OLÉ	91.013,85	101.396,67	PM - CARTÃO AVANCARD	26.728,26	11.451,96
PM - OUTRAS CONSIGNAÇÕES	41.521,82	36.004,02	OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	164.597,68	160.885,65
PM - CONTRIBUIÇÕES IGEPREV		243,60	PM - SALÁRIO FAMÍLIA - INSS	99.624,72	103.999,50
PM - CARTÃO AVANCARD	26.728,26	11.451,96	PM - SALÁRIO MATERNIDADE - INSS	64.972,96	56.886,15
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	164.597,68	160.885,65	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	164.460,18	160.885,65
PM - SALÁRIO FAMÍLIA - INSS	99.624,72	103.999,50	PM - SALÁRIO FAMÍLIA - INSS	99.487,22	105.627,44
PM - SALÁRIO MATERNIDADE - INSS	64.972,96	56.886,15	PM - SALÁRIO MATERNIDADE - INSS	64.972,96	55.267,23
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV) (Nota 4)	115.156.597,23	92.385.168,19	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX) (Nota 8)	139.592.915,48	115.156.597,23
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	115.156.597,23	92.385.168,19	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	139.592.915,48	115.156.597,23
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	115.156.597,23	92.385.168,19	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	139.592.915,48	115.156.597,23
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	763.248.155,59	659.641.152,15	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	763.248.155,59	659.641.152,15



MUNICÍPIO DE PETROLINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
PERNAMBUCO
10.358.190/0001-77
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
N° PROCESSO	
DATA: ___/___/____	



Documento Assinado Digitalmente por: **SHYAO AMORIM DURANNO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES**
Acesse em: <https://eccc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 44296470-df4e-4069-b1be-531e11f9498f

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Prefeitura Municipal de Petrolina (PMP)
a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
a.3. CNPJ: 10.358.190/0001-77.
a.4. Domicílio do órgão ou entidade: Avenida Guararapes, nº 2114 – Bairro: Centro – Cidade: Petrolina – Pernambuco – CEP: 56302-905.
a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Petrolina concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da Prefeitura Municipal de Petrolina (PMP).

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do balanço financeiro, tendo em consideração as opções e premissas da legislação que afetam a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2. Bases de mensuração utilizadas: <ul style="list-style-type: none">▪ O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto. Ou seja, de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, realizando ao final do exercício, a inscrição dos restos a pagar processados e não processados no lado dos ingressos extraorçamentários.▪ A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.▪ Para estruturação do balanço e conseqüente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas. A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.▪ As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.▪ Foi incluído no saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014. Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Asses em: https://tce.tce-pe.gov.br/tce-pe/pt/validarDocumento/4296470-df4-4069-b1bc-531e1119408f

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Asses em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 4a296470-df4e-4069-b1bc-531e1f19a98f

PM - UNIMED - PLANO DE SAÚDE	1.997.046,33	2.028.097,50
PM - ODONTOPREV	4.585,63	4.350,84
PM - UNIMED UNIFACIL	41.135,00	
PM - ASERP - ASSOCIAÇÃO DOS VIGIAS/AASPP	19.971,97	18.624,37
PM - ASMOPE - ASSOCIAÇÃO DOS MOTORISTA		4.461,91
PM - AGUAMP - ASSOCIAÇÃO DOS GUARDAS MUNICIPAIS	30.873,80	26.797,57
PM - TRANSFERENCIA INSTITUIÇÃO PRIVADA	846.466,94	483.558,97
PM - SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	225.131,00	208.666,34
PM - DESCONTO AASGP	6.781,47	6.575,63
PM - CONSIGNADO BANCO BRASIL	65.709,84	16.427,46
PM - CONSIGNADO CAIXA	4.043.157,22	3.658.163,93
PM - CONSIGNADO SICRED	141.940,59	90.905,02
PM - CONSIGNADO ITAU	3.436,00	344,00
PM - CONSIGNADO SANTANDER	9.815,16	
PM - RESTITUIÇÕES	68.961,46	36.554,64
PM - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	749.565,73	1.033.690,35
PM - CAUÇÕES	79.011,88	
PM - VALE TRANSPORTE	224.523,26	186.265,15
PM - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA A RECOLHER	23.150,50	7.323,27
PM - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA A RECOLHER	3.433.013,43	3.466.327,63
PM - RETENÇÃO DE PUBLICIDADE	1.814,51	15.647,40
PM - CARTÃO POLICARD		72.453,57
PM - CARTÃO BMG	207.575,06	266.041,48
PM - CARTÃO BOM SUCESSO/OLÉ	91.013,85	101.396,67
PM - OUTRAS CONSIGNAÇÕES	41.521,82	36.004,02
PM - CONTRIBUIÇÕES IGEPREV		243,80
PM - CARTÃO AVANCARD	26.728,26	11.451,96
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	164.597,68	160.885,65
PM - SALÁRIO FAMÍLIA - INSS	99.624,72	103.999,50
PM - SALÁRIO MATERNIDADE - INSS	64.972,96	56.886,15
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV) (Nota 4)	115.156.597,23	92.385.168,19
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	115.156.597,23	92.385.168,19
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	115.156.597,23	92.385.168,19
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	763.248.155,59	669.641.152,15

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício foi de R\$ 614.976.215,22.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: Não houve transferências financeiras recebidas pela entidade durante o exercício.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 33.115.343,14.

Nota 4) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos oriundos do exercício anterior foi de R\$ 115.156.597,23.

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI) (Nota 5)	367.673.725,76	298.757.997,29
RECURSOS ORDINÁRIOS	299.910.068,36	212.586.250,65
Recursos Ordinários	299.910.068,36	
Recursos ordinários - não vinculados		212.586.250,65
RECURSOS VINCULADOS	67.763.657,40	86.171.746,64
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.712.796,87	
Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	55.661,45	
Recursos transferidos pelo FNAS		7.960.232,84
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	20.276.802,51	
Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022	3.455.549,28	
Recursos de Operações de Crédito	1.310.944,03	
Outras vinculações de transferências	35.951.903,26	
Transferências de Outros Convênios		48.056.796,01
Outras operações de créditos		8.911.106,24
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		21.243.611,55
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII) (Nota 6)	229.487.249,20	211.885.957,23
REPASSE CONCEDIDO	229.487.249,20	211.885.957,23
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII) (Nota 7)	26.494.265,15	33.840.600,40
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
RP PROCESSADOS PAGOS	2.786.594,68	11.176.510,76
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	23.543.210,29	22.503.200,47
PM - INSS - SERVIDOR (DEMAIS)	2.308.888,45	1.211.975,95
PM - SALÁRIO FAMÍLIA - INSS		51,27
PM - IGEPREV - SERVIDOR (DEMAIS)	6.347.743,21	5.432.502,96
PM - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	1.332.839,81	2.730.358,89
PM - PENSÃO ALIMENTÍCIA	433.691,84	415.167,28
PM - ORTOCLIN	116.754,92	113.041,40
PM - SERVDONTO	625,82	779,67
PM - HGU - SAÚDE	761.309,60	777.347,20
PM - UNIMED - PLANO DE SAÚDE	1.997.046,33	2.028.097,50

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Asses em: https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 4a296470-df4e-4069-b1be-531e1f19a98f

PM - ODONTOPREV	4.585,63	4.350,84
PM - UNIMED UNIFACIL	41.135,00	
PM - ASERP - ASSOCIAÇÃO DOS VIGILAS/AASPP	19.971,97	18.624,37
PM - AGUAMP - ASSOCIAÇÃO DOS GUARDAS MUNICIPAIS	30.873,80	26.797,57
PM - TRANSFERÊNCIA INSTITUIÇÃO PRIVADA	901.330,69	441.458,76
PM - SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	225.131,00	208.666,34
PM - DESCONTO AASGP	6.781,47	6.575,63
PM - CONSIGNADO BANCO BRASIL	65.709,84	16.427,46
PM - CONSIGNADO CAIXA	4.043.157,22	3.658.163,93
PM - CONSIGNADO SICRED	141.940,59	90.905,02
PM - CONSIGNADO ITAU	3.436,00	344,00
PM - CONSIGNADO SANTANDER	9.815,16	
PM - RESTITUIÇÕES	24.227,93	36.519,81
PM - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	663.125,89	1.090.802,26
PM - CAUÇÕES		51.567,60
PM - VALE TRANSPORTE	224.523,26	186.107,95
PM - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA A RECOLHER	16.693,11	7.323,27
PM - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA A RECOLHER	3.455.032,76	3.451.929,08
PM - RETENÇÃO DE PUBLICIDADE		9.966,76
PM - CARTÃO POLICARD		72.453,57
PM - CARTÃO BMG	207.575,06	266.041,48
PM - CARTÃO BOM SUCESSO/OLÉ	91.013,85	101.396,67
PM - OUTRAS CONSIGNAÇÕES	41.521,82	36.004,02
PM - CARTÃO AVANCARD	26.728,26	11.451,96
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	164.460,18	160.889,17
PM - SALÁRIO FAMÍLIA - INSS	99.487,22	105.621,44
PM - SALÁRIO MATERNIDADE - INSS	64.972,96	55.267,73
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX) (Nota 8)	139.592.915,48	115.156.597,23
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	139.592.915,48	115.156.597,23
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	139.592.915,48	115.156.597,23
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	763.248.156,59	659.641.152,15

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 367.673.725,76.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 229.487.249,20.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 26.494.265,15.

Nota 8) SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos para o exercício seguinte foi de R\$ 139.592.915,48.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo no BFI.

d.2.Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO FINANCEIRO, SE HOUVER:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BFI e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO XIX E XXI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II) (Nota 2)		1.700.000,00
REPASSE RECEBIDO		1.700.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII) (Nota 6)	229.487.249,20	211.885.957,23
REPASSE CONCEDIDO	229.487.249,20	211.885.957,23

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 0,00
 Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00
 Para Aportes de recursos para o RPPS R\$ 0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 229.487.249,20
 Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00
 Para Aportes de recursos para o RPPS R\$ 0,00

h.3. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados
Cota parte do FPM.	29.204.974,68	0,00
Cota parte do ITR.	22.834,53	0,00
ICMS Estado	28.559.855,13	0,00
IPVA	9.628.440,38	0,00
IPI	98.242,46	0,00
Total	67.514.347,18	0,00

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções na fonte de recursos ordinários. Desta forma, a receita bruta total foi de R\$ 682.490.562,40, enquanto as deduções somam R\$ 67.514.347,18, representando o valor líquido de R\$ 614.976.215,22.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Asses qm- https://tce.tce-pe.gov.br/pp/validadoc/seam/Cedigo-do-documento-4296470-df4c-4069-b1bc-531c1f19a08f

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Asses em: https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: 4a296470-df4e-4069-b1be-531e1f19a98f

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	31/12/2019	Em Andamento
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Concluído

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Asses em: https://tce.pe.gov.br/epv/validarDoc.seam Código do documento: 4a296470-df4e-4069-b1be-531e1f19a98f

Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	31/12/2019	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Em Andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em Andamento
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2022	Em Andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em Andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Asses em: https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: 4a296470-df4e-4069-b1be-531e1f19a98f

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento e Procuradoria	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
 Prefeito

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Contadora
 CRC- PE Nº: 025935/O-5

Fundo Municipal de Saúde de
Petrolina
Estado de Pernambuco



PETROLINA
PREFEITURA

SECRETARIA DE
SAÚDE



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: ffb3f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

Balanco Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada

BFI
2022

Publicado em março de 2023



BFI
2022

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade



APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro Individual (BFI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 3, da Parte V, da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, e as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06

Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O balanço tem por objetivo apresentar o fluxo financeiro da entidade, decorrente das operações orçamentárias e extraorçamentárias apuradas durante todo o exercício, a qual resulta em aumento ou diminuição das disponibilidades financeiras ao compararmos saldos iniciais e finais.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189/2022.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

Analisando os dados do balanço, o resultado financeiro do exercício foi de R\$ 2.777.672,57 (superavitário). A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

MAGNILDE ALVES CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Secretária de Saúde

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: ffb3f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

BFI
2022

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PERNAMBUCO
06.914.894/0001-01
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: / /	



Documento Assinado Digitalmente por: VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONEZ
Acesse em: <https://eicce.ice.pe.gov.br/validarDoc>

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FMS - Empréstimo CEF - APAMI (1º)		250,70	FMS - Empréstimo CEF	5.770.139,09	4.712.340,88
FMS - Empréstimo CEF	5.894.297,12	4.604.788,63	FMS - Banco Olé Bonsucesso Consignado	95.339,14	122.604,44
FMS - Banco Olé Bonsucesso Consignado	93.284,92	121.438,69	FMS - Empréstimo BMG	200.131,48	239.136,76
FMS - Empréstimo Bradesco		25.946,69	FMS - CONSIGNADO SICRED		2.926,78
FMS - Empréstimo BMG	198.910,55	237.265,84	FMS - CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	16.361,40	
FMS - CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	19.088,30		FMS - AVANCARD	6.363,70	
FMS - AVANCARD	7.489,18		FMS - BIB BANCO IND. DO BRASIL	380,09	
FMS - BIB BANCO IND. DO BRASIL	1.192,18		FMS - RESTITUIÇÃO - FALTA	297.587,12	193.708,20
FMS - VALORES INDEVIDOS		660,00	FMS - ASERP	335,99	421,78
FMS - RESTITUIÇÃO - FALTA	503.125,82	193.703,20	FMS - Vale Transporte	377.655,81	378.695,57
FMS - RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDOS		575,01	FMS - ASMOPE	34.362,49	
FMS - ASERP	321,22	408,57	FMS - A.A.C.E.P	55.148,52	44.995,00
FMS - Vale Transporte	401.395,79	354.903,69	FMS - SINDACS	13.994,01	8.300,00
FMS - ASMOPE	20.359,96	13.453,61	FMS - AASPP	3,36	
FMS - A.A.C.E.P	57.135,64	45.248,00	FMS - Salário Maternidade - INSS	592.019,87	82.809,32
FMS - SINDACS	15.138,75	8.334,50	FMS - SINDSEMP	425.189,32	345.540,72
FMS - AASPP		15,68	FMS - ACOSAP	318.137,28	247.445,50
FMS - Salário Maternidade - INSS	592.019,87	382.500,90	FMS - SEEPE	21.030,67	15.460,51
FMS - SINDSEMP	434.332,71	351.064,30	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS	223.871,88	172.309,02
FMS - ACOSAP	331.158,18	249.534,00	FMS - ASTEMP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES TECNICOS EM ENFERMAGEM DO I	16.370,25	15.420,59
FMS - SEEPE	21.022,63	16.317,96	FMS - Salário Família - IGEPREV	169,41	
FMS - FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS	223.887,48	172.203,76	FMS - Salário Família - INSS	301.736,59	19.850,03
FMS - ASTEMP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES TECNICOS EM ENFERMAGEM DO	16.444,73	15.483,86	FMS - ASATAP (Assoc. Téc. Adm. Petro	12.490,72	11.271,41
FMS - Salário Família - IGEPREV		5.837,35	FMS - UP BRASIL ADM. ES		102.550,62
FMS - Salário Família - INSS	301.736,59	213.348,46	FMS - SICREDI	384.506,12	144.581,88
FMS - ASATAP (Assoc. Téc. Adm. Petro	12.474,68	11.404,99	FMS - SATENPE	15.376,21	5.204,48
FMS - UP BRASIL ADM. ES		75.248,47			
FMS - SICREDI	398.211,20	170.474,14			
FMS - SATENPE	15.795,29	6.234,69			
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	657.316,71		OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	657.316,71	464.050,97
FMS - SALÁRIO FAMÍLIA - INSS	154.063,88		FMS - SALÁRIO FAMÍLIA - INSS	154.063,88	174.635,90
FMS - SALÁRIO FAMÍLIA - IGEPREV	169,41		FMS - SALÁRIO FAMÍLIA - IGEPREV	169,41	4.211,79
FMS - SALÁRIO MATERNIDADE - INSS	503.083,42		FMS - SALÁRIO MATERNIDADE - INSS	503.083,42	285.210,28
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV) (Nota 4)	30.930.672,10	43.526.670,10	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX) (Nota 8)	33.708.344,67	30.930.672,10
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30.930.672,10	43.526.670,10	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	33.708.344,67	30.930.672,10
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	30.930.672,10	43.525.085,03	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	33.708.344,67	30.930.672,10
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA ESTRANGEIRA		1.585,07			

IMPRESSÃO: VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONEZ



MUNICÍPIO DE PETROLINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PERNAMBUCO
06.914.894/0001-01
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
N° PROCESSO	
DATA: ___/___/___	



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDOPHHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://dce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ffb3f473-c0b1-40e0-84d5-d1e5f601f391f

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	293.078.557,88	280.988.593,08	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	293.078.557,88	280.988.593,08

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Fundo Municipal de Saúde (FMS).
a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB): 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal.
a.3. CNPJ: 06.914.894/0001-01.
a.4. Domicílio do órgão ou entidade: Av. Dr. Fernando de Menezes Goes, nº 537 – Bairro: Centro – Cidade: Petrolina – Pernambuco – CEP: 56.304-020.
a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal de Saúde concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código “133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais de saúde. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do balanço financeiro, tendo em consideração as opções e premissas da legislação que afetam a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2. Bases de mensuração utilizadas: <ul style="list-style-type: none">▪ O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto. Ou seja, de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, realizando ao final do exercício, a inscrição dos restos a pagar processados e não processados no lado dos ingressos extraorçamentários.▪ A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.▪ Para estruturação do balanço e conseqüente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas. A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.▪ As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.▪ Foi incluído no saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014. Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

- O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas. No BFI é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1

Saldo para o Exercício Seguinte (-) Saldo do Exercício Anterior = Resultado Financeiro do Exercício

MODO 2

Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extraorçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extraorçamentários = Resultado Financeiro do Exercício

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BFI decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao BFI.

A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial, caso existam.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64
 (REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I) (Nota 1)	114.543.501,42	111.608.448,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	3.159.300,00	1.500.350,02
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	3.159.300,00	
Impostos e transferências Saúde		1.500.350,02
RECURSOS VINCULADOS	111.384.201,42	110.108.097,98
Recursos Transferidos pelo SUS		110.108.097,98
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	8.162.531,23	
Transf. Fundo a Fundo de Rec. SUS Gov. Fed. - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de	99.785.867,60	
Transf. Fundo a Fundo de Rec. SUS Gov. Fed. - Bloco Invest. na Rede de Serviços Públicos de S	3.435.802,59	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II) (Nota 2)	104.558.511,40	94.376.662,55
REPASSE RECEBIDO	104.558.511,40	94.376.662,55
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III) (Nota 3)	43.045.872,96	31.476.812,43
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO	8.825.725,47	3.373.531,93
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	33.562.830,78	28.103.280,50
FMS - INSS - Empresa	291.750,71	400.374,49
FMS - INSS - Servidor	3.758.269,38	4.022.164,02
FMS - Previdência - IGEPREV	8.749.682,49	7.291.256,92
FMS - ISS	1.017.027,87	936.135,11
FMS - IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.908.901,00	6.215.264,89
FMS - IRRF - Outros Rendimentos	422.587,82	222.871,44
FMS - Pensão Alimentícia	108.073,59	87.986,34
FMS - DESCONTO JUDICIAL	925,20	3.318,53
FMS - DESCONTO JUDICIAL 20%	1.983,42	1.751,99
FMS - DESCONTO JUDICIAL 15%	1.031,94	1.024,67
FMS - UNIMED	1.023.662,38	1.016.547,84
FMS - Ortoclín - ACOSAP		108,00
FMS - HGU - Hospital Geral de Urgências	403.171,12	406.280,54
FMS - HGU - Hospital Geral de Urgências - ACOSAP	171.868,95	132.334,76
FMS - SERV DONTO	194,04	186,54
FMS - Ortoclín	83.702,04	78.227,00
FMS - ASOP	15.025,04	7.808,21
FMS - ODONTOPREV	3.150,96	2.993,52
FMS - UNIMED UNIFACIAL	43.000,04	

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: https://tce.tec.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam?codigo_documento:ff53f473-c0b1-4060-8dd5-d1e5b01f391f

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

FMS - Empréstimo CEF - APAMI (1º)		250,70
FMS - Empréstimo CEF	5.894.297,12	4.604.788,63
FMS - Banco Olé Bonsucesso Consignado	93.284,92	121.438,69
FMS - Empréstimo Bradesco		25.946,69
FMS - Empréstimo BMG	198.910,55	237.265,84
FMS - CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	19.088,30	
FMS - AVANCARD	7.489,18	
FMS - BIB BANCO IND. DO BRASIL	1.192,18	
FMS - VALORES INDEVIDOS		660,00
FMS - RESTITUIÇÃO - FALTA	503.125,82	193.703,20
FMS - RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDOS		575,01
FMS - ASERP	321,22	408,57
FMS - Vale Transporte	401.395,79	354.903,69
FMS - ASMOPE	20.359,96	13.453,61
FMS - A.A.C.E.P	57.135,64	45.248,00
FMS - SINDACS	15.138,75	8.334,50
FMS - AASPP		15,68
FMS - Salário Maternidade - INSS	592.019,87	382.500,90
FMS - SINDSEMP	434.332,71	351.064,30
FMS - ACOSAP	331.158,18	249.534,00
FMS - SEEPE	21.022,63	16.317,96
FMS - FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS	223.887,48	172.203,76
FMS - ASTEMP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICOS EM ENFERMAGEM DO	16.444,73	15.483,86
FMS - Salário Família - IGEPREV		5.837,35
FMS - Salário Família - INSS	301.736,59	213.348,46
FMS - ASATAP (Assoc. Téc. Adm. Petro	12.474,68	11.404,99
FMS - UP BRASIL ADM. ES		75.248,47
FMS - SICREDI	398.211,20	170.474,14
FMS - SATENPE	15.795,29	6.234,69
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	657.316,71	
FMS - SALÁRIO FAMÍLIA - INSS	154.063,88	
FMS - SALÁRIO FAMÍLIA - IGEPREV	169,41	
FMS - SALÁRIO MATERNIDADE - INSS	503.083,42	
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV) (Nota 4)	30.930.672,10	43.526.670,10
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30.930.672,10	43.526.670,10
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	30.930.672,10	43.525.085,03
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA ESTRANGEIRA		1.585,07
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	293.078.557,88	280.988.593,08

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício foi de R\$ 114.543.501,42.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 104.558.511,40.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 43.045.872,96.

Nota 4) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos oriundos do exercício anterior foi de R\$ 30.930.672,10.

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: ffb5f473-c0b1-4060-8dd5-d1e5b01f391f

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI) (Nota 5)	224.321.799,94	214.776.900,93
RECURSOS ORDINÁRIOS	108.737.921,58	92.784.976,67
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	108.737.921,58	
Impostos e transferências Saúde		92.784.976,67
RECURSOS VINCULADOS	115.583.878,36	121.991.924,26
Recursos Transferidos pelo SUS		121.991.924,26
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	2.005.623,15	
Transf. Fundo a Fundo de Rec. SUS Gov. Fed. - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de	107.119.418,15	
Transf. Fundo a Fundo de Rec. SUS Gov. Fed. - Bloco Invest. na Rede de Serviços Públicos de S	199.109,84	
Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo	1.692.911,22	
Transferências Provenientes do Governo Federal Destinadas ao Vencimento dos Agentes Comunit	4.566.816,00	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII) (Nota 6)		1.700.000,00
REPASSE CONCEDIDO		1.700.000,00
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII) (Nota 7)	35.048.413,27	33.581.020,05
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
RP PROCESSADOS PAGOS	3.598.010,70	4.324.980,11
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	30.793.085,86	28.791.979,97
FMS - INSS - Empresa	382.544,62	315.007,58
FMS - INSS - Servidor	3.225.597,84	4.314.830,57
FMS - INSS - Prestador Pessoa Jurídica		123,20
FMS - Previdência - IGEPREV	8.055.150,66	7.818.293,99
FMS - ISS	803.622,45	940.236,49
FMS - IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.065.044,83	6.576.736,73
FMS - IRRF - Outros Rendimentos	239.383,36	224.241,66
FMS - Pensão Alimentícia	108.073,59	87.117,71
FMS - DESCONTO JUDICIAL	1.071,88	3.751,72
FMS - DESCONTO JUDICIAL 20%	1.874,60	845,64
FMS - DESCONTO JUDICIAL 15%	1.422,39	634,22
FMS - UNIMED	1.024.274,35	1.019.053,48
FMS - HGU - Hospital Geral de Urgências	401.968,73	406.484,58
FMS - HGU - Hospital Geral de Urgências - ACOSAP	167.607,49	129.737,18
FMS - SERVDONTO	194,04	185,04
FMS - Ortoclin	82.864,24	78.449,30
FMS - ASOP	14.294,42	7.440,71
FMS - ODONTOPREV	3.124,72	2.993,52
FMS - UNIMED UNIFACIAL	36.274,49	
FMS - Empréstimo CEF	5.770.139,09	4.712.349,18
FMS - Banco Olé Bonsucesso Consignado	95.339,14	122.605,44
FMS - Empréstimo BMG	200.131,48	239.158,76
FMS - CONSIGNADO SICRED		2.920,78
FMS - CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	16.361,40	
FMS - AVANCARD	6.363,70	
FMS - BIB BANCO IND. DO BRASIL	380,09	
FMS - RESTITUIÇÃO - FALTA	297.587,12	193.703,20
FMS - ASERP	335,99	422,78
FMS - Vale Transporte	377.655,81	378.694,57
FMS - ASMOPE	34.362,49	
FMS - A.A.C.E.P	55.148,52	44.994,00
FMS - SINDACS	13.994,01	8.309,00
FMS - AASP		31,36
FMS - Salário Maternidade - INSS	592.019,87	82.860,32
FMS - SINDSEMP	425.189,32	345.541,72
FMS - ACOSAP	318.137,28	247.444,50
FMS - SEEPE	21.030,67	15.468,51
FMS - FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS	223.871,88	172.364,02
FMS - ASTEMP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES TECNICOS EM ENFERMAGEM DO I	16.370,25	15.427,09
FMS - Salário Família - IGEPREV	169,41	
FMS - Salário Família - INSS	301.736,59	19.850,03
FMS - ASATAP (Assoc. Téc. Adm. Petro	12.490,72	11.271,41
FMS - UP BRASIL ADM. ES		102.551,62
FMS - SICREDI	384.506,12	144.585,18
FMS - SATENPE	15.376,21	5.263,18
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	657.316,71	464.059,97
FMS - SALÁRIO FAMÍLIA - INSS	154.063,88	174.635,90
FMS - SALÁRIO FAMÍLIA - IGEPREV	169,41	4.213,79
FMS - SALÁRIO MATERNIDADE - INSS	503.083,42	285.210,28
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX) (Nota 8)	33.708.344,67	30.930.672,10
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	33.708.344,67	30.930.672,10
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	33.708.344,67	30.930.672,10
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	293.078.557,88	280.988.593,08

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 224.321.799,94.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: Não houve transferências financeiras concedidas pela entidade.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 35.048.413,27.

Nota 8) SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos para o exercício seguinte foi de R\$ 33.708.344,67.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ffb5f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

<p>d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo no BFI.</p>
<p>d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.</p>
<p>d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.</p>
<p>d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.</p>

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO FINANCEIRO, SE HOUVER:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BFI e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO XIX E XXI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:		
Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.		
h.2.Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:		
INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II) (Nota 2)	104.558.511,40	94.376.662,55
REPASSE RECEBIDO	104.558.511,40	94.376.662,55
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII) (Nota 6)		1.700.000,00
REPASSE CONCEDIDO		1.700.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):		
Para Execução Orçamentária R\$ 104.558.511,40		
Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00		
Para Aportes de recursos para o RPPS R\$ 0,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):		
Para Execução Orçamentária R\$ 0,00		

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00 Para Aportes de recursos para o RPPS R\$ 0,00
h.3. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso: Entidade não registrou durante o exercício deduções de receita.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2018	Não se aplica
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)/ Secretário (a) de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validadoc.seam> Código do documento: ffb5f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2023	Não se aplica
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)/ Secretário (a) de Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Não se aplica
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validadoc.seam> Código do documento: ffb5f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: ffb5f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gestor (a)	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gestor (a)	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

MAGNILDE ALVES CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
 Secretária de Saúde

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Contadora
 CRC- PE Nº: 025935/O-5

Fundo Municipal do Meio Ambiente de
Petrolina
Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: ffb3f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada

BFI
2022

Publicado em março de 2023



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://ste.tec.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: ff63f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

BFI
2022

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade

Publicado em março de 2023



APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro Individual (BFI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 3, da Parte V, da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, e as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06

Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O balanço tem por objetivo apresentar o fluxo financeiro da entidade, decorrente das operações orçamentárias e extraorçamentárias apuradas durante todo o exercício, a qual resulta em aumento ou diminuição das disponibilidades financeiras ao compararmos saldos iniciais e finais.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189/2022.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

Analisando os dados do balanço, o resultado financeiro do exercício foi de R\$ 236.426,73 superavitário. A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

GERALDO GUILHERME BARROS MIRANDA
Gestor

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: ffb3f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

BFI
2022

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AMMA - AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
PERNAMBUCO
12.104.331/0001-50
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: ___/___/_____	



Documento Assinado Digitalmente e por Sistema Automático em 09/05/2023 às 10:50:00. Assinado por VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES. Acesse em: <https://atlas.cei.pe.gov.br/portal/validador/validador.aspx?seam=CamadaOrçamentaria/validador/validador.jspx> | IP: 173.14.53.90 | ID: 0e0-8dd5-d1e5b011391f

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I) Nota 1		2.378.878,26	2.031.165,72	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI) Nota 5		2.145.224,68	1.961.092,88
RECURSOS VINCULADOS		2.378.878,26	2.031.165,72	RECURSOS VINCULADOS		2.145.224,68	1.961.092,88
Outros Recursos Não Vinculados		2.378.878,26		Outros Recursos Não Vinculados		2.145.224,68	
Outras Fontes			2.031.165,72	Outras Fontes			1.961.092,88
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II) Nota 2				TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII) Nota 6			
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III) Nota 3		262.343,27	179.853,77	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII) Nota 7		259.570,12	179.985,93
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RP PROCESSADOS PAGOS		654,68	
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		262.343,27	179.853,77	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		258.915,44	179.985,93
AMMA - INSS		115.423,85	72.205,98	AMMA - INSS		113.355,11	72.205,98
AMMA - IGEPREV		15.299,96	9.953,77	AMMA - IGEPREV		14.123,04	9.953,77
AMMA - IRRF		104.049,15	67.465,96	AMMA - IRRF		104.049,15	67.465,96
AMMA - SEST SENAT		67,20		AMMA - ISS		18.151,50	20.940,52
AMMA - ISS		18.151,50	20.944,52	AMMA - FUNDO DO EMPREENDEDOR		9.236,64	9.280,54
AMMA - FUNDO DO EMPREENDEDOR		9.236,64	9.283,54	AMMA - MULTAS			130,16
AMMA - RESTITUIÇÃO AMMA		114,97		OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS			
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS				OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS			
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS							
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV) Nota 4		1.024.586,43	954.643,75	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX) Nota 8		1.261.013,16	1.024.586,43
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.024.586,43	954.643,75	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.261.013,16	1.024.586,43
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1.024.586,43	954.643,75	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1.261.013,16	1.024.586,43
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		3.665.807,96	3.165.663,24	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		3.665.807,96	3.165.663,24



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AMMA - AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
PERNAMBUCO
12.104.331/0001-50
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: ____/____/____	



Documento Assinado Digitalmente por: **SHIRAZO AMORIM DURANNO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES**
Acesse em: <https://eccc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ffb3f473-c0b1-40e0-84d5-d1e5f601f391f

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<hr/> <p>Geraldo Guilherme Barros Miranda Gestor CPF: 269.317.704-97</p>			<hr/> <p>Valkiria Alves Cavalcanti Biones Contadora CRC-PE nº 025935/O-5</p>		

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Fundo Municipal do Meio Ambiente de Petrolina
a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB): 133-3 Fundo Público de Administração Direta Municipal.
a.3. CNPJ: 12.104.331/0001-50
a.4. Domicílio do órgão ou entidade: Avenida da Integração s/n, Bairro - Dom Malan - Petrolina – PE CEP: 56.306-150
a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal do Meio Ambiente de Petrolina concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 Fundo Público de Administração Direta Municipal possui como atividade principal. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais de 84.11-6-00 - Administração pública em geral. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais Fundo Municipal do Meio Ambiente de Petrolina.

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do balanço financeiro, tendo em consideração as opções e premissas da legislação que afetam a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2. Bases de mensuração utilizadas: <ul style="list-style-type: none">▪ O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto. Ou seja, de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, realizando ao final do exercício, a inscrição dos restos a pagar processados e não processados no lado dos ingressos extraorçamentários.▪ A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.▪ Para estruturação do balanço e conseqüente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas. A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.▪ As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.▪ Foi incluído no saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesso em: https://tce.tce.pe.gov.br/atividadeDoc.aspx?CodigoDocumento=1163473-001-400-845-4155041394

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014. Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

- O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas. No BFI é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1

Saldo para o Exercício Seguinte (-) Saldo do Exercício Anterior = Resultado Financeiro do Exercício

MODO 2

Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extraorçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extraorçamentários = Resultado Financeiro do Exercício

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BFI decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao BFI. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial, caso existam.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	Nota 1	2.378.878,26	2.031.165,72
RECURSOS VINCULADOS		2.378.878,26	2.031.165,72
Outros Recursos Não Vinculados		2.378.878,26	
Outras Fontes			2.031.165,72
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	Nota 2		
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)	Nota 3	262.343,27	179.853,77
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		262.343,27	179.853,77
AMMA - INSS		115.423,85	72.205,98
AMMA - IGEPREV		15.299,96	9.953,77
AMMA - IRRF		104.049,15	67.465,96
AMMA - SEST SENAT		67,20	
AMMA - ISS		18.151,50	20.944,52
AMMA - FUNDO DO EMPREENDEDOR		9.236,64	9.283,54
AMMA - RESTITUIÇÃO AMMA		114,97	
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS			
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS			
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	Nota 4	1.024.586,43	954.643,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.024.586,43	954.643,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1.024.586,43	954.643,75

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício foi de R\$ 2.378.878,26.

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: Não houve valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, nem aportes de recursos para o RPPS nesta Entidade.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 262.343,27.

Nota 4) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos oriundos do exercício anterior foi de R\$ 1.024.856,43.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	Nota 5	2.145.224,68	1.961.092,88
RECURSOS VINCULADOS		2.145.224,68	1.961.092,88
Outros Recursos Não Vinculados		2.145.224,68	
Outras Fontes			1.961.092,88
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	Nota 6		
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	Nota 7	259.570,12	179.983,93
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
RP PROCESSADOS PAGOS		654,68	
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		258.915,44	179.983,93
AMMA - INSS		113.355,11	72.205,98
AMMA - IGPREV		14.123,04	9.953,77
AMMA - IRRF		104.049,15	67.465,96
AMMA - ISS		18.151,50	20.944,52
AMMA - FUNDO DO EMPREENDEDOR		9.236,64	9.283,54
AMMA - MULTAS			130,16
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS			
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS			
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	Nota 8	1.261.013,16	1.024.586,43
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.261.013,16	1.024.586,43
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1.261.013,16	1.024.586,43
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		3.665.807,96	3.165.663,24

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 2.145.224,68.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 259.570,12.

Nota 8) SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos para o exercício seguinte foi de R\$ 1.261.013,16.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo no BFI.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO FINANCEIRO, SE HOUVER:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BFI e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO XIX E XXI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

Não houve Transferências financeiras recebidas e concedidas nesta entidade.

h.3. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

“Entidade não registrou durante o exercício deduções de receita.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2021	Concluído
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2021	Não se aplica
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2018	Não se aplica

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesso em: https://tce.tce.pe.gov.br/validarDoc.seam Código do documento: ffb53f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesso em: https://tce.pe.gov.br/epv/validadoc.seam Código do documento: ffb3f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2020	Não se aplicar
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2023	Não se aplica
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2023	Não se aplica
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2020	Não se aplica
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2021	Não se aplica

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesso em: https://tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam Código do documento: ffb3f473-c0b1-40a0-8dd5-d1e5b01f391f

Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Não se aplica
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2020	Não se aplica
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gestor	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Gestor	Imediato	Concluído
---	---	--------	----------	-----------

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

GERALDO GUILHERME BARROS MIRANDA
Gestor

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC-PE nº 025935/O-5

Agência Municipal do Empreendedor
de Petrolina
Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: ffb3f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada

BFI
2022

Publicado em março de 2023



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etec.tec.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: ff63f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

BFI
2022

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade

Publicado em março de 2023



BFI
2022

Balanco Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada



APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro Individual (BFI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 3, da Parte V, da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, e as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06

Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O balanço tem por objetivo apresentar o fluxo financeiro da entidade, decorrente das operações orçamentárias e extraorçamentárias apuradas durante todo o exercício, a qual resulta em aumento ou diminuição das disponibilidades financeiras ao compararmos saldos iniciais e finais.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189/2022.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

Analisando os dados do balanço, o resultado financeiro do exercício foi de R\$ 486.505,95 (superavitário). A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

PLÍNIO JOSÉ DE AMORIM NETO
Gestor

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: https://tce-pe.org.br/validador/validador.asp?seam_codigo_documento:ff53f473-c091-4060-84d5-d1e5b011394f



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: ff63f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

BFI
2022

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AGE - AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR
PERNAMBUCO
22.114.921/0001-18
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: / /	



Documento Assinado Digitalmente e por Sistema Automático em 09/05/2023 às 10:13:19. Validação por meio de: <https://eicce.ice.pe.gov.br/validar>

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I) (Nota 1)	2.138.959,27	1.514.349,21	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI) (Nota 5)	1.656.225,03	1.542.437,70
RECURSOS VINCULADOS	2.138.959,27	1.514.349,21	RECURSOS VINCULADOS	1.656.225,03	1.542.437,70
Outros Recursos Não Vinculados	2.138.959,27		Outros Recursos Não Vinculados	1.656.225,03	
Outras Fontes		1.514.349,21	Outras Fontes		1.542.437,70
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II) (Nota 2)			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII) (Nota 6)		
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III) (Nota 3)	87.101,66	65.884,96	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII) (Nota 7)	83.329,95	65.822,26
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO	9.952,62		PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	77.149,04	65.884,96	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	83.329,95	65.822,26
AGE -- INSS SERVIDOR (DEMAIS)	14.444,25	7.698,12	AGE -- INSS SERVIDOR (DEMAIS)	14.444,25	7.698,12
AGE - IGEPREV SERVIDOR	1.482,67	2.502,65	AGE - IGEPREV SERVIDOR	1.482,67	2.502,65
AGE - ISS	2.047,40	2.260,45	AGE - ISS	2.820,79	2.260,45
AGE - TRANSFERENCIA DE INSTITUIÇÃO PRIVADAR	1.429,55	783,15	AGE - TRANSFERENCIA DE INSTITUIÇÃO PRIVADAR	1.429,55	783,15
AGE - AASGP	82,80	130,90	AGE - AASGP	82,80	130,90
AGE - CONSIGNADO CAIXA	2.355,64	4.038,27	AGE - CONSIGNADO CAIXA	2.355,64	4.038,27
AGE - CONSIGNADO BMG		1.040,15	AGE - CONSIGNADO BMG		1.040,15
AGE - RESTITUIÇÃO	45,84	14,66	AGE - RESTITUIÇÃO	45,84	14,66
AGE - VALE TRANSPORTE	579,63	261,45	AGE - VALE TRANSPORTE	642,33	199,25
AGE - IMPOSTO DE RENDA NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	54.681,26	44.927,33	AGE - IMPOSTO DE RENDA NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	60.026,08	44.927,33
AGE - INSS PRESTADOR DE SERVIÇO PESSOA FISICA A RECOLHER		2.097,33	AGE - INSS PRESTADOR DE SERVIÇO PESSOA FISICA A RECOLHER		2.097,33
AGE - FMAPN		130,50	AGE - FMAPN		130,50
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS			OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS			OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV) (Nota 4)	366.630,58	394.655,37	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX) (Nota 8)	853.136,53	366.630,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	366.630,58	394.655,37	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	853.136,53	366.630,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	366.630,58	394.655,37	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	853.136,53	366.630,58
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	2.592.691,51	1.974.889,54	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	2.592.691,51	1.974.889,54

IMPRESSÃO: VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AGE - AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR
PERNAMBUCO
22.114.921/0001-18
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: ___/___/_____	



Documento Assinado Digitalmente por: **SHIRAZO AMORIM DURANNO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES**
Acesse em: <https://eccc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ffb3f473-c0b1-40e0-84d5-d1e5f601f391f

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plínio Jose de Amorim Neto Gestor CPF: 305.337.244-49			Valkiria Alves Cavalcanti Biones Contadora CRC- PE Nº: 025935/O-5		

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios.
a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB): 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal.
a.3. CNPJ: 22.114.921/0001-18.
a.4. Domicílio do órgão ou entidade: Rua Castro Alves, nº 55 – Bairro: Centro – Cidade: Petrolina – Pernambuco – CEP: 56.304-340.
a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código “133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais relacionados ao desenvolvimento e implantação de projetos de empreendedorismo social. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais do Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios.

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do balanço financeiro, tendo em consideração as opções e premissas da legislação que afetam a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2. Bases de mensuração utilizadas: <ul style="list-style-type: none">▪ O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto. Ou seja, de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, realizando ao final do exercício, a inscrição dos restos a pagar processados e não processados no lado dos ingressos extraorçamentários.▪ A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.▪ Para estruturação do balanço e conseqüente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas. A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.▪ As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.▪ Foi incluído no saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014. Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

- O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas. No BFI é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1

Saldo para o Exercício Seguinte (-) Saldo do Exercício Anterior = Resultado Financeiro do Exercício

MODO 2

Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extraorçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extraorçamentários = Resultado Financeiro do Exercício

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BFI decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao BFI.

A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial, caso existam.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE**PETROLINA****Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**

(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Asses em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: ffb3f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

INGRESSOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I) (Nota 1)	2.138.959,27
RECURSOS VINCULADOS	2.138.959,27
Outros Recursos Não Vinculados	2.138.959,27
Outras Fontes	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II) (Nota 2)	
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III) (Nota 3)	87.101,66
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO	9.952,62
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	77.149,04
AGE -- INSS SERVIDOR (DEMAIS)	14.444,25
AGE - IGEPREV SERVIDOR	1.482,67
AGE - ISS	2.047,40
AGE - TRANSFERENCIA DE INSTITUIÇÃO PRIVADAR	1.429,55
AGE - AASGP	82,80
AGE - CONSIGNADO CAIXA	2.355,64
AGE - CONSIGNADO BMG	
AGE - RESTITUIÇÃO	45,84
AGE - VALE TRANSPORTE	579,63
AGE - IMPOSTO DE RENDA NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	54.681,26
AGE - INSS PRESTADOR DE SERVIÇO PESSOA FISICA A RECOLHER	
AGE - FMAPN	
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV) (Nota 4)	366.630,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	366.630,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	366.630,58
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	2.592.691,51

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício foi de R\$ 2.138.959,27.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: Não houve recebimento de transferências financeiras.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 87.101,66.

Nota 4) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos oriundos do exercício anterior foi de R\$ 366.630,58.

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE**PETROLINA****Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**

(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Asses em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ffb3f473-c0b1-40a0-8dd5-d1e5b01f391f

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI) (Nota 5)	1.656.225,03	1.542.436,70
RECURSOS VINCULADOS	1.656.225,03	1.542.436,70
Outros Recursos Não Vinculados	1.656.225,03	
Outras Fontes		1.542.436,70
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII) (Nota 6)		
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII) (Nota 7)	83.329,95	65.822,26
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	83.329,95	65.822,26
AGE -- INSS SERVIDOR (DEMAIS)	14.444,25	7.698,12
AGE - IGEPREV SERVIDOR	1.482,67	2.502,65
AGE - ISS	2.820,79	2.260,45
AGE - TRANSFERENCIA DE INSTITUIÇÃO PRIVADAR	1.429,55	783,15
AGE - AASGP	82,80	130,90
AGE - CONSIGNADO CAIXA	2.355,64	4.038,27
AGE - CONSIGNADO BMG		1.040,15
AGE - RESTITUIÇÃO	45,84	14,66
AGE - VALE TRANSPORTE	642,33	198,75
AGE - IMPOSTO DE RENDA NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	60.026,08	44.927,33
AGE - INSS PRESTADOR DE SERVIÇO PESSOA FISICA A RECOLHER		2.097,33
AGE - FMAPN		130,50
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX) (Nota 8)	853.136,53	366.630,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	853.136,53	366.630,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	853.136,53	366.630,58
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	2.592.691,51	1.974.889,54

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 1.656.225,03.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: A entidade não apresentou transferências financeiras concedidas.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 83.329,95.

Nota 8) SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos para o exercício seguinte foi de R\$ 853.136,53.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo no BFI.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DA PETROLINA**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**

(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO FINANCEIRO, SE HOUVER:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BFI e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO XIX E XXI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

Não houve transferências recebidas ou concedidas pela entidade no exercício.

h.3. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

Entidade não registrou durante o exercício deduções de receita.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2018	Em andamento

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DA PETROLINA**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**

(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	Imediato	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)/ Secretário (a) de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2023	Não se aplica
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2023	Não se aplica
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)/ Secretário (a) de Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE
PETROLINA**

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Asses em: https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: ffb3f473-c0b1-4060-8dd5-d1e5b01f391f

	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Não se aplica
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gestor (a)	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE
PETROLINA**

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Gestor (a)	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

PLÍNIO JOSÉ DE AMORIM NETO
Gestor

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Asses em: <https://tce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: ff63f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

Secretaria Municipal de Educação,
Cultura e Esportes de Petrolina
Estado de Pernambuco



PETROLINA
PREFEITURA

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO,
CULTURA
E ESPORTES



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Assinado em: 2023/03/08 10:00:00
URL para verificar a validade do documento: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epp/validadoc.seam> Código do documento: ff63f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada

BFI
2022

Publicado em março de 2023



BFI
2022

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade



APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro Individual (BFI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 3, da Parte V, da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, e as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06

Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O balanço tem por objetivo apresentar o fluxo financeiro da entidade, decorrente das operações orçamentárias e extraorçamentárias apuradas durante todo o exercício, a qual resulta em aumento ou diminuição das disponibilidades financeiras ao compararmos saldos iniciais e finais.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189/2022.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

Analisando os dados do balanço, o resultado financeiro do exercício foi de R\$ 8.115.083,24 (deficitário). A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

ROSANE DA COSTA SANTOS
Gestora

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: ff63f473-c0b1-40e0-8dd5-d1e5b01f391f

BFI
2022

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
SEDUC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PETROLINA
PERNAMBUCO
06.081.158/0001-10
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: / /	



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO ANTONIO DURAN DO FILHO - VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONE
Acesse em: <https://eice.ice.pe.gov.br/ppp/validar/assinado>
Código do documento: fb3147300b14068add5-d-151001820

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior		ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I) Nota 1	418.844.076,42	350.436.273,53		DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI) Nota 5	516.162.306,32	405.900.705,00	
RECURSOS ORDINÁRIOS	3.446.200,86	1.774.896,90		RECURSOS ORDINÁRIOS	93.352.674,45	70.818.797,33	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	3.446.200,86			Recursos Ordinários	1.764.962,87		
Recursos ordinários - não vinculados		1.004.274,58		Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	91.587.711,58		
Impostos e transferências Educação - MDE		770.622,32		Recursos ordinários - não vinculados		1.191.927,37	
RECURSOS VINCULADOS	415.397.875,56	348.661.376,63		Impostos e transferências Educação - MDE		69.626.870,96	
Recursos FUNDEB - Magistério		185.521.134,97		RECURSOS VINCULADOS	422.809.631,87	335.081.909,67	
Recursos do FUNDEB - Outras despesas		71.402.053,55		Recursos FUNDEB - Magistério		218.385.614,03	
FUNDEB 60% - magistério - complementação		42.707.865,71		Recursos do FUNDEB - Outras despesas		73.346.947,34	
FUNDEB 40% - Outras - complementação		28.578.932,43		FUNDEB 60% - magistério - complementação		11.301.250,71	
Transferências do FUNDEB - Impostos 70%	198.356.062,92			FUNDEB 40% - Outras - complementação		7.392.247,78	
Transferências do FUNDEB - Impostos 30%	84.781.360,33			Transferências do FUNDEB - Impostos 70%	230.512.823,03		
Transferências do FUNDEB 70% - Complementação da União - VAAF	37.190.244,88			Transferências do FUNDEB - Impostos 30%	70.402.735,28		
Transferências do FUNDEB 30% - Complementação da União - VAAF	77.645.462,61			Transferências do FUNDEB 70% - Complementação da União - VAAF	70.061.884,38		
Transferência do Salário-Educação	8.188.333,25			Transferências do FUNDEB 30% - Complementação da União - VAAF	33.024.045,52		
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (5.736.412,00			Transferência do Salário-Educação	8.216.551,63		
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Prog. Nacional de Apoio ao Transp. Escolar	238.983,34			Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (6.568.407,57		
Outras Transferências de Recursos do FNDE	3.261.016,23			Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Prog. Nacional de Apoio ao Transp. Escolar	1.778.989,50		
Recursos do salário-educação		7.097.959,24		Outras Transferências de Recursos do FNDE	1.557.623,22		
Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		5.660.451,80		Outras vinculações de transferências	686.571,74		
Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE		1.328.477,86		Recursos do salário-educação		8.123.439,45	
Outras Transferências do FNDE		6.364.501,07		Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		5.894.170,44	
				Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE		2.378.610,84	
				Outras Transferências do FNDE		7.758.640,22	
				Transferências de Outros Convênios		500.910,86	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II) Nota 2	88.945.375,18	96.185.946,37		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII) Nota 6			
REPASSE RECEBIDO	88.945.375,18	96.185.946,37					
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III) Nota 3	68.989.623,45	55.122.508,61		PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII) Nota 7	68.731.851,97	56.838.310,95	
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO	4.999,32	255.350,00		RP PROCESSADOS PAGOS		2.031.520,20	
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	66.744.252,27	53.629.273,76		DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	66.486.298,80	53.565.880,20	
SEDUC - INSS SERVIDOR	9.759.206,12	5.245.427,78		SEDUC - INSS SERVIDOR	9.757.436,45	5.245.305,73	
SEDUC - IGEPREV SERVIDOR	16.005.552,25	11.886.533,53		SEDUC - IGEPREV SERVIDOR	16.005.479,17	11.886.368,31	
SEDUC - FAPN 1% AGE	534.621,77	141.658,03		SEDUC - FAPN 1% AGE	450.199,19	110.941,98	
SEDUC - IRRF PESSOA FISICA	13.798.891,53	16.742.306,57		SEDUC - IRRF PESSOA FISICA	13.796.621,32	16.728.754,69	
SEDUC - ISS	3.262.604,10	1.476.896,96		SEDUC - ISS	3.228.420,05	1.467.253,53	

IMPRESSÃO: VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONE



MUNICÍPIO DE PETROLINA
SEDUC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PETROLINA
PERNAMBUCO
06.081.158/0001-10
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: / /	



Documento Assinado Digitalmente por: VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONEZ
Acesse em: <https://eice.ice.pe.gov.br/portal/assinatura>

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
SEDUC - PENSÃO ALIMENTÍCIA	119.849,86	115.255,12	SEDUC - PENSÃO ALIMENTÍCIA	119.849,86	115.255,12
SEDUC - UNIMED	4.657.018,11	4.498.394,87	SEDUC - UNIMED	4.657.018,11	4.498.394,87
SEDUC - SERVDONTO	2.156,16	732,16	SEDUC - SERVDONTO	2.156,16	732,16
SEDUC - ORTOCLIN	254.830,97	264.068,80	SEDUC - ORTOCLIN	254.830,97	264.068,80
SEDUC - ODONTOPREV	1.497,54	1.383,00	SEDUC - ODONTOPREV	1.497,54	1.383,00
SEDUC - HGU	1.727.126,34	1.854.432,41	SEDUC - HGU	1.727.126,34	1.854.432,41
PM - TRANSFERÊNCIA INSTITUIÇÃO PRIVADA		20,00	SEDUC - ASERP - ASSOCIAÇÃO DOS VIGIAS/AASPP	15.622,29	14.235,28
SEDUC - ASERP - ASSOCIAÇÃO DOS VIGIAS/AASPP	15.622,29	14.235,28	SEDUC - CENTRO DE PROFESSORES PERNAMBUCANO	11.887,20	11.765,32
SEDUC - CENTRO DE PROFESSORES PERNAMBUCANO	11.887,20	11.765,32	SEDUC - SINDSEMP	678.303,45	578.187,78
SEDUC - SINDSEMP	678.303,45	578.187,78	SEDUC - DESCONTO AASGP	13.309,49	14.155,85
SEDUC - DESCONTO AASGP	13.309,49	13.652,10	SEDUC - ATTUE PETROLINA	37.660,26	
SEDUC - ATTUE PETROLINA	37.660,26		SEDUC - CARTÃO BMG	194.730,05	298.140,69
SEDUC - CARTÃO BMG	194.730,05	298.140,69	SEDUC - CARTÃO BOM SUCESSO/OLÉ	200.869,35	223.231,24
SEDUC - CARTÃO BOM SUCESSO/OLÉ	200.869,35	223.231,24	SEDUC - CARTÃO POLICARD		160.646,17
SEDUC - CARTÃO POLICARD		160.646,17	SEDUC - CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	37.865,75	7.982,32
SEDUC - CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	37.865,75	7.982,32	SEDUC - CONSIGNADO CAIXA	9.258.692,47	7.393.547,18
SEDUC - CONSIGNADO CAIXA	9.258.692,47	7.393.547,18	SEDUC - CONSIGNADO SICRED	363.946,58	176.531,32
SEDUC - CONSIGNADO SICRED	363.946,58	176.531,32	SEDUC - CARTÃO AVANCARD	17.027,66	10.483,95
SEDUC - CARTÃO AVANCARD	17.027,66	10.483,95	SEDUC - VALE TRANSPORTE	1.517.303,52	640.140,51
SEDUC - VALE TRANSPORTE	1.517.303,52	640.140,51	SEDUC - DESPACHO JUDICIAL	17.332,67	18.111,43
SEDUC - DESPACHO JUDICIAL	17.332,67	18.111,43	SEDUC - IRRF - PESSOA JURIDICA	1.285.735,31	582.725,26
SEDUC - IRRF - PESSOA JURIDICA	1.285.735,31	582.725,26	SEDUC - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA A RECOLHER	2.600,33	2.600,33
SEDUC - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA A RECOLHER	2.600,33	2.600,33	SEDUC - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA A RECOLHER	2.737.896,87	1.260.468,48
SEDUC - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA A RECOLHER	2.737.896,87	1.260.468,48	SEDUC - RETENÇÃO DAM PMP	97.411,72	
SEDUC - RETENÇÃO DAM PMP	97.411,72		SEDUC - CONSIGNADO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A	69,00	
SEDUC - CONSIGNADO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A	69,00				
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	2.240.371,86	1.237.884,85	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	2.245.553,17	1.240.901,25
SEDUC - SALARIO FAMILIA - INSS	1.409.144,39	741.504,34	SEDUC - SALARIO FAMILIA - INSS	1.409.144,39	741.504,34
SEDUC - SALARIO MATERNIDADE - INSS	831.227,47	496.380,51	SEDUC - SALARIO MATERNIDADE - INSS	836.408,78	499.719,28
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV) Nota 4	39.005.711,56		SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX) Nota 8	30.890.628,32	39.005.711,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	39.005.711,56		CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30.890.628,32	39.005.711,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	39.005.711,56		CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	30.890.628,32	39.005.711,56
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	615.784.786,61	501.744.728,51	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	615.784.786,61	501.744.728,51



MUNICÍPIO DE PETROLINA
SEDUC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PETROLINA
PERNAMBUCO
06.081.158/0001-10
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: ____/____/____	



Documento Assinado Digitalmente por: **SHIRAZ AMORIM DURANNO FILHO**, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://eccc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ffb3f473-c0b1-40e0-84d5-d1e5f601f391f

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Aplicado ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

- O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas. No BFI é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1

Saldo para o Exercício Seguinte (-) Saldo do Exercício Anterior = Resultado Financeiro do Exercício

MODO 2

Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extraorçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extraorçamentários = Resultado Financeiro do Exercício

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BFI decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao BFI. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial, caso existam.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	Nota 1	418.844.076,42	350.436.273,53
RECURSOS ORDINÁRIOS		3.446.200,86	1.774.896,90
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		3.446.200,86	
Recursos ordinários - não vinculados			1.004.274,58
Impostos e transferências Educação - MDE			770.622,32
RECURSOS VINCULADOS		415.397.875,56	348.661.376,63
Recursos FUNDEB - Magistério			185.521.134,97
Recursos do FUNDEB - Outras despesas			71.402.053,55
FUNDEB 60% - magistério - complementação			42.707.865,71
FUNDEB 40% - Outras - complementação			28.578.932,43
Transferências do FUNDEB - Impostos 70%		198.356.062,92	
Transferências do FUNDEB - Impostos 30%		84.781.360,33	
Transferências do FUNDEB 70% - Complementação da União - VAAF		37.190.244,88	
Transferências do FUNDEB 30% - Complementação da União - VAAF		77.645.462,61	
Transferência do Salário-Educação		8.188.333,25	
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (5.736.412,00	
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Prog. Nacional de Apoio ao Transp. Escolar		238.983,34	
Outras Transferências de Recursos do FNDE		3.261.016,23	
Recursos do salário-educação			7.097.959,24
Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE			5.660.451,80
Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE			1.328.477,86
Outras Transferências do FNDE			6.364.501,07

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Asses o m: https://tce.tce-pe.gov.br/atividadeDoc/assinado/100008dd5-d15604294f

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Asses om: https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validarDoc.shtm Código do documento: ffb3f473-e0b1-4060-8dd5-d1e5b04f394f

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	Nota 2	88.945.375,18	96.185.946,37
REPASSE RECEBIDO		88.945.375,18	96.185.946,37
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)	Nota 3	68.989.623,45	55.122.508,61
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		4.999,32	255.350,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		66.744.252,27	53.629.273,76
SEDUC - INSS SERVIDOR		9.759.206,12	5.245.427,78
SEDUC - IGEPREV SERVIDOR		16.005.552,25	11.886.533,53
SEDUC - FAPN 1% AGE		534.621,77	141.658,03
SEDUC - IRRF PESSOA FISICA		13.798.891,53	16.742.306,57
SEDUC - ISS		3.262.604,10	1.476.896,96
SEDUC - PENSÃO ALIMENTÍCIA		119.849,86	115.255,12
SEDUC - UNIMED		4.657.018,11	4.498.394,87
SEDUC - SERV DONT O		2.156,16	732,16
SEDUC - ORTOCLIN		254.830,97	264.068,80
SEDUC - ODONTOPREV		1.497,54	1.383,00
SEDUC - HGU		1.727.126,34	1.854.432,41
PM - TRANSFERÊNCIA INSTITUIÇÃO PRIVADA			20,00
SEDUC - ASERP - ASSOCIAÇÃO DOS VIGIAS/AASPP		15.622,29	14.235,28
SEDUC - CENTRO DE PROFESSORES PERNAMBUCANO		11.887,20	11.765,32
SEDUC - SINDSEMP		678.303,45	578.187,78
SEDUC - DESCONTO AASGP		13.309,49	13.652,10
SEDUC - ATTUE PETROLINA		37.660,26	
SEDUC - CARTÃO BMG		194.730,05	298.140,69
SEDUC - CARTÃO BOM SUCESSO/OLÉ		200.869,35	223.231,24
SEDUC - CARTÃO POLICARD			160.646,17
SEDUC - CONSIGNADO BANCO DO BRASIL		37.865,75	7.982,32
SEDUC - CONSIGNADO CAIXA		9.258.692,47	7.393.547,18
SEDUC - CONSIGNADO SICRED		363.946,58	176.531,32
SEDUC - CARTÃO AVANCARD		17.027,66	10.483,95
SEDUC - VALE TRANSPORTE		1.538.662,95	640.642,26
SEDUC - DESPACHO JUDICIAL		20.285,85	18.586,29
SEDUC - IRRF - PESSOA JURIDICA		1.302.788,47	588.500,37
SEDUC - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA A RECOLHER			2.606,33
SEDUC - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA A RECOLHER		2.831.764,98	1.263.425,93
SEDUC - RETENÇÃO DAM PMP		97.411,72	
SEDUC - CONSIGNADO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A		69,00	
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		2.240.371,86	1.237.884,85
SEDUC - SALARIO FAMILIA - INSS		1.409.144,39	741.504,34
SEDUC - SALARIO MATERNIDADE - INSS		831.227,47	496.380,51
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	Nota 4	39.005.711,56	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		39.005.711,56	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		39.005.711,56	
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		615.784.786,61	501.744.728,51

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício foi de R\$ 418.844.076,42.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 88.945.375,18 e não houve transferências para aportes de recursos para o RPPS.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 68.989.623,45.

Nota 4) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos oriundos do exercício anterior foi de R\$ 39.005.711,56.

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Asses om: https://etec.tce-pe.gov.br/etec/atividadeDoc/seam/Código-do-documento: ffb3f473-e0b1-4060-8dd5-d1e5b04f394f

DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	Nota 5	516.162.306,32	405.900.705,00
RECURSOS ORDINÁRIOS		93.352.674,45	70.818.795,33
Recursos Ordinários		1.764.962,87	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		91.587.711,58	
Recursos ordinários - não vinculados			1.191.920,37
Impostos e transferências Educação - MDE			69.626.874,96
RECURSOS VINCULADOS		422.809.631,87	335.081.909,67
Recursos FUNDEB - Magistério			218.385.676,03
Recursos do FUNDEB - Outras despesas			73.346.944,34
FUNDEB 60% - magistério - complementação			11.301.258,71
FUNDEB 40% - Outras - complementação			7.392.244,78
Transferências do FUNDEB - Impostos 70%		230.512.823,03	
Transferências do FUNDEB - Impostos 30%		70.402.735,28	
Transferências do FUNDEB 70% - Complementação da União - VAAF		70.061.884,38	
Transferências do FUNDEB 30% - Complementação da União - VAAF		33.024.045,52	
Transferência do Salário-Educação		8.216.551,63	
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (6.568.407,57	
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Prog. Nacional de Apoio ao Transp. Escolar (1.778.989,50	
Outras Transferências de Recursos do FNDE		1.557.623,22	
Outras vinculações de transferências		686.571,74	
Recursos do salário-educação			8.123.439,45
Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE			5.894.170,44
Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE			2.378.610,84
Outras Transferências do FNDE			7.758.645,22
Transferências de Outros Convênios			500.919,86
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	Nota 6		
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	Nota 7	68.731.851,97	56.838.311,95
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
RP PROCESSADOS PAGOS			2.031.521,20
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		66.486.298,80	53.565.889,20
SEDUC - INSS SERVIDOR		9.757.436,45	5.245.305,73
SEDUC - IGEPREV SERVIDOR		16.005.479,17	11.886.368,31
SEDUC - FAPN 1% AGE		450.199,19	110.941,98
SEDUC - IRRF PESSOA FISICA		13.796.621,32	16.728.754,69
SEDUC - ISS		3.228.420,05	1.467.253,53
SEDUC - PENSÃO ALIMENTÍCIA		119.849,86	115.255,12
SEDUC - UNIMED		4.657.018,11	4.498.394,87
SEDUC - SERV DONTA		2.156,16	732,16
SEDUC - ORTOCLIN		254.830,97	264.110,80
SEDUC - ODONTOPREV		1.497,54	1.383,00
SEDUC - HGU		1.727.126,34	1.854.432,41
SEDUC - ASERP - ASSOCIAÇÃO DOS VIGIAS/AASPP		15.622,29	14.235,28
SEDUC - CENTRO DE PROFESSORES PERNAMBUCANO		11.887,20	11.765,32
SEDUC - SINDSEMP		678.303,45	578.187,78
SEDUC - DESCONTO AASGP		13.309,49	14.153,85
SEDUC - ATTUE PETROLINA		37.660,26	
SEDUC - CARTÃO BMG		194.730,05	298.140,69
SEDUC - CARTÃO BOM SUCESSO/OLÉ		200.869,35	223.231,24
SEDUC - CARTÃO POLICARD			160.646,17
SEDUC - CONSIGNADO BANCO DO BRASIL		37.865,75	7.982,32
SEDUC - CONSIGNADO CAIXA		9.258.692,47	7.393.546,68
SEDUC - CONSIGNADO SICRED		363.946,58	176.531,31
SEDUC - CARTÃO AVANCARD		17.027,66	10.483,95
SEDUC - VALE TRANSPORTE		1.517.303,52	640.140,51
SEDUC - DESPACHO JUDICIAL		17.332,67	18.111,43
SEDUC - IRRF - PESSOA JURIDICA		1.285.735,31	582.725,26
SEDUC - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA A RECOLHER			2.606,33
SEDUC - INSS - PRESTADOR DE SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA A RECOLHER		2.737.896,87	1.260.468,48
SEDUC - RETENÇÃO DAM PMP		97.411,72	
SEDUC - CONSIGNADO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A		69,00	

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		2.245.553,17	1.240.901,55
SEDUC - SALARIO FAMILIA - INSS		1.409.144,39	741.181,57
SEDUC - SALARIO MATERNIDADE - INSS		836.408,78	499.719,98
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	Nota 8	30.890.628,32	39.005.711,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		30.890.628,32	39.005.711,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		30.890.628,32	39.005.711,56
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		615.784.786,61	501.744.728,51

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 516.162.306,32.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: Não houve registro contábeis de transferências financeiras concedidas para esta entidade.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 68.731.851,97

Nota 8) SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos para o exercício seguinte foi de R\$ 30.890.628,32.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo no BFI.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO FINANCEIRO, SE HOUVER:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BFI e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO XIX E XXI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

Não houve registro contábeis de segregação das transferências financeiras recebida e concedidas para esta Entidade.

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Asses em: https://tce.pe.gov.br/epp/validadoc.seam Código do documento: ffb3f473-c0b1-40a0-8dd5-d1e5b01f391f

h.3. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados
1.7.1.1.51.1.1.00 Cota parte do FPM.	-4.452,03	0,00
1.7.1.1.52.0.1.00 Cota parte do ITR.	-0,44	0,00
1.7.1.5.51.0.1.00 Compl. União ao Fundeb – VAAF - Principal	0,00	-826,93
1.7.2.1.50.0.1.00 ICMS Estado	-4756,56	0,00
1.7.2.1.51.0.1.00 IPVA	-589,51	0,00
1.7.2.1.52.0.1.00 IPI	-17,37	0,00
1.7.1.9.61.0.1.00 Auxílio Financeiro – EC 123/2022	-39,54	0,00
Total	-9.825,45	-826,93

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Não se aplica
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Não se aplica
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Não se aplica
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Não se aplica
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Não se aplica

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Não se aplica
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Não se aplica
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Não se aplica
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Não se aplica
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2022	Em andamento

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Asses em: https://tce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: ffb3f473-c0b1-40a0-8dd5-d1e5b01f391f

Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Rosane da Costa Santos
Gestora

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5

Prefeitura Municipal de Petrolina
Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 733dde1f-2cbe-4438-aa91-53884027696c

Balanço Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada

BPI
2022

Publicado em março de 2023



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 733dde1f-2cbe-4438-a491-53884027696c

BPI
2022

Balanço Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade

Publicado em março de 2023



APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial Individual (BPI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados.

O Balanço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, conforme anexos XIX e XXII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização de referências cruzadas e das siglas “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O resultado patrimonial foi de R\$ 175.131.290,14, superavitário.

A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Prefeito

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 733dde1f-2cbe-4438-aa91-53884027696c

BPI
2022

Balço Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
PERNAMBUCO
10.358.190/0001-77
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente
Acesse em: https://etcbs.tce.pe.gov.br/portal/validar_documento.php?codigo_documento=10358190000177202200014153884027696c

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE (Nota 1)	153.936.293,98	115.156.597,23	PASSIVO CIRCULANTE (Nota 9)	49.834.005,17	43.217.506,66
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA F (Nota 2)	139.592.915,48	115.156.597,23	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (Nota 10)	387.706,80	529.592,88
CRÉDITOS A CURTO PRAZO (Nota 3)	14.343.516,00		PESSOAL A PAGAR F	83.706,50	74.392,73
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		
CLIENTES			BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR F	304.000,00	305.000,00
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR F	0,30	150.202,13
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		
DIVÍDUA ATIVA TRIBUTÁRIA P	15.709.240,00		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO F (Nota 11)	43.999.117,75	37.571.982,45
DIVÍDUA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA P	228.000,00		OBRIGACÖES FISCAIS A CURTO PRAZO		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO P	(1.593.724,00)		PROVISÖES A CURTO PRAZO		
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO F	(137,50)		PROVISÖES PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICACÖES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO			PROVISÖES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO		
ESTOQUES (Nota 4)			PROVISÖE PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO		
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA			PROVISÖE PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO		
VARIACÖES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			PROVISÖE PARA OBRIGACÖES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A CURTO PRAZO		
ATIVO NAO-CIRCULANTE (Nota 5)	969.483.035,92	854.439.368,36	OUTRAS PROVISÖES A CURTO PRAZO		
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO (Nota 6)	461.276.913,38	393.721.146,68	DEMAIS OBRIGACÖES A CURTO PRAZO F (Nota 12)	1.459.903,24	1.128.702,99
CREDITOS A LONGO PRAZO	461.276.913,38	393.721.146,68	DEMAIS OBRIGACÖES A CURTO PRAZO P (Nota 12)	3.987.277,38	3.987.277,38
CREDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER			PASSIVO NAO-CIRCULANTE (Nota 13)	160.292.775,75	176.821.225,65
CLIENTES			OBRIGACÖES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 14)	55.759.491,26	66.114.502,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			PESSOAL A PAGAR P	11.083.328,21	20.263.352,13
DIVÍDUA ATIVA TRIBUTÁRIA P	511.363.708,29	436.801.931,02	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR		
DIVÍDUA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA P	1.166.195,47	666.009,74	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR P	44.676.163,05	45.851.182,92
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO P	(51.252.990,38)	(43.746.794,08)	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO P (Nota 15)	87.515.917,64	93.367.752,87
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			FORNECEDORES A LONGO PRAZO P (Nota 16)	8.767.818,25	8.767.818,25
INVESTIMENTOS E APLICACÖES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO			OBRIGACÖES FISCAIS A LONGO PRAZO P (Nota 17)	8.249.548,60	8.571.142,48
ESTOQUES			PROVISÖES A LONGO PRAZO		
VARIACÖES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			PROVISAO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS			PROVISÖES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		
PARTICIPACÖES PERMANENTES			PROVISAO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO		
PARTICIPACÖES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL			PROVISAO PARA RISCOS CIVEIS A LONGO PRAZO		
PARTICIPACÖES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO			PROVISAO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO		
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO			PROVISÖE PARA OBRIGACÖES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS DO RPPS - LONGO PRAZO			OUTRAS PROVISÖES A LONGO PRAZO		
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			DEMAIS OBRIGACÖES A LONGO PRAZO		
(-) DEPRECIACÖE ACUMULADA DE INVESTIMENTOS			RESULTADO DIFERIDO		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPACÖES PERMANENTES					
			TOTAL DO PASSIVO	210.126.780,92	220.038.790,33

IMPRESSÃO: VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES



MUNICÍPIO DE PETROLINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
PERNAMBUCO
10.358.190/0001-77
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SHIRAZI ARAUJO DE MOURA FERREIRA FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://etcvs.tce.pe.gov.br/epp/validarDocumento.php?CodigoDoDocumento=733dde1f-2cbe-4438-aa91-5388c4127696c>

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (Nota 18)		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			RESERVAS DE CAPITAL		
IMOBILIZADO (Nota 7)	508.206.122,54	460.718.221,68	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		
BENS MOVEIS P	100.620.761,93	98.293.167,64	RESERVAS DE LUCROS		
BENS IMOVEIS P	407.585.360,61	362.425.054,04	DEMAIS RESERVAS		
(-) SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL PARA INVESTIMENTOS			RESULTADOS ACUMULADOS	913.292.548,98	749.557.175,26
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS			SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	175.131.290,14	172.897.319,90
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	749.557.175,26	576.037.859,36
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(11.395.916,42)	622.000,55
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			SUPERAVITS OU DEFICITS RESULTANTES DE EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			LUCROS A DESTINAR DE EXERCICIOS ANTERIORES		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			RESULTADOS APURADOS POR EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			(-) ACOES / COTAS EM TESOOURARIA		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	913.292.548,98	749.557.175,26
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMOVEIS					
INTANGIVEL (Nota 8)					
SOFTWARES					
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS					
DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - SOFTWARES					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATENTES					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - SOFTWARES					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - MARCAS, DIREITOS E PATENTES					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL -DIREITO DE USO					
DIFERIDO					
GASTOS DE IMPLANTAÇÃO E PRÉ-OPERACIONAIS					
GASTOS DE REORGANIZAÇÃO					
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA					
TOTAL	1.123.419.329,90	969.595.965,59	TOTAL	1.123.419.329,90	969.595.965,59



MUNICÍPIO DE PETROLINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
PERNAMBUCO
10.358.190/0001-77
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDI FILHO - VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etc.tee.pe.br/ppp/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento:733dde1f-2cbe-4438-aa91-53884027696c>

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO FINANCEIRO (Nota 19)	139.592.777,98	115.156.597,23	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 21)	45.846.727,79	49.885.236,60
ATIVO PERMANENTE (Nota 20)	983.826.551,92	854.439.368,36	PASSIVO PERMANENTE (Nota 22)	164.280.053,13	180.808.502,03
SALDO PATRIMONIAL (Nota 23)				913.292.548,98	738.902.229,99

Quadro das Contas de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS			EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERE			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNE		
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
TOTAL			TOTAL		

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

(ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1.Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Prefeitura Municipal de Petrolina (PMP)
a.2.Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
a.3.CNPJ: 10.358.190/0001-77.
a.4.Domicílio do órgão ou entidade: Avenida Guararapes, nº 2114 – Bairro: Centro – Cidade: Petrolina – Pernambuco – CEP: 56302-905.
a.5.Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Petrolina concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
a.6.Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.
a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da Prefeitura Municipal de Petrolina (PMP).

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração as opções e premissas da legislação que afetam a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2.Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes: <ul style="list-style-type: none">▪ O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.▪ A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.▪ Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.▪ O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).▪ A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.▪ Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).▪ As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 189/2022.

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/ele/p/validarDoc?exam=Código-do-documento-723dd412cb-4438-and1-53884027696>

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).
- Durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 3.2.3 à página 442 da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.
- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.
- As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão. Não houve perda de bens por inservibilidade.
- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios:
 - I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;
 - II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.3.Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numéricos.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validarDoc.aspx?codigo_documento=732ddc11-2ebc-4438-aa01-53884027696c

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64
 (REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE (Nota 1)	153.936.293,98	115.156.597,23
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA F (Nota 2)	139.592.915,48	115.156.597,23
CRÉDITOS A CURTO PRAZO (Nota 3)	14.343.516,00	
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		
CLIENTES		
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA P	15.709.240,00	
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA P	228.000,00	
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO P	(1.593.724,00)	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO F	(137,50)	
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		
ESTOQUES (Nota 4)		
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 153.936.293,98, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo e demais créditos e valores a curto prazo.

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.tcece.pe.gov.br/cp/validarDoc.aspx?documento=73dddeH2ebc443b-mq91-5384027696>

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas no exercício somam R\$ 139.592.915,48.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Prefeitura Municipal do Ipojuca	109.628.411,69	29.964.503,79
Total	109.628.411,69	29.964.503,79

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS A CURTO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Níveis	Valor
Dívida Ativa Tributária (1)	15.709.240,00
Dívida Ativa Não Tributária (1)	228.000,0
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	(1.570.924,00)
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(22.800,00)
TOTAL	14.343.516,00

(1) Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos provisionou-se uma perda aproximada de 10%, tendo em vista a média de recebimento nos últimos exercícios. Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimado
Baixa dificuldade de recuperação	A	5
	B	10
	C	15
Média dificuldade de recuperação	D	20
	E	25
	F	30
Alta dificuldade de recuperação	G	35
	H	45
	I	70

Nota 4) ESTOQUE (NBC TSP 04 – Item 47): Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/atividadeDoc-sem-Código-do-documento-733dddf1-2ebc-4438-a0d1-53884027696e

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NAO-CIRCULANTE (Nota 5)	969.483.035,92	854.439.368,36
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO (Nota 6)	461.276.913,38	393.721.146,68
CREDITOS A LONGO PRAZO	461.276.913,38	393.721.146,68
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		
CLIENTES		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA P	511.363.708,29	436.801.931,02
DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA P	1.166.195,47	666.009,74
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO P	(51.252.990,38)	(43.746.794,08)
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO		
ESTOQUES		
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		
INVESTIMENTOS		
PARTICIPACOES PERMANENTES		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO		
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO		
INVESTIMENTOS DO RPPS - LONGO PRAZO		
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES		
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPACOES PERMANENTES		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS - DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES		
IMOBILIZADO (Nota 7)	508.206.122,54	460.718.221,68
BENS MOVEIS P	100.620.761,93	98.293.167,64
BENS IMOVEIS P	407.585.360,61	362.425.054,04
(-) SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL PARA INVESTIMENTOS		
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS		
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS		
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS MOVEIS		
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		
(-) AMORTIZACÃO ACUMULADA - BENS MOVEIS		
(-) AMORTIZACÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMOVEIS		
INTANGIVEL (Nota 8)		
SOFTWARES		
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS		
DIREITO DE USO DE IMOVEIS		
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA		
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - SOFTWARES		
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATENTES		
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - DIREITO DE USO DE IMOVEIS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - SOFTWARES		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - MARCAS, DIREITOS E PATENTES		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - DIREITO DE USO		
DIFERIDO		
GASTOS DE IMPLANTAÇÃO E PRÉ-OPERACIONAIS		
GASTOS DE REORGANIZAÇÃO		
(-) AMORTIZACÃO ACUMULADA		

Nota 5) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo e imobilizado totalizam R\$ 969.483.035,92.

Nota 6) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO: O valor de R\$ 461.276.913,38, sendo:

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS A LONGO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Níveis	Valor
Dívida Ativa Tributária (1)	511.363.708,29
Dívida Ativa Não Tributária (1)	1.166.195,47
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	(51.136.370,83)
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(116.619,55)
TOTAL	461.276.913,38

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos provisionou-se uma perda aproximada de 10%, tendo em vista a média de recebimento nos últimos exercícios. Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimado
Baixa dificuldade de recuperação	A	5
	B	10
	C	15
Média dificuldade de recuperação	D	20
	E	25
	F	30
Alta dificuldade de recuperação	G	35
	H	45
	I	70

Nota 7) IMOBILIZADO: O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 508.206.122,54. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio. Não houve perda de bens por inservibilidade.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Descrição	Valor (R\$)	
	2022	2021
Bens móveis	100.620.761,93	98.293.167,64
Bens imóveis	407.585.360,61	362.425.054,04
Total	508.206.122,54	460.718.221,68

Nota 8) INTANGÍVEL: O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/pt/validarDoc.aspx?Codigo-do-documento=732dd412ebc4438a0153884027696

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE (Nota 9)	49.834.005,17	43.217.564,68
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (Nota 10)	387.706,80	529.598,86
PESSOAL A PAGAR F	83.706,50	74.391,73
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR F	304.000,00	305.000,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR F	0,30	150.207,13
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO F (Nota 11)	43.999.117,75	37.571.983,45
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		
PROVISÕES A CURTO PRAZO		
PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO		
PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO		
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO		
PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO		
PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A CURTO PRAZO		
OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO		
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO F > (Nota 12)	1.459.903,24	1.128.704,99
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO P >	3.987.277,38	3.987.277,38

Nota 9) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 49.834.005,17.

Nota 10) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 387.706,80.

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
 (MCASP 9ª Edição p. 514)

Níveis	Valor
Pessoal a Pagar	83.706,50
Encargos Sociais a Pagar	304.000,30
TOTAL	387.706,80

Nota 11) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO: Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 43.999.117,75, relativo a fornecedores nacionais.

Nota 12) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto totalizam R\$ 5.447.180,62. O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

DETALHAMENTO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS
 (MCASP 9ª Edição p. 514)

Níveis	Valor	Atributo
Consignações	1.321.681,14	F
Depósitos Não Judiciais	52.113,70	F
Indenizações e Restituições	67.108,40	F
Subvenções a Pagar	19.000,00	F
Subtotal (Atributo Financeiro)	1.459.903,24	
Indenizações e Restituições	3.987.277,38	P
Subtotal (Atributo Permanente)	3.987.277,38	
Total	5.447.180,62	

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: https://tce.tce-pe.gov.br/pt/validarDoc.seam?codigo_documento=733dd412ebc443840153884027696e

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 13)	160.292.775,75	176.821.225,65
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 14)	55.759.491,26	66.114.509,05
PESSOAL A PAGAR P	11.083.328,21	20.263.327,13
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR		
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR P	44.676.163,05	45.851.181,92
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO P (Nota 15)	87.515.917,64	93.367.755,87
FORNECEDORES A LONGO PRAZO P (Nota 16)	8.767.818,25	8.767.818,25
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO P (Nota 17)	8.249.548,60	8.571.142,48
PROVISOES A LONGO PRAZO		
PROVISAO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO		
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO		
PROVISAO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO		
PROVISAO PARA RISCOS CIVEIS A LONGO PRAZO		
PROVISAO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO		
PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO		
OUTRAS PROVISOES A LONGO PRAZO		
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO		
RESULTADO DIFERIDO		

Nota 13) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 160.292.775,75, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de R\$ 55.759.491,26 compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes, conforme valores representados na tabela:

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
 (MCASP 9ª Edição p. 514)

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Precatórios de Pessoal – Regime Ordinário	11.083.328,21
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	23.150.230,71
Débito Parcelado – INSS	21.525.932,34
Total	55.759.491,26

Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 87.515.917,64.

DETALHAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EM NOTAS EXPLICATIVAS
 (MCASP 9ª Edição p. 514)

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	Saldos
Caixa Econômica Federal - Por Contrato Nº 399.899	23.754.391,45
Caixa Econômica Federal - Por Contrato Nº 504.462	48.013.831,19
Caixa Econômica Federal - Por Contrato Nº 0526.901-48	15.747.695,00
Total	87.515.917,64

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (LONGO PRAZO): O valor evidenciado no balanço para os fornecedores e contas a pagar de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 8.767.818,25 relativo ao parcelamento junto a COMPESA.

Nota 17) OBRIGAÇÕES FISCAIS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado no balanço para as obrigações fiscais de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 8.249.548,60 relativo aos parcelamentos junto ao PASEP.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validarDoc-ccdm-733ddef1-2ebc-4438-a0d1-53884027696c

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (Nota 18)		
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
RESERVAS DE CAPITAL		
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		
RESERVAS DE LUCROS		
DEMAIS RESERVAS		
RESULTADOS ACUMULADOS	913.292.548,98	749.557.175,26
SUPERAVITIS OU DEFICITS DO EXERCÍCIO	175.131.290,14	172.897.324,96
SUPERAVITIS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	749.557.175,26	576.037.847,74
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(11.395.916,42)	622.002,56
SUPERAVITIS OU DEFICITS RESULTANTES DE EXTINÇÃO, FUSÃO E CISAQ		
LUCROS A DESTINAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
RESULTADOS APURADOS POR EXTINÇÃO, FUSÃO E CISAQ		
(-) AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA		
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	913.292.548,98	749.557.175,26

Nota 18) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 913.292.548,98. A seguir detalharemos o resultado:

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS
 (MCASP 9ª Edição p. 514)

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	749.557.175,26
Resultado do Exercício	175.131.290,14
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	(11.395.916,42)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	913.292.548,98

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes					
ATIVO FINANCEIRO (Nota 19)	139.592.777,98	115.156.597,23	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 21)	45.846.727,79	49.885.235,00
ATIVO PERMANENTE (Nota 20)	983.826.551,92	854.439.368,36	PASSIVO PERMANENTE (Nota 22)	164.280.053,13	180.808.503,03
SALDO PATRIMONIAL (Nota 23)				913.292.548,98	738.902.226,96

Nota 19) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 139.592.777,98.

Nota 20) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 983.826.551,92.

Nota 21) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 45.846.727,79 foram o passivo financeiro, não ficou saldo de restos a pagar não processados a liquidar nesta entidade.

Nota 22) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 164.280.053,13.

Nota 23) SALDO PATRIMONIAL: O total do Saldo Patrimonial do exercício, foi R\$ 913.292.548,98 superavitário.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022):

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022):

Não houve no exercício bens recebidos por doação.

h.4. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ep/validarDoc.seam> Código do documento: 733de1f-2c0b-443b-af01-53884027696c

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.tcepe.gov.br/pp/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento=733dd11-2cb-4438-ad1-5388#027696>

h.8.Relação de Provisões e Passivos Contingentes:	Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.
h.9.Informações de Passivos Contingentes:	Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.
h.10.Perdas da Dívida Ativa:	Foram reconhecidas perdas da dívida ativa tributária e não tributária nos valores de R\$ 25.766.570,96, decorrentes de cancelamento e de R\$ 2.607.340,05, decorrentes de descontos concedidos, conforme demonstrativo do departamento tributário.
h.11.Informações adicionais (NBC TSP 01 – Item 106):	Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.
h.12.Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC TSP 03 – Item 105):	Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.
h.13.Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC TSP 03 – Item 103):	Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.
h.14.Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 9ª Edição):	Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.
h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:	Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.
h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC TSP 01 – Item 106):	Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.
h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC TSP 01 – Item 106):	Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.
h. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC TSP 01 – Item 106):	Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.
h. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC TSP 01 – Item 106):	Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.
h. 20. Passivos Perdoados (NBC TSP 01 – Item 106):	Não houve passivos perdoados durante o exercício.
h. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC TSP 01 – Item 107):	Não houve heranças, presentes ou doações durante o exercício.
h. 22. Ativos Contingentes (NBC TSP 03 – Item 105):	Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.
h. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC TSP 03 – Item 103):	Não houve registro para esta entidade.
h. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):	Não houve teste de imparidade durante o exercício

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município está sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 733dde1f-2cbe-4438-a491-53884027696c

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	31/12/2019	Em Andamento
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	31/12/2019	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 733dde1f-2cbe-4438-a491-53884027696c

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Em Andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em Andamento
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2022	Em Andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em Andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento e Procuradoria	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Prefeito

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5



Fundo Municipal de Saúde de
Petrolina
Estado de Pernambuco



PETROLINA
PREFEITURA

SECRETARIA DE
SAÚDE

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesso em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: e83d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ea

Balanço Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada

BPI
2022

Publicado em março de 2023



BPI
2022

Balanço Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade



APRESENTAÇÃO

O Balço Patrimonial Individual (BPI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientaçoões de preenchimento foram estabelecidas pela 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operaçoões que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020. Tais operaçoões foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartiçoões.

O Balço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstraço contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situaço patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensaço ou controle, além de apresentar quadro específico para aferiço dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuraço do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resoluço TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, conforme anexos XIX e XXII, além de apresentar o Plano de Implantaço dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informaço contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilizaço de referências cruzadas e das siglas “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuaço do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas açoões planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituiço da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O resultado patrimonial foi de R\$ 4.405.461,59 (superavitário). A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequênci as Notas Explicativas.

MAGNILDE ALVES CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Secretária de Saúde

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e683d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ea

BPI
2022

Balanço Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PERNAMBUCO
06.914.894/0001-01
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente
 Acesso em: https://etcvs.tce.pe.gov.br/ppp/validaDoc.aspx?Codigo_documento=8278133-b724e1b-b675-b41702d540ca

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE (Nota 1)	33.708.344,67	30.930.672,10	PASSIVO CIRCULANTE (Nota 5)	17.604.635,62	9.764.182,33
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA F (Nota 2)	33.708.344,67	30.930.672,10	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (Nota 6)	2.815.331,41	99.127,79
CRÉDITOS A CURTO PRAZO			PESSOAL A PAGAR F	27.428,80	99.127,79
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		
CLIENTES			BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR F	27.784,68	
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR F	2.760.117,93	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO F (Nota 7)	10.615.629,41	8.274.482,20
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			OBRIGACÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO			PROVISÕES A CURTO PRAZO		
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO			PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO			PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO		
ESTOQUES			PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO		
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA			PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A CURTO PRAZO		
ATIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 3)	88.952.650,34	82.935.521,45	OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO F (Nota 8)	4.173.674,80	1.390.503,38
CREDITOS A LONGO PRAZO			PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 9)	1.644.488,28	1.783.459,08
CREDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER			OBRIGACÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 10)	1.644.488,28	1.783.459,08
CLIENTES			PESSOAL A PAGAR		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA			BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR P	1.644.488,28	1.783.459,08
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS			EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO			FORNECEDORES A LONGO PRAZO		
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			OBRIGACÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO			PROVISÕES A LONGO PRAZO		
ESTOQUES			PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS			PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO		
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES			PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO		
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL			PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO		
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO			PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO		
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO			OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS DO RPPS - LONGO PRAZO			DEMAIS OBRIGACÕES A LONGO PRAZO		
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			RESULTADO DIFERIDO		
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS			TOTAL DO PASSIVO	19.249.123,90	11.547.641,45
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS					
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES PERMANENTES					

IMPRESSÃO: VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONE



MUNICÍPIO DE PETROLINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PERNAMBUCO
06.914.894/0001-01
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SHIRAZA A MOREIRA DURAN DO CARVALHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: https://etc.br/pe.gov.br/epp/validaDoc.php?codigo_documento=ee83d813-b725-4e1b-b675-b45002d540ca

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			RESERVAS DE CAPITAL		
IMOBILIZADO (Nota 4)	88.952.650,34	82.935.521,45	AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		
BENS MOVEIS P	41.617.683,04	40.511.932,73	RESERVAS DE LUCROS		
BENS IMOVEIS P	47.334.967,30	42.423.588,72	DEMAIS RESERVAS		
(-) SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL PARA INVESTIMENTOS			RESULTADOS ACUMULADOS	103.411.871,11	102.318.562,10
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS			SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	4.405.461,59	(1.873.562,57)
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	102.318.552,10	102.684.562,53
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(3.312.142,58)	1.507.512,22
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			SUPERAVITS OU DEFICITS RESULTANTES DE EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			LUCROS A DESTINAR DE EXERCICIOS ANTERIORES		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			RESULTADOS APURADOS POR EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			(-) ACOES / COTAS EM TESOURARIA		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)	103.411.871,11	102.318.562,10
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMOVEIS					
INTANGIVEL					
SOFTWARES					
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS					
DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - SOFTWARES					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATENTES					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - SOFTWARES					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - MARCAS, DIREITOS E PATENTES					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL -DIREITO DE USO					
DIFERIDO					
GASTOS DE IMPLANTAÇÃO E PRÉ-OPERACIONAIS					
GASTOS DE REORGANIZAÇÃO					
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA					
TOTAL	122.660.995,01	113.866.193,55	TOTAL	122.660.995,01	113.866.193,55



MUNICÍPIO DE PETROLINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PERNAMBUCO
06.914.894/0001-01
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURRÃO FILHO - VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: https://etcs.tce.pe/ppp/validar_documento.php?codigo_documento=ee83d813-b725-4e1b-b675-b4f702d540ca

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO FINANCEIRO (Nota 12)	33.708.344,67	30.930.672,10	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 14)	17.604.635,62	9.764.183,37
ATIVO PERMANENTE (Nota 13)	88.952.650,34	82.935.521,45	PASSIVO PERMANENTE (Nota 15)	1.644.488,28	1.783.450,00
SALDO PATRIMONIAL (Nota 16)				103.411.871,11	102.318.551,10

Quadro das Contas de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS			EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERE			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNE		
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
TOTAL			TOTAL		

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

(ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1. Nome do órgão ou entidade: Fundo Municipal de Saúde (FMS).
a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB): 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal.
a.3. CNPJ: 06.914.894/0001-01.
a.4. Domicílio do órgão ou entidade: Av. Dr. Fernando de Menezes Goes, nº 537 – Bairro: Centro – Cidade: Petrolina – Pernambuco – CEP: 56.304-020.
a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal de Saúde concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código “133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais de saúde. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.
a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração que as opções e premissas da legislação afetam a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2. Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes: <ul style="list-style-type: none">▪ O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.▪ A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.▪ Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.▪ O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).▪ A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.▪ Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).▪ As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 189/2022.▪ Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro.

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/eletronic/validarDoc.aspx?doc=cam/Código-do-documento-e083d812-6725-4c1b-b675-b4f702d544ca>

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).
- Durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 3.2.3 à página 442 da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo "Créditos e valores a curto prazo" são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- As contas intituladas no grupo "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas intituladas no grupo "Imobilizado" foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas classificadas no grupo "Intangível", foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo "Empréstimos e financiamentos", foram avaliadas observando-se os seguintes critérios:
 - I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;
 - II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.3.Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://eccc.tce-pe.gov.br/eccc/pp/validarDoc.aspx> Código do documento: e083d813-6725-4c1b-b675-b4f702d5f40a

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numéricos.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <http://portal.tcece.tce-pe.gov.br/cp/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento=ce834813-725-4e1b-b675-b4f702d54d0a>

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64
 (REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE (Nota 1)	33.708.344,67	30.930.672,10
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA F (Nota 2)	33.708.344,67	30.930.672,10
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		
CLIENTES		
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA		
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO		
ESTOQUES		
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 33.708.344,67, compostos exclusivamente por caixa e equivalentes de caixa.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas no exercício somam R\$ 33.708.344,67.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validarDoc.aspx?codigo_documento=ee83d813-6725-4e1b-b675-b4f702d54d0a

Fundo Municipal de Saúde de Petrolina	2.218.307,92	31.490.036,75
Total	2.218.307,92	31.490.036,75

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NAO-CIRCULANTE (Nota 3)	88.952.650,34	82.935.521,45
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO		
CREDITOS A LONGO PRAZO		
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		
CLIENTES		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA		
DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA		
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO		
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO		
ESTOQUES		
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		
INVESTIMENTOS		
PARTICIPACOES PERMANENTES		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO		
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO		
INVESTIMENTOS DO RPPS - LONGO PRAZO		
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES		
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPACOES PERMANENTES		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES		
IMOBILIZADO (Nota 4)	88.952.650,34	82.935.521,45
BENS MOVEIS P	41.617.683,04	40.511.932,73
BENS IMOVEIS P	47.334.967,30	42.423.588,72
(-) SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL PARA INVESTIMENTOS		
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS		
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		
(-) AMORTIZACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		
(-) AMORTIZACÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMOVEIS		
INTANGIVEL		
SOFTWARES		
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS		
DIREITO DE USO DE IMOVEIS		
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA		
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - SOFTWARES		
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATENTES		
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - DIREITO DE USO DE IMOVEIS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - SOFTWARES		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - MARCAS, DIREITOS E PATENTES		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - DIREITO DE USO		
DIFERIDO		
GASTOS DE IMPLANTACÃO E PRÉ-OPERACIONAIS		
GASTOS DE REORGANIZAÇÃO		
(-) AMORTIZACÃO ACUMULADA		
TOTAL	122.660.995,01	113.866.193,55

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Nota 3) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos exclusivamente pelo imobilizado, totalizam R\$ 88.952.650,34.

Nota 4) IMOBILIZADO: O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 88.952.650,34. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Da mesma forma, não foram disponibilizadas as informações relativas a possíveis reavaliações de bens e teste de imparidade.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Descrição	Valor (R\$)	
	2022	2021
Bens móveis	41.617.683,04	40.511.932,73
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(0,00)	(0,00)
Bens imóveis	47.334.967,30	42.423.588,72
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
Total	88.952.650,34	82.935.521,45

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE (Nota 5)	17.604.635,62	9.764.182,37
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (Nota 6)	2.815.331,41	99.123,79
PESSOAL A PAGAR F	27.428,80	99.123,79
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR F	27.784,68	
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR F	2.760.117,93	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO F (Nota 7)	10.615.629,41	8.274.486,20
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO		
PROVISÕES A CURTO PRAZO		
PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO		
PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO		
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO		
PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO		
PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A CURTO PRAZO		
OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO		
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO F (Nota 8)	4.173.674,80	1.390.572,38

Nota 5) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 17.604.635,62.

Nota 6) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 2.815.331,41.

Segregação dos passivos com os atributos "F" e "P":

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	27.428,80	F
Benefícios assistenciais a pagar	27.784,68	F
Encargos Sociais a Pagar	2.760.117,93	F
Subtotal	2.815.331,41	
TOTAL	2.815.331,41	

Nota 7) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO: Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 10.615.629,41, relativo a fornecedores e contas a pagar.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Nota 8) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: O saldo das demais obrigações a curto prazo foi de R\$ 4.173.674,80. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se a seguir:

Código	Descrição	Saldo Anterior				Movimentação				Saldo Atual	
		Do Ano		Do Período		Débito		Crédito		Débito	Crédito
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	No Período	Até Período	No Período	Até Período		
21880102026	FMS - INSS - Empresa		90.793,91				383.091,17		292.297,26		
21880102027	FMS - INSS - Servidor				532.671,24		3.225.597,84		3.738.269,38		532.671,24
21880103012	FMS - Previdência - IGPREV				694.533,83		8.055.150,66		8.749.682,49		694.533,83
21880108068	FMS - ISS		633.640,79		847.946,21		804.190,29		1.017.595,71		847.046,21
21880109067	FMS - IRRF - Rendimentos do Trabalho		3.982,14		847.838,31		7.065.044,63		7.988.901,08		847.838,31
21880109068	FMS - IRRF - Outros Rendimentos		115.150,93		296.355,39		259.596,30		422.800,76		296.355,39
21880108063	FMS - Pendo Alimentícia						108.073,59		108.073,59		
21880108064	FMS - DESCONTO JUDICIAL		146,68				1.071,88		925,20		
21880108067	FMS - DESCONTO JUDICIAL 20%		906,35		1.013,17		1.874,60		1.983,42		1.013,17
21880108068	FMS - DESCONTO JUDICIAL 15%		390,45				1.422,39		1.031,94		
21880101024	FMS - UNIMED		88.597,99		84.986,02		1.024.274,85		1.023.662,38		84.986,02
21880101027	FMS - HGU - Hospital Geral de Urgências		32.229,04		24.461,43		401.968,73		469.171,12		34.461,43
21880101030	FMS - HGU - Hospital Geral de Urgências - ACOSAP		12.246,35		16.501,81		1.67.467,49		171.868,95		16.501,81
21880101032	FMS - SERVIÇO		16,17		16,17		94,04		104,04		16,17
21880101033	FMS - Outros		4.342,10		7.180,60		82.864,24		83.502,04		7.180,60
21880101034	FMS - ASOP		922,11		1.852,93		14.294,42		15.025,04		1.852,93
21880101037	FMS - ODOTOPREV		249,46		275,70		3.124,72		3.150,08		275,70
21880101050	FMS - UNIMED UNIFACIAL				6.725,55		36.274,49		43.000,04		6.725,55
21880105018	FMS - Empréstimo CEF		235.397,03		359.555,06		5.770.159,09		5.894.297,12		359.555,06
21880105019	FMS - Banco OB Bonussaco Consignado		9.682,25		7.628,33		95.339,14		93.284,92		7.628,33
21880105024	FMS - Empréstimo BMG		19.944,04		18.721,11		200.131,48		198.910,55		18.721,11
21880105040	FMS - CONSIGNADO BANCO DO BRASIL				2.726,90		16.361,49		19.088,30		2.726,90
21880105041	FMS - AVANCARD				1.125,48		6.363,70		7.489,18		1.125,48
21880105042	FMS - BB BANCO IND. DO BRASIL				812,09		380,09		1.192,18		812,09
21880102068	FMS - RESTITUIÇÃO - FALTA				205.538,70		297.567,12		500.125,82		205.538,70
21880109165	FMS - ASEAP		33,00		18,23		335,90		321,22		18,23
21880109166	FMS - Vale Transporte				23.739,98		377.655,81		401.395,79		23.739,98
21880109167	FMS - ASSMOPE		14.002,53				34.362,49		20.359,96		
21880109168	FMS - A.A.C.E.P		3.782,00		5.769,12		55.148,52		57.135,64		5.769,12
21880109110	FMS - SINDACS		697,50		1.842,24		13.994,01		15.138,75		1.842,24
21880109113	FMS - Salário Maternidade - INSS						592.019,87		592.019,87		
21880109115	FMS - SINDESEMP		31.019,30		40.162,69		425.189,32		434.332,71		40.162,69
21880109116	FMS - ACOSAP		21.157,50		34.178,40		318.137,28		331.138,18		34.178,40
21880109118	FMS - SEEPE		1.695,36		1.687,32		21.050,67		21.022,63		1.687,32
21880109120	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS		40.744,62		40.760,22		224.288,94		224.304,54		40.760,22
21880109124	FMS - ASTEMP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICOS EM		1.292,50		1.366,98		16.370,25		16.444,73		1.366,98
21880109125	FMS - Salário Família - IGPREV		1.623,56		1.454,15		369,41				1.454,15
21880109122	FMS - Salário Família - INSS						301.736,59		301.736,59		
21880109133	FMS - ASATAP (Assoc. Téc. Adm. Petró		1.001,05		985,01		12.490,72		12.474,68		985,01
21880109153	FMS - SICREDI		25.888,96		39.594,04		384.506,12		398.211,20		39.594,04
21880109159	FMS - SATENPE		971,51		1.390,59		15.376,21		15.795,29		1.390,59

A seguir será analisado o quadro do passivo não circulante. Vejamos:

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 9)	1.644.488,28	1.783.459,08
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 10)	1.644.488,28	1.783.459,08
PESSOAL A PAGAR		
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR		
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR P	1.644.488,28	1.783.459,08
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		
FORNECEDORES A LONGO PRAZO		
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO		
PROVISOES A LONGO PRAZO		
PROVISAO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO		
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		
PROVISAO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO		
PROVISAO PARA RISCOS CIVEIS A LONGO PRAZO		
PROVISAO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO		
PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO		
OUTRAS PROVISOES A LONGO PRAZO		
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO		
RESULTADO DIFERIDO		
TOTAL DO PASSIVO	19.249.123,90	11.547.641,45

Nota 9) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 1.644.488,28, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://cetes.tce-pe.gov.br/cp/validarDoc.aspx?codigoDoDocumento=6834813-6725-461b-b675-b4f702d549ea>

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Nota 10) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de R\$ 1.644.488,28 compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes, conforme valores representados na tabela:

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Encargos sociais a pagar	1.644.488,28
Total	1.644.488,28

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
RESERVAS DE CAPITAL		
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		
RESERVAS DE LUCROS		
DEMAIS RESERVAS		
RESULTADOS ACUMULADOS	103.411.871,11	102.318.552,10
SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	4.405.461,59	(1.873.560,57)
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	102.318.552,10	102.684.594,53
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(3.312.142,58)	1.507.518,14
SUPERAVITS OU DEFICITS RESULTANTES DE EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
LUCROS A DESTINAR DE EXERCICIOS ANTERIORES		
RESULTADOS APURADOS POR EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
(-) ACOES / COTAS EM TESOURARIA		
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)	103.411.871,11	102.318.552,10

Nota 11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 103.411.871,11. A seguir detalharemos o resultado:

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	102.318.552,10
Resultado do Exercício	4.405.461,59
Ajustes de Exercícios Anteriores	(3.312.142,58)
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	103.411.871,11

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes					
ATIVO FINANCEIRO (Nota 12)	33.798.344,67	26.930.672,10	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 14)	17.604.635,62	9.764.182,37
ATIVO PERMANENTE (Nota 13)	88.952.650,34	82.935.521,45	PASSIVO PERMANENTE (Nota 15)	1.644.488,28	1.783.459,08
SALDO PATRIMONIAL (Nota 16)				103.411.871,11	102.318.552,10

Nota 12) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 33.798.344,67.

Nota 13) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 88.952.650,34.

Nota 14) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. Como não houve restos a pagar não processados até o fim do exercício, o valor dos passivos com atributo F (Financeiro) corresponde ao total do passivo financeiro, que é de R\$ 17.604.635,62

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/atividade/atividade/Doc-seem-Codigo-do-documento-e083d813-6725-4c1b-b675-b4f702d5540e

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Nota 15) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 1.644.488,28.

Nota 16) SALDO PATRIMONIAL: O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 103.411.871,11, superavitário.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022):

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ep/validarDoc.seam> Código do documento: e683d813-6725-4e1b-9675-b4f702d5404e

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Foram lançadas na conta de ajustes de exercícios anteriores o valor de R\$ - 3.312.142,58 decorrentes de despesas anteriores liquidadas no exercício e cancelamento de restos a pagar.
h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Não houve no exercício bens recebidos por doação.
h.4. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.
h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.
h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.
h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão: Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.
h.8. Relação de Provisões e Passivos Contingentes: Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.
h.9. Informações de Passivos Contingentes: Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.
h.10. Perdas da Dívida Ativa: Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício.
h.11. Informações adicionais (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.
h.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC TSP 03 – Item 105): Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.
h.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC TSP 03 – Item 103): Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.
h.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 9ª Edição): Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.
h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado: Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.
h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.
h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.
h. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC TSP 01 – Item 106): Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.
h. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.
h. 20. Passivos Perdoados (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve passivos perdoados durante o exercício.
h. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC TSP 01 – Item 107): Não houve heranças, presentes ou doações durante o exercício.
h. 22. Ativos Contingentes (NBC TSP 03 – Item 105): Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.
h. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC TSP 03 – Item 103): Não houve registro para esta entidade.
h. 24. TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT): Não houve teste de imparidade durante o exercício.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: https://tce.tcece.org.br/portal/validador_documento.php?documento=cd83a813-6725-411b-b675-14f702df40ca

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e683d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ca

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2018	Não se aplica
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)/ Secretário (a) de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2023	Não se aplica
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validadoc.seam> Código do documento: e683d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ca

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)/ Secretário (a) de Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Não se aplica
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: e683d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ca

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gestor (a)	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gestor (a)	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

MAGNILDE ALVES CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
 Secretária de Saúde

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Contadora
 CRC- PE Nº: 025935/O-5

Fundo Municipal do Meio Ambiente de
Petrolina
Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://www.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: e883d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ca

Balanço Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada

BPI
2022

Publicado em março de 2023



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e883d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ca



BPI
2022

Balanço Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade

Publicado em março de 2023



APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial Individual (BPI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, conforme anexos XIX e XXII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização de referências cruzadas e das siglas “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O resultado patrimonial foi de R\$ 2.424.262,48 (superavitário). A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

GERALDO GUILHERME BARROS MIRANDA
Gestor

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e883d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ea

BPI
2022

Balanço Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AMMA - AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
PERNAMBUCO
12.104.331/0001-50
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SHIRAZO AMORIM DURANDO FILHO - VALERIA ALVES CAVALLANTE BIONES
Acesse em: <https://etcbs.tce.pe.gov.br/epp/validarDoc.aspx?simCodigo=documento:ee83d813-b725-4e1b-b675-b41702d540ca>

ATIVO				PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior		ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.265.513,16	1.029.086,43		PASSIVO CIRCULANTE	4.605,93	1.832,78
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.261.013,16	1.024.586,43		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4.500,00	4.500,00		PESSOAL A PAGAR		
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER				BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		
CLIENTES	5.000,00	5.000,00		BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER				ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS				EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.178,10	1.832,78
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA				OBRIGACÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(500,00)	(500,00)		PROVISÕES A CURTO PRAZO		
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO				PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO				PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO		
ESTOQUES				PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO		
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA				PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE				PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A CURTO PRAZO		
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.163.355,25	1.146.423,25		OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.118.696,25	1.118.696,25		DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.427,83	
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(124.299,25)	(124.299,25)		PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER				OBRIGACÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		
CLIENTES				PESSOAL A PAGAR		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS				BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA				BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA				ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS				EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(124.299,25)	(124.299,25)		FORNECEDORES A LONGO PRAZO		
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	1.242.995,50	1.242.995,50		OBRIGACÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO				PROVISÕES A LONGO PRAZO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE				PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS				PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES				PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO		
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL				PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO		
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO				PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO		
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO				PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS DO RPPS - LONGO PRAZO				OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO		
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES				DEMAIS OBRIGACÕES A LONGO PRAZO		
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS				RESULTADO DIFERIDO		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS				TOTAL DO PASSIVO	4.605,93	1.832,78
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES PERMANENTES						



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AMMA - AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
PERNAMBUCO
12.104.331/0001-50
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SHIRAZI ARAUJO DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALLANTI BIONES
 Acesse em: https://etcvs.tce.pe.gov.br/epp/validarDocumento.asp?codigo_documento=ee83d813-b725-4e1b-b675-b45002d540ca

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Nota 11		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			RESERVAS DE CAPITAL		
IMOBILIZADO	Nota 6	44.659,00	AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		
BENS MOVEIS		44.659,00	RESERVAS DE LUCROS		
BENS IMOVEIS			DEMAIS RESERVAS		
(-) SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL PARA INVESTIMENTOS			RESULTADOS ACUMULADOS	2.424.262,48	2.173.679,99
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS			SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	293.913,94	1.245.489,97
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.213.060,78	967.500,22
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(82.712,24)	(39.338,04)
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			SUPERAVITS OU DEFICITS RESULTANTES DE EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			LUCROS A DESTINAR DE EXERCICIOS ANTERIORES		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			RESULTADOS APURADOS POR EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			(-) ACOES / COTAS EM TESOURARIA		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.424.262,48	2.173.679,99
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMOVEIS					
INTANGIVEL					
SOFTWARES					
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS					
DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - SOFTWARES					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATENTES					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - SOFTWARES					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - MARCAS, DIREITOS E PATENTES					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL -DIREITO DE USO					
DIFERIDO					
GASTOS DE IMPLANTAÇÃO E PRÉ-OPERACIONAIS					
GASTOS DE REORGANIZAÇÃO					
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA					
TOTAL		2.428.868,41	TOTAL	2.428.868,41	2.175.509,68



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AMMA - AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
PERNAMBUCO
12.104.331/0001-50
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANTE FILHO - VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: https://etcpe.ice.gov.br/ppp/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento: ee83d813-b725-4e1b-b675-b4f702d540ca

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO FINANCEIRO	Nota 12	1.261.013,16	1.024.586,43	PASSIVO FINANCEIRO	Nota 14	4.605,93	1.836,78
ATIVO PERMANENTE	Nota 13	1.167.855,25	1.150.923,25	PASSIVO PERMANENTE	Nota 15		
SALDO PATRIMONIAL					Nota 16	2.424.262,48	2.173.679,03

Quadro das Contas de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS			EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERE			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERE		
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
TOTAL			TOTAL		

 Geraldo Guilherme Barros Miranda

Gestor
 CPF: 269.317.704-97

 Valkiria Alves Cavalcanti Biones

Contadora
 CRC-PE nº 025935/O-5



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AMMA - AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
PERNAMBUCO
12.104.331/0001-50
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFÍCIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: ____/____/____	



Documento Assinado Digitalmente por: SHYAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etcc.pec.pe.gov.br/ppp/validaDoc.seam> Código do documento: ee83d813-b725-4e1b-b675-b4f702d540ca

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS Nota 18	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIO
RECURSOS ORDINÁRIOS		
RECURSOS VINCULADOS	0,00	2.045.507,00
10900000 - Outros Recursos Não Vinculados	0,00	1.022.753,05
99 - Outras Fontes	0,00	1.022.753,05
TOTAL	0,00	2.045.507,00

Geraldo Guilherme Barros Miranda
Gestor
CPF: 269.317.704-97

Valkiria Alves Cavalcanti Biones
Contadora
CRC-PE nº 025935/O-5

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).
- Durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 3.2.3 à página 442 da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.
- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios:
 - I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;
 - II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal,

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.3. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validador_documento_ces3a813b725411b-b675-b4f702d540ea

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

4.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

4.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

ATIVO CIRCULANTE	Nota 1	1.265.513,16	1.029.086,43
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Nota 2	1.261.013,16	1.024.586,43
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	Nota 3	4.500,00	4.500,00
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER			
CLIENTES		5.000,00	5.000,00
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER			
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA			
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		(500,00)	(500,00)
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO			
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO			
ESTOQUES			
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 1.265.513,16, compostos de caixa e equivalentes de caixa e créditos a curto prazo.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas no exercício somam R\$ 1.261.013,16.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Fundo Municipal do Meio Ambiente de Ipojuca	1.261.013,16	0,00
Total	1.261.013,16	0,00

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS A CURTO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Níveis	Valor
Cientes	5.000,00
Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	500,00
TOTAL	4.500,00

ATIVO NAO-CIRCULANTE	Nota 4	1.163.355,25	1.146.423,25
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	Nota 5	1.118.696,25	1.118.696,25
CREDITOS A LONGO PRAZO		(124.299,25)	(124.299,25)
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER			
CLIENTES			
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA			
DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA			
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO		(124.299,25)	(124.299,25)
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO		1.242.995,50	1.242.995,50
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO ESTOQUES			
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			
INVESTIMENTOS			
PARTICIPACOES PERMANENTES			
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL			
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO			
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO			
INVESTIMENTOS DO RPPS - LONGO PRAZO			
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPACOES PERMANENTES			

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/pt/validador-de-sem-codigo-do-documento-e83d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ea>

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/atividade/Doc/sem/Codigo-do-documento-e083d813-6725-4c1b-b675-b4f702d540ea>

(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS			
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS			
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			
IMOBILIZADO	Nota 6		
BENS MOVEIS		44.659,00	27.727,00
BENS IMOVEIS		44.659,00	27.727,00
(-) SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL PARA INVESTIMENTOS			
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS			
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMOVEIS			
INTANGIVEL			
SOFTWARES			
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS			
DIREITO DE USO DE IMOVEIS			
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA			
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - SOFTWARES			
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATENTES			
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - DIREITO DE USO DE IMOVEIS			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - SOFTWARES			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - MARCAS, DIREITOS E PATENTES			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL -DIREITO DE USO			
DIFERIDO			
GASTOS DE IMPLANTAÇÃO E PRÉ-OPERACIONAIS			
GASTOS DE REORGANIZAÇÃO			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA			
TOTAL		2.428.868,41	2.175.509,68

Nota 4) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo e imobilizado, totalizam R\$ 1.163.355,25.

Nota 5) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO: O valor de R\$ 1.118.696,25, corresponde a R\$ 1.242.995,50 de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo e R\$ -124.299,25 de Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo.

Nota 6) IMOBILIZADO: O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 44.659,00. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Da mesma forma, não foram disponibilizadas as informações relativas a possíveis reavaliações de bens e teste de imparidade.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Descrição	Valor (R\$)	
	2022	2021
Bens móveis	44.659,00	27.727,00
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(0,00)	(0,00)
Bens imóveis	0,00	0,00
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
Total	44.659,00	27.727,00

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tcece.tce-pe.gov.br/cp/p/validarDoc.semm-Código-do-documento-e083d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ea>

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	Nota 10		
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO			
PESSOAL A PAGAR			
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR			
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR			
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR			
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO			
FORNECEDORES A LONGO PRAZO			
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO			
PROVISOES A LONGO PRAZO			
PROVISAO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO			
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO			
PROVISAO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO			
PROVISAO PARA RISCOS CIVEIS A LONGO PRAZO			
PROVISAO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO			
PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO			
OUTRAS PROVISOES A LONGO PRAZO			
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO			
RESULTADO DIFERIDO			
TOTAL DO PASSIVO		4.605,93	1.832,78

Nota 10) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: Não houve registro contábeis de obrigações de longo prazo no exercício para esta Entidade.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 11		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL			
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL			
RESERVAS DE CAPITAL			
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL			
RESERVAS DE LUCROS			
DEMAIS RESERVAS			
RESULTADOS ACUMULADOS	2.424.262,48	2.173.676,90	
SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	293.913,94	1.245.452,97	
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.213.060,78	967.561,27	
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(82.712,24)	(39.337,34)	
SUPERAVITS OU DEFICITS RESULTANTES DE EXTINCAO, FUSAO E CISAO			
LUCROS A DESTINAR DE EXERCICIOS ANTERIORES			
RESULTADOS APURADOS POR EXTINCAO, FUSAO E CISAO			
(-) ACOES / COTAS EM TESOURARIA			
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.424.262,48	2.173.676,90	

Nota 11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 2.424.262,48. A seguir detalharemos o resultado:

**DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)**

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	2.213.060,78
(-) Ajuste de Exercícios Anteriores	-82.712,24
Resultado do Exercício	293.913,94
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.424.262,48

ATIVO FINANCEIRO	Nota 11	1.261.013,16	1.024.506,43	PASSIVO FINANCEIRO	Nota 14	4.605,93	1.832,78
ATIVO PERMANENTE	Nota 13	1.167.886,18	1.150.913,18	PASSIVO PERMANENTE	Nota 15		
SALDO PATRIMONIAL					Nota 16	2.424.262,48	2.173.676,90

Nota 12) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 1.261.013,16.

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Nota 13) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 1.167.855,25.

Nota 14) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 4.605,93.

Nota 15) PASSIVO PERMANENTE: Não houve registro contábil de passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) no exercício para esta entidade.

Nota 16) SALDO PATRIMONIAL: O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 2.424.262,48, superavitário.

ESPECIFICAÇÃO		Exercício Anual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO		Exercício Anual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Nota 17			Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS				EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS				EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS			
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERE				EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONCENT			
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS				EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS			
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS				EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
TOTAL				TOTAL			

Nota 17) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS E PASSIVOS: Não houve registro de atos potenciais ativos e atos potenciais passivos no exercício para esta entidade. Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturados no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

- d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**
Não houve registro de passivos contingentes.
- d.2. Divulgações não financeiras:**
Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da entidade.
- d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**
Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
- d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:**
Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:
Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validarDocumento?documento=e883d813-6725-4b1b-b675-b4f702d540ca>

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

<p>curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.</p>
<p>h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Foram Lançados na conta de ajuste de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar.</p>
<p>h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Não houve no exercício bens recebidos por doação.</p>
<p>h.4. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.</p>
<p>h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.</p>
<p>h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.</p>
<p>h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão: Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.</p>
<p>h.8. Relação de Provisões e Passivos Contingentes: Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.</p>
<p>h.9. Informações de Passivos Contingentes: Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.</p>
<p>h.10. Perdas da Dívida Ativa: Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício.</p>
<p>h.11. Informações adicionais (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.</p>
<p>h.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC TSP 03 – Item 105): Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.</p>
<p>h.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC TSP 03 – Item 103): Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.</p>
<p>h.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 9ª Edição): Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.</p>
<p>h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado: Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.</p>
<p>h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.</p>
<p>h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.</p>

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/pt/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=ce93a813107225411b-b675-b4f702d540a>

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2023	Não se aplica
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2023	Não se aplica
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2020	Não se aplica
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2021	Não se aplica
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Não se aplica
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2020	Não se aplica
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE DE PETROLINA
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e683d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ca

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor	Imediato	Não se aplica

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gestor	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gestor	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

GERALDO GUILHERME BARROS MIRANDA
Gestor

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC-PE nº 025935/O-5

Agência Municipal do Empreendedor
de Petrolina
Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://stc.e-ctc.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e883d813-b725-4e1b-b675-b4f702d540ca

Balanço Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada

BPI
2022

Publicado em março de 2023



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e883d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ca



BPI
2022

Balanço Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade

Publicado em março de 2023



BPI
2022

Balanco Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada



APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial Individual (BPI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, conforme anexos XIX e XXII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização de referências cruzadas e das siglas “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O resultado patrimonial foi de R\$ 1.150.540,75 (superavitário). A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

PLÍNIO JOSÉ DE AMORIM NETO
Gestor

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/ppv/validarDoc.aspx?CodigoDocumento:ee83d813-b725-441b-b675-d4f702d540ca>



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e683d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ea

BPI
2022

Balanco Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AGE - AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR
PERNAMBUCO
22.114.921/0001-18
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por SHIRAZ AMORIM DURANDO FILHO - VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etcbs.tce.pe.gov.br/ep/validarDoc.seam> Código do documento: e83d813-b725-4e1b-b675-b41702d540ca

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE (Nota 1)	2.042.757,70	1.535.867,91	PASSIVO CIRCULANTE (Nota 7)	11.817,22	8.045,51
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA F (Nota 2)	853.136,53	366.630,58	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (Nota 8)	9.952,62	
CRÉDITOS A CURTO PRAZO (Nota 3)	1.189.621,17	1.169.237,33	PESSOAL A PAGAR F	9.952,62	
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		
CLIENTES			BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS P	1.321.801,30	1.299.152,59	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		
DIVÍDUA ATIVA TRIBUTÁRIA			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		
DIVÍDUA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			OBRIGACÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO P	(132.180,13)	(129.915,26)	PROVISÕES A CURTO PRAZO		
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO			PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO			PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO		
ESTOQUES			PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO		
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA			PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO		
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A CURTO PRAZO		
ATIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 4)	1.308.426,15	677.334,13	OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (Nota 5)	1.184.621,81	583.382,13	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO F (Nota 9)	1.864,60	8.045,51
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.184.621,81	583.382,13	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 10)		
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER			OBRIGACÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		
CLIENTES			PESSOAL A PAGAR		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS P	1.316.246,46	648.202,37	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		
DIVÍDUA ATIVA TRIBUTÁRIA			BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		
DIVÍDUA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS			EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO P	(131.624,65)	(64.820,24)	FORNECEDORES A LONGO PRAZO		
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			OBRIGACÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO			PROVISÕES A LONGO PRAZO		
ESTOQUES			PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO		
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS			PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO		
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES			PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO		
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL			PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO		
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO			PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO		
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO			OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS DO RPPS - LONGO PRAZO			DEMAIS OBRIGACÕES A LONGO PRAZO		
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			RESULTADO DIFERIDO		
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS			TOTAL DO PASSIVO	11.817,22	8.045,51
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS					
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES PERMANENTES					

IMPRESSÃO: VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AGE - AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR
PERNAMBUCO
22.114.921/0001-18
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SHIRAZI A MONTE PEREIRA DE ALBUQUERQUE FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: https://etcvs.tce.pe.gov.br/epp/validarDocumento.asp?CodigoDoc=2022540ca

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS (-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS (-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES IMOBILIZADO (Nota 6) BENS MOVEIS P BENS IMOVEIS (-) SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL PARA INVESTIMENTOS (-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS (-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS (-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS (-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS (-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS (-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO (-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS (-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMOVEIS INTANGIVEL SOFTWARES MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS DIREITO DE USO DE IMOVEIS (-) AMORTIZACAO ACUMULADA (-) AMORTIZACAO ACUMULADA - SOFTWARES (-) AMORTIZACAO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATENTES (-) AMORTIZACAO ACUMULADA - DIREITO DE USO DE IMOVEIS (-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL (-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - SOFTWARES (-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - MARCAS, DIREITOS E PATENTES (-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL -DIREITO DE USO DIFERIDO GASTOS DE IMPLANTAÇÃO E PRÉ-OPERACIONAIS GASTOS DE REORGANIZAÇÃO (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	123.804,34 123.804,34	93.952,00 93.952,00	PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL RESERVAS DE CAPITAL AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL RESERVAS DE LUCROS DEMAIS RESERVAS RESULTADOS ACUMULADOS SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES SUPERAVITS OU DEFICITS RESULTANTES DE EXTINCAO, FUSAO E CISAO LUCROS A DESTINAR DE EXERCICIOS ANTERIORES RESULTADOS APURADOS POR EXTINCAO, FUSAO E CISAO (-) ACOES / COTAS EM TESOURARIA TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)	3.339.366,63 1.150.540,75 2.205.156,53 1.519.702,22 (16.330,65)	2.205.156,53 705.316,61 1.519.702,22 (19.910,33)
TOTAL	3.351.183,85	2.213.202,04	TOTAL	3.351.183,85	2.213.202,04



MUNICÍPIO DE PETROLINA
AGE - AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR
PERNAMBUCO
22.114.921/0001-18
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANTE FILHO - VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: https://etc.br/pe/portal/validar_documento.php?validar_documento=sam&Codigo_documento=ee83d813-b725-4e1b-b675-b4f702d540ca

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO FINANCEIRO (Nota 12)	853.136,53	366.630,58	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 14)	11.817,22	8.049,51
ATIVO PERMANENTE (Nota 13)	2.498.047,32	1.846.571,46	PASSIVO PERMANENTE		
SALDO PATRIMONIAL (Nota 15)				3.339.366,63	2.205.159,02

Quadro das Contas de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS			EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERE			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNE		
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
TOTAL			TOTAL		

Plínio Jose de Amorim Neto
Gestor
CPF: 305.337.244-49

Valkiria Alves Cavalcanti Biones
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DA PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 189/2022.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).
- Durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 3.2.3 à página 442 da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.3. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DA PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DA PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DA PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 (REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE (Nota 1)	2.042.757,70	1.535.867,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA F (Nota 2)	853.136,53	366.630,58
CRÉDITOS A CURTO PRAZO (Nota 3)	1.189.621,17	1.169.237,33
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		
CLIENTES		
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS P	1.321.801,30	1.299.152,59
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA		
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO P	(132.180,13)	(129.915,26)
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO		
ESTOQUES		
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 2.042.757,70, compostos de caixa e equivalentes de caixa e créditos a curto prazo.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas no exercício somam R\$ 853.136,53.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Agência Municipal do Empreendedor de Petrolina	853.136,53.	0,00
Total	853.136,53.	0,00

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO: Os créditos a curto prazo totalizam R\$ 1.189.621,17, conforme detalhamento a seguir.

**DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS A CURTO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)**

Níveis	Valor
Empréstimos e financiamentos concedidos	1.321.801,30
Ajuste de perdas de créditos a curto prazo	(132.180,13)
TOTAL	1.189.621,17

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NAO-CIRCULANTE (Nota 4)	1.308.426,15	677.334,13
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO (Nota 5)	1.184.621,81	583.382,13
CREDITOS A LONGO PRAZO	1.184.621,81	583.382,13
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		
CLIENTES		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS P	1.316.246,46	648.202,37
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA		
DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA		
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO P	(131.624,65)	(64.820,24)
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO		
ESTOQUES		
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		
INVESTIMENTOS		
PARTICIPACOES PERMANENTES		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO		
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO		
INVESTIMENTOS DO RPPS - LONGO PRAZO		
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES		
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPACOES PERMANENTES		

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etec.tce-pe.gov.br/etec/pt/validarDocumento> Código do documento: e083d813-6725-4e1b-b675-b4f702d54d0a

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/atividade/Doc/sem/Codigo-do-documento-e083d813-6725-4e1b-b675-b4f702d54d0e>

(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES		
IMOBILIZADO (Nota 6)	123.804,34	93.952,00
BENS MOVEIS P	123.804,34	93.952,00
BENS IMOVEIS		
(-) SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL PARA INVESTIMENTOS		
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS		
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMOVEIS		
INTANGIVEL		
SOFTWARES		
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS		
DIREITO DE USO DE IMOVEIS		
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA		
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - SOFTWARES		
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATENTES		
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - DIREITO DE USO DE IMOVEIS		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - SOFTWARES		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - MARCAS, DIREITOS E PATENTES		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - DIREITO DE USO		
DIFERIDO		
GASTOS DE IMPLANTAÇÃO E PRÉ-OPERACIONAIS		
GASTOS DE REORGANIZAÇÃO		
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA		
TOTAL	3.351.183,85	2.213.202,04

Nota 4) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível totalizam R\$ 1.308.426,15.

Nota 5) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO: O realizável a longo prazo de R\$ 1.184.621,81 corresponde a R\$ 1.316.246,46 de Empréstimos e financiamentos concedidos, abatido o valor de R\$ 131.624,65, relativo ao ajuste para perdas.

Nota 6) IMOBILIZADO: O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 123.804,34. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Da mesma forma, não foram disponibilizadas as informações relativas a possíveis reavaliações de bens e teste de imparidade.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS (MCASP 9ª Edição p. 514)

Descrição	Valor (R\$)	
	2022	2021
Bens móveis	123.804,34	93.952,00
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(0,00)	(0,00)
Bens imóveis	0,00	0,00
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
Total	123.804,34	93.952,00

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR
PETROLINA**

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etec.tce-pe.gov.br/etec/ppa/validarDoc.aspx?doc=sem-Código-do-documento-e83d813-6725-4c1b-b675-b4f702d540ea>

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE (Nota 7)	11.817,22	8.045,51
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (Nota 8)	9.952,62	
PESSOAL A PAGAR F	9.952,62	
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO		
PROVISÕES A CURTO PRAZO		
PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO		
PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO		
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO		
PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO		
PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A CURTO PRAZO		
OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO		
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO F (Nota 9)	1.864,60	8.045,51

Nota 7) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 11.817,22.

Nota 8) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 9.952,62.

Segregação dos passivos com os atributos “F” e “P”:

**DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)**

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	9.952,62	F
Encargos Sociais a Pagar	0,00	F
Subtotal	9.952,62	
TOTAL	9.952,62	

Nota 9) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: O saldo das demais obrigações a curto prazo foi de R\$ 1.864,60. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se a seguir:

Código	Descrição	Saldo Anterior				Movimentação				Saldo Atual	
		Do Ano		Do Período		Débito		Crédito		Débito	Crédito
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	No Período	Até Período	No Período	Até Período		
218810102009	F AGE - INSS SERVIDOR (DEMAIS)					14.444,25	14.444,25				
218810103001	F AGE - AGEPREV SERVIDOR					1.482,67	1.482,67				
218810108004	F AGE - INSS		817,39		44,00	2.820,79	2.047,40				44,00
218810113004	F AGE - TRANSFERENCIA DE INSTITUÇÃO PRIVADAR					1.442,00	1.442,00				
218810113031	F AGE - AASGP					82,80	82,80				
218810115004	F AGE - CONSIGNADO CAIXA					2.355,64	2.355,64				
218810120002	F AGE - RESTITUIÇÃO					45,84	45,84				
218810190053	F AGE - VALE TRANSPORTE		62,70			642,33	579,63				
218810190055	F AGE - IMPOSTO DE RENDA NAS FONTES SOBRE OUTROS		7.165,42		1.820,40	60.026,08	54.681,26				1.820,40

A seguir será analisado o quadro do passivo não circulante. Vejamos:

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/cp/patrimonio/Doc-semm-Codigo-do-documento-e083d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ea>

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 10)		
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		
PESSOAL A PAGAR		
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR		
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		
FORNECEDORES A LONGO PRAZO		
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO		
PROVISOES A LONGO PRAZO		
PROVISAO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO		
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		
PROVISAO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO		
PROVISAO PARA RISCOS CIVEIS A LONGO PRAZO		
PROVISAO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO		
PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO		
OUTRAS PROVISOES A LONGO PRAZO		
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO		
RESULTADO DIFERIDO		
TOTAL DO PASSIVO	11.817,22	8.045,51

Nota 10) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: A entidade não apresentou obrigações de longo prazo ao final do exercício.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
RESERVAS DE CAPITAL		
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		
RESERVAS DE LUCROS		
DEMAIS RESERVAS		
RESULTADOS ACUMULADOS	3.339.366,63	2.205.156,53
SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	1.150.540,75	705.325,61
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.205.156,53	1.519.747,25
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(16.330,65)	(19.916,33)
SUPERAVITS OU DEFICITS RESULTANTES DE EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
LUCROS A DESTINAR DE EXERCICIOS ANTERIORES		
RESULTADOS APURADOS POR EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
(-) ACOES / COTAS EM TESOURARIA		
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)	3.339.366,63	2.205.156,53

Nota 11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perpez ao final do exercício o valor de R\$ 3.339.366,63. A seguir detalharemos o resultado:

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS (MCASP 9ª Edição p. 514)

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	2.205.156,53
Resultado do Exercício	1.150.540,75
Ajustes de exercícios anteriores	(16.330,65)
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.339.366,63

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes					
ATIVO FINANCEIRO (Nota 12)	353.186,55	366.630,58	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 14)	11.817,22	8.045,51
ATIVO PERMANENTE (Nota 13)	2.498.047,32	1.846.871,46	PASSIVO PERMANENTE		
SALDO PATRIMONIAL (Nota 15)				3.339.366,63	2.205.156,53

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DA PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Nota 12) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 853.136,53.

Nota 13) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 2.498.047,32.

Nota 14) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. Como não houve restos a pagar não processados até o fim do exercício, o valor dos passivos com atributo F (Financeiro) corresponde ao total do passivo financeiro, que é de R\$ 11.817,22.

Nota 15) SALDO PATRIMONIAL: O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 3.339.366,63, superavitário.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DA PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

<p>permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.</p>
<p>h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Foram lançadas na conta de ajustes de exercícios anteriores o valor de R\$ -16.330,65, decorrentes de despesas anteriores liquidadas no exercício.</p>
<p>h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Não houve no exercício bens recebidos por doação.</p>
<p>h.4. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.</p>
<p>h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.</p>
<p>h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.</p>
<p>h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão: Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.</p>
<p>h.8. Relação de Provisões e Passivos Contingentes: Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.</p>
<p>h.9. Informações de Passivos Contingentes: Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.</p>
<p>h.10. Perdas da Dívida Ativa: Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício.</p>
<p>h.11. Informações adicionais (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.</p>
<p>h.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC TSP 03 – Item 105): Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.</p>
<p>h.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC TSP 03 – Item 103): Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.</p>
<p>h.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 9ª Edição): Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.</p>
<p>h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado: Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.</p>
<p>h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.</p>
<p>h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.</p>
<p>h. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC TSP 01 – Item 106): Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.</p>
<p>h. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.</p>
<p>h. 20. Passivos Perdoados (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve passivos perdoados durante o exercício.</p>
<p>h. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC TSP 01 – Item 107): Não houve heranças, presentes ou doações durante o exercício.</p>
<p>h. 22. Ativos Contingentes (NBC TSP 03 – Item 105): Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.</p>

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DA
PETROLINA****Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

h. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC TSP 03 – Item 103): Não houve registro para esta entidade.
h. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT): Não houve teste de imparidade durante o exercício.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2018	Em andamento
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	Imediato	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)/ Secretário (a) de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DA PETROLINA**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2023	Não se aplica
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2023	Não se aplica
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)/ Secretário (a) de Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2021	Não se aplica
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Não se aplica
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor (a)	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR DE
PETROLINA****Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: e683d813-b6725-4e1b-b675-b4f702d540ca

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gestor (a)	Imediato	Concluído
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gestor (a)	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

PLÍNIO JOSÉ DE AMORIM NETO
Gestor**VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES**
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5

Secretaria Municipal de Educação,
Cultura e Esportes de Petrolina
Estado de Pernambuco



PETROLINA
PREFEITURA

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO,
CULTURA
E ESPORTES



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: e683d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ca

Balanço Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada

BPI
2022

Publicado em março de 2023



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: e883d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ea



BPI
2022

Balanço Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade

Publicado em março de 2023



APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial Individual (BPI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, conforme anexos XIX e XXII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização de referências cruzadas e das siglas "P" ou "F" relativo aos atributos "Permanente" e "Financeiro".

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O resultado patrimonial foi de R\$ 44.377.080,94 (superavitário). A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

ROSANE DA COSTA SANTOS
Gestora

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e683d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ea

BPI
2022

Balanço Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
SEDUC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PETROLINA
PERNAMBUCO
06.081.158/0001-10
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente
Acesse em: <https://etcbs.tce.pe.gov.br/portal/validarDocumento.aspx?CodigoDoDocumento=ee83d813-b725-4e1b-b675-b41702d540ca>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30.895.809,63	39.005.711,56	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CUR TO PRAZO	581.687,35	318.734,56
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	30.890.628,32	39.005.711,56	PESSOAL A PAGAR	259.449,32	255.350,00
CRÉDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	1.874,00	
CLIENTES			BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	255.350,00	255.350,00
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2.225,32	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	900,00	
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA			OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO			PROVISÕES A CURTO PRAZO		
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	5.181,31		PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO			PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO		
ESTOQUES			PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO		
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA			PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A CURTO PRAZO		
ATIVO NAO-CIRCULANTE			OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO		
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	321.338,03	63.306,56
CREDITOS A LONGO PRAZO			PASSIVO NAO-CIRCULANTE		
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER			OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		
CLIENTES			PESSOAL A PAGAR		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR		
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA			BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		
DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS			EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO			FORNECEDORES A LONGO PRAZO		
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO			PROVISOES A LONGO PRAZO		
ESTOQUES			PROVISAO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO		
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS			PROVISAO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO		
PARTICIPACOES PERMANENTES			PROVISAO PARA RISCOS CIVEIS A LONGO PRAZO		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL			PROVISAO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO			PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO		
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO			OUTRAS PROVISOES A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS DO RPPS - LONGO PRAZO			DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO		
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			RESULTADO DIFERIDO		
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS			TOTAL DO PASSIVO	581.687,35	318.734,56
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPACOES PERMANENTES					



MUNICÍPIO DE PETROLINA
SEDUC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PETROLINA
PERNAMBUCO
06.081.158/0001-10
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SHIRAZI ARAUJO DE MOURA PEREIRA, H. VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
 Acesse em: <https://etcvs.tce.pe.gov.br/epp/validarDocumentoEmCodigoDoc> e-mail: ee83d813-b725-4e1b-b675-b4702d540ca@tce.pe.gov.br

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Nota 12		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			RESERVAS DE CAPITAL		
IMOBILIZADO	Nota 5	66.722.158,78	15.370.571,60		
BENS MOVEIS		44.513.469,46	8.188.488,14		
BENS IMOVEIS		22.208.689,32	7.182.083,46		
(-) SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL PARA INVESTIMENTOS			RESERVAS DE LUCROS		
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS			DEMAIS RESERVAS		
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			RESULTADOS ACUMULADOS	97.107.577,65	54.057.548,60
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	44.377.080,94	56.244.518,56
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	54.057.548,60	(2.186.980,96)
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(1.327.051,89)	(2.186.980,96)
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			SUPERAVITS OU DEFICITS RESULTANTES DE EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			LUCROS A DESTINAR DE EXERCICIOS ANTERIORES		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO			RESULTADOS APURADOS POR EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS			(-) ACOES / COTAS EM TESOURARIA		
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMOVEIS			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	97.107.577,65	54.057.548,60
INTANGIVEL	Nota 6	71.296,59			
SOFTWARES					
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS		71.296,59			
DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - SOFTWARES					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATENTES					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - SOFTWARES					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - MARCAS, DIREITOS E PATENTES					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL -DIREITO DE USO					
DIFERIDO					
GASTOS DE IMPLANTAÇÃO E PRÉ-OPERACIONAIS					
GASTOS DE REORGANIZAÇÃO					
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA					
TOTAL		97.689.265,00	54.376.283,16	97.689.265,00	54.376.283,16



MUNICÍPIO DE PETROLINA
SEDUC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PETROLINA
PERNAMBUCO
06.081.158/0001-10
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURRÃO FILHO - VAIKIRIA ALVES CAVALLACANTI BIONES
Acesse em: <https://etcde.tee.pe.gov.br/ppp/validarDocumento.aspx?CodigoDoDocumento:ee83d813-b725-4e1b-b675-b4f702d540ca>

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO FINANCEIRO	Nota 13	30.895.809,63	39.005.711,56	PASSIVO FINANCEIRO	Nota 15	581.687,35	318.736,56
ATIVO PERMANENTE	Nota 14	66.793.455,37	15.370.571,60	PASSIVO PERMANENTE	Nota 16		
SALDO PATRIMONIAL					Nota 17	97.107.577,65	54.057.549,66

Quadro das Contas de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos Nota 18			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS			EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERE			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNE		
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
TOTAL			TOTAL		



MUNICÍPIO DE PETROLINA
SEDUC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PETROLINA
PERNAMBUCO
06.081.158/0001-10
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFÍCIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
N° PROCESSO	
DATA: ___/___/_____	



Documento Assinado Digitalmente por: SHYAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://pcc.ce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ee83d813-b725-4e1b-b675-b4f702d540ca

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIO
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	38.686.977,00
11110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	38.686.977,00
RECURSOS VINCULADOS		
TOTAL	0,00	38.686.977,00

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).
- Durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 3.2.3 à página 442 da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.3. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve registro de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

	Nota 1		
ATIVO CIRCULANTE		30.895.809,63	39.005.711,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Nota 2	30.890.628,32	39.005.711,56
CREDITOS A CURTO PRAZO			
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER			
CLIENTES			
CREDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER			
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA			
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO			
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	F Nota 3	5.181,31	
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO			
ESTOQUES			
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 30.895.809,63, compostos de caixa e equivalentes de caixa e créditos a curto prazo.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas no exercício somam R\$ 30.890.628,32.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Seduc – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Petrolina	4.657.640,88	26.232.987,44
Total	4.657.640,88	26.232.987,44

Nota 3) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Créditos a receber salário maternidade INSS	5.181,31	F

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://cetes.tce-pe.gov.br/cp/validarDocumento.aspx?documento=e83d813-6725-4c1b-b675-b4f702d54d0a>

	Subtotal	5.181,31	
	TOTAL	5.181,31	
ATIVO NAO-CIRCULANTE	Nota 4	66.793.455,37	15.370.571,60
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO			
CREDITOS A LONGO PRAZO			
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER			
CLIENTES			
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA			
DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA			
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO			
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO			
ESTOQUES			
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			
INVESTIMENTOS			
PARTICIPACOES PERMANENTES			
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL			
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO			
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO			
INVESTIMENTOS DO RPPS - LONGO PRAZO			
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPACOES PERMANENTES			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS - DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			
IMOBILIZADO	Nota 5	66.722.158,78	15.370.571,60
BENS MOVEIS		44.513.469,46	8.188.488,14
BENS IMOVEIS		22.208.689,32	7.182.083,46
(-) SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL PARA INVESTIMENTOS			
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS			
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			
(-) EXAUSTAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			
(-) AMORTIZACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			
(-) AMORTIZACÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMOVEIS			
INTANGIVEL	Nota 6	71.296,59	
SOFTWARES			
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS		71.296,59	
DIREITO DE USO DE IMOVEIS			
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA			
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - SOFTWARES			
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATENTES			
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - DIREITO DE USO DE IMOVEIS			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - SOFTWARES			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - MARCAS, DIREITOS E PATENTES			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL - DIREITO DE USO			
DIFERIDO			
GASTOS DE IMPLANTAÇÃO E PRÉ-OPERACIONAIS			
GASTOS DE REORGANIZAÇÃO			
(-) AMORTIZACÃO ACUMULADA			

Nota 4) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos por imobilizado e intangível totalizam R\$ 66.793.455,37.

Nota 5) IMOBILIZADO: O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 66.722.158,78. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Da mesma forma, não foram disponibilizadas as informações relativas a possíveis reavaliações de bens e teste de imparidade.

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Descrição	Valor (R\$)	
	2022	2021
Bens móveis	44.513.469,46	8.188.488,14
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(0,00)	(0,00)
Bens imóveis	22.208.689,32	7.182.083,46
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
Total	66.722.158,78	15.370.571,60

Nota 6) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível totalizam R\$ 71.296,59. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis

PASSIVO CIRCULANTE	Nota 7	581.687,35	318.734,56
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	Nota 8	259.449,32	255.350,00
PESSOAL A PAGAR		1.874,00	
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR			
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		255.350,00	255.350,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		2.225,32	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO			
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	Nota 9	900,00	
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO			
PROVISÕES A CURTO PRAZO			
PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO			
PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO			
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO			
PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO			
PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A CURTO PRAZO			
OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO			
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	Nota 10	321.338,03	63.384,56
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	Nota 11		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO			
PESSOAL A PAGAR			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR			
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR			
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR			
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO			
FORNECEDORES A LONGO PRAZO			
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO			
PROVISÕES A LONGO PRAZO			
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO			
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO			
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO			
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO			
PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO			
PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO			
OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO			
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO			
RESULTADO DIFERIDO			

Nota 7) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 581.687,35.

Nota 8 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 259.449,32.

Segregação dos passivos com os atributos "F" e "P":

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	1.874,00	F
Benefícios Assistenciais a Pagar	255.350,00	F

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validador-de-documento-e083d813-6725-4c1b-b675-b4f702d5440a>

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota 25	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL			
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL			
RESERVAS DE CAPITAL			
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL			
RESERVAS DE LUCROS			
DEMAIS RESERVAS			
RESULTADOS ACUMULADOS	97.107.577,65	54.057.548,60	
SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCÍCIO	44.377.080,94	56.244.533,56	
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	54.057.548,60		
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(1.327.051,89)	(2.186.984,96)	
SUPERAVITS OU DEFICITS RESULTANTES DE EXTINÇÃO, FUSÃO E CISÃO			
LUCROS A DESTINAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			
RESULTADOS APURADOS POR EXTINÇÃO, FUSÃO E CISÃO			
(-) AÇÕES / COTAS EM TESOUREARIA			
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	97.107.577,65	54.057.548,60	

Nota 12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 97.107.577,65. A seguir detalharemos o resultado:

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	54.057.548,60
Resultado do Exercício	44.377.080,94
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	97.107.577,65

ATIVO FINANCEIRO	Nota 13	30.895.809,63	39.005.711,56	PASSIVO FINANCEIRO	Nota 15	581.687,35	338.734,59
ATIVO PERMANENTE	Nota 14	66.793.455,37	15.270.871,00	PASSIVO PERMANENTE	Nota 16		
SALDO PATRIMONIAL					Nota 17	97.107.577,65	54.057.548,60

Nota 13) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 30.895.809,63.

Nota 14) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 66.793.455,37.

Nota 15) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) totalizou R\$ 581.687,35. Não há restos a pagar não processados a liquidar.

Nota 16) PASSIVO PERMANENTE: Não houve registro contábeis de passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) para esta entidade no exercício.

Nota 17) SALDO PATRIMONIAL: O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 97.105.577,65, superavitário.

Quadro das Contas de Compensações					
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Nota 18			Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS				EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS				EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERE				EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERE	
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS				EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS				EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	
TOTAL				TOTAL	

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Nota 18) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS E PASSIVOS: Não houve registro de atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturados no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos neste exercício para esta entidade.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022):

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Não houve no exercício bens recebidos por doação.
h.4. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.
h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.
h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 189/2022): Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.
h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão: Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.
h.8. Relação de Provisões e Passivos Contingentes: Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.
h.9. Informações de Passivos Contingentes: Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.
h.10. Perdas da Dívida Ativa: Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício.
h.11. Informações adicionais (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.
h.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC TSP 03 – Item 105): Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.
h.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC TSP 03 – Item 103): Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.
h.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 9ª Edição): Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.
h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado: Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.
h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.
h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.
h. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC TSP 01 – Item 106): Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.
h. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.
h. 20. Passivos Perdoados (NBC TSP 01 – Item 106): Não houve passivos perdoados durante o exercício.
h. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC TSP 01 – Item 107): Não houve registro de heranças, presentes e doações para esta entidade no exercício.
h. 22. Ativos Contingentes (NBC TSP 03 – Item 105): Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.
h. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC TSP 03 – Item 103): Não houve registro para esta entidade.
h. 24. TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT): Não houve teste de imparidade durante o exercício.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: https://tce.tcepe.gov.br/atividade/atividadeDoc.aspx?codigo_documento=pe83a813-6725-411b-b675-b4f792df40ca

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e683d813-b725-4e1b-b675-b4f702d540ca

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Não se aplica
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Não se aplica
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Não se aplica
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Não se aplica
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Não se aplica
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e683d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ca

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Não se aplica
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Não se aplica
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Não se aplica
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Não se aplica
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES DE PETROLINA**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Fazenda e Planejamento	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Não se aplica

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Rosane da Costa Santos
Gestora

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ep/validarDoc.seam> Código do documento: e883d813-6725-4e1b-b675-b4f702d540ca

Prefeitura Municipal de Petrolina
Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 36d965a4-18c2-4e63-bd09-10d1789d087c

Demonstração das Variações Patrimoniais Individuais

Demonstração Contábil Separada

DVPI
2022

Publicado em março de 2023



Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://ste.ice.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 36d965a4-18c2-4e63-bd09-10d11789d087c



DVPI
2022

Demonstração das Variações Patrimoniais Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade

Publicado em março de 2023



APRESENTAÇÃO

A Demonstração das Variações Patrimoniais Individual (DVPI) foi elaborada em conformidade com o Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 5, da Parte V, da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como pelas Instruções de Procedimento Contábeis (IPC) nº 05.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A Demonstração das Variações Patrimoniais Individual (DVPI), evidencia as alterações quantitativas verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária indicando o resultado patrimonial do exercício.

Integra-se ao demonstrativo as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

A Demonstração das Variações Patrimoniais do exercício, apresentou o resultado econômico de R\$ 175.131.290,14, (superavitário). A seguir será apresentada a demonstração das variações patrimoniais na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Prefeito

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5



Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 36d965a4-18c2-4e63-bd09-10d1789d087c

DVPI
2022

Demonstração das Variações Patrimoniais Individual

Demonstração Contábil Separada



MUNICÍPIO DE PETROLINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
PERNAMBUCO
10.358.190/0001-77
ANEXO XV - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: ___/___/___	

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://stece.tee.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 36d965a4-18c2-4e63-bd09-10d1789d087c

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (Nota 1)	807.465.019,19	680.816.919,48
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	200.061.616,40	248.629.920,02
IMPOSTOS	187.565.864,55	160.901.358,69
TAXAS	12.495.751,85	87.728.561,33
CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES	32.715.635,43	30.911.431,08
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO		
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	32.715.635,43	30.911.431,08
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	4.633.409,78	2.149.228,21
VENDA DE MERCADORIAS		
VENDA DE PRODUTOS		
EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.633.409,78	2.149.228,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	161.555.940,71	3.431.332,43
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA	145.227.268,38	610.824,31
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	773.418,74	2.595,61
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	15.555.253,59	2.817.912,51
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	399.214.584,54	375.956.414,65
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		1.700.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	398.170.165,90	371.934.905,09
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	1.044.418,64	2.321.509,56
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	7.786.433,75	18.095.910,09
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		
GANHOS COM ALIENAÇÃO		
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	7.786.433,75	18.095.910,09
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.497.398,58	1.642.683,00
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	10.944,22	4.946,51
SUBVENÇÕES ECONÓMICAS		
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.486.454,36	1.637.736,49
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (Nota 2)	632.333.729,05	507.919.594,52
PESSOAL E ENCARGOS	109.932.557,76	87.429.013,93
REMUNERACAO A PESSOAL	90.115.484,68	72.466.649,23
ENCARGOS PATRONAIS	19.817.073,08	14.962.364,70
BENEFICIOS A PESSOAL		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	11.827,64	41.269,20
APOSENTADORIAS E REFORMAS		
PENSOES		13.437,05
BENEFICIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		
BENEFICIOS EVENTUAIS		
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	11.827,64	27.832,15
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	142.917.935,35	103.052.501,91
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.681.872,82	2.858.536,54
SERVICOS	139.236.062,53	100.193.965,37
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	20.133.044,47	15.029.609,40
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	19.496.981,08	14.918.935,84
JUROS E ENCARGOS DE MORA	290.760,97	11.297,78
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	345.302,42	99.375,78
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	302.242.376,83	272.678.270,85
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	229.487.249,20	211.885.957,23



MUNICÍPIO DE PETROLINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
PERNAMBUCO
10.358.190/0001-77
ANEXO XV - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2022

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	
DATA: ___/___/___	

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://eccc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 36d965a4-18c2-4e63-bd09-10d1789d087c

TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	69.299.578,35	60.725.913,62
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	3.455.549,28	66.400,00
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		
DEVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	37.471.975,40	7.454.815,52
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	9.105.227,14	7.454.815,52
PERDAS COM ALIENACAO		
PERDAS INVOLUNTARIAS		
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	28.366.748,26	
TRIBUTARIAS	11.202.974,13	9.032.034,82
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUICOES	11.202.974,13	9.032.034,82
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS		
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS		
CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.421.037,47	13.202.078,89
PREMIACOES		
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES		
INCENTIVOS	278.433,34	2.007.000,00
SUBVENCOES ECONOMICAS		
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES		
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.142.604,13	11.195.078,89
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (Nota 3)	175.131.290,14	172.897.324,96

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 15 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Prefeitura Municipal de Petrolina (PMP)
a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
a.3. CNPJ: 10.358.190/0001-77.
a.4. Domicílio do órgão ou entidade: Avenida Guararapes, nº 2114 – Bairro: Centro – Cidade: Petrolina – Pernambuco – CEP: 56302-905.
a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Petrolina concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 05. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da Prefeitura Municipal de Petrolina (PMP).

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente da demonstração das variações patrimoniais, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2. Bases de mensuração utilizadas: <ul style="list-style-type: none">▪ Em conformidade com a NBC TSP nº 11, e alinhados a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o detalhamento das variações patrimoniais diminutivas (VPD) foram estruturadas por natureza, inexistindo legislação local que estabelece o critério por função.▪ Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.▪ As contas contábeis com o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) não foram excluídas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 3.2.3 à página 468 da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, quanto as demonstrações consolidadas.▪ A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.▪ A apuração do resultado patrimonial consistiu no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício.

Documento Assinado Digitalmente por: SIMAO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Asses em: https://tce.tce-pe.gov.br/tce-pe/atividade/pe-scsm/Codigo-do-documento-3669654-1862-463-bd09-10417894087e

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

- No quadro principal da DVP as contas de VPA e VPD foram detalhadas até o 3º nível do PCASP que trata de subgrupo, melhorando a qualidade da informação contábil.
- A soma das contas da VPA e VPD poderão constar acima ou embaixo de cada grupo de contas.
- A DVP foi elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP.
- Não houve compensações entre contas de VPA em relação a contas de VPD.
- Integram a VPA todas as receitas orçamentárias efetivas arrecadadas pelo município.
- Integram a VPD todas as despesas orçamentárias efetivas realizadas pelo município.
- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

b.3. Termos e Definições correlatas as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS:

Impostos, Taxas e Contribuições De Melhoria

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Contribuições

Compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos etc.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS:

Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Asses em: <https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validarDoc.aspx?Codigo-do-documento=3699554-R02-4663-bd09-10d1789d087e>

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Asses em: https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=366955a4-8e2-4e63-bd09-10d1789d087e

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (Nota 1)		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	807.465.019,19	680.816.919,48
IMPOSTOS	200.061.616,40	248.629.920,02
TAXAS	187.565.864,55	160.901.358,69
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	12.495.731,83	87.228.561,33
CONTRIBUIÇÕES	32.715.635,43	30.911.431,08
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO		
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	32.715.635,43	30.911.431,08
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	4.633.409,78	2.149.228,21
VENDA DE MERCADORIAS		
VENDA DE PRODUTOS		
EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.633.409,78	2.149.228,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	161.555.940,71	3.431.332,43
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA	145.227.268,38	610.824,31
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	773.418,74	2.595,61
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		
REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15.555.253,59	2.817.912,51
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	399.214.584,54	375.956.414,65
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		1.700.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTER. GOVERNAMENTAIS	398.170.165,90	371.934.905,09
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	1.044.418,64	2.321.509,56
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	7.786.433,75	18.095.910,09
REAVALIÇÃO DE ATIVOS		
GANHOS COM ALIENAÇÃO		
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	7.786.433,75	18.095.910,09
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.497.398,58	1.642.683,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	10.944,22	4.948,51
SUBVENÇÕES ECONÓMICAS		
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.486.454,36	1.637.736,49

Nota 1) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS: As variações patrimoniais aumentativas do exercício totalizaram R\$ 807.465.019,19.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (Nota 2)		
PESSOAL E ENCARGOS	109.932.557,76	87.429.013,93
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	90.115.484,63	72.466.649,23
ENCARGOS PATRONAIS	19.817.073,08	14.962.364,70
BENEFÍCIOS A PESSOAL		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	11.827,64	41.269,20
APOSENTADORIAS E REFORMAS		
PENSOES		13.437,05
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	11.827,64	27.832,15
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	142.917.935,35	103.052.501,91
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.681.872,82	2.858.536,54
SERVIÇOS	139.236.062,53	100.193.965,37
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	20.133.044,47	15.029.609,40
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	19.496.981,08	14.918.935,84
JUROS E ENCARGOS DE MORA	290.760,97	11.297,78
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	345.302,42	99.375,78
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	302.242.376,83	272.678.270,85
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	229.487.249,20	211.885.957,23

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Asses em: https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validarDoc.seam?codigo-do-documento=36696544-R82-463-bd09-10d17890087c

TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS	69.299.578,35	60.725.913,62
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.455.549,28	66.400,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	37.471.975,40	7.454.815,52
REAVALIÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	9.105.227,14	7.454.815,52
PERDAS COM ALIENAÇÃO		
PERDAS INVOLUNTÁRIAS		
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	28.366.748,26	
TRIBUTÁRIAS	11.202.974,13	9.032.034,82
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES	11.202.974,13	9.032.034,82
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS		
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS		
CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.421.037,47	13.202.078,89
PREMIAÇÕES		
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		
INCENTIVOS	278.433,34	2.007.000,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.142.604,13	11.195.078,89
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (Nota 3)	175.131.290,14	172.897.324,96

Nota 2) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS: As variações patrimoniais diminutivas do exercício totalizaram R\$ 632.333.729,05.

Nota 3) RESULTADO PATRIMONIAL NO PERÍODO: O resultado econômico do exercício foi de R\$ 175.131.290,14 (superavitário), o que mostra o quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.2.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este demonstrativo.

d.3.Demais informações:

Não houve durante o exercício, registro de passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos com interferência na DVP. Para este demonstrativo não houve durante o exercício, necessidade de divulgação de informações não financeiras decorrentes dos objetivos e políticas de gestão de risco financeiro e pressupostos de estimativas. A descrição de saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou de controle cambial, estão divulgadas no balanço financeiro, demonstração dos fluxos de caixa e balanço patrimonial, tendo em vista tal informação não constar na DVP. Da mesma forma, foi dado igual tratamento nas demonstrações citadas, para as informações correlatas a transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa ou informações relacionadas a ajustes de retenções.

e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO XIX E XXIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

e.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando as variações patrimoniais aumentativas (VPAS): Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Quanto as variações patrimoniais diminutivas (VPDS) o demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício,

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKÍRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Asses qm: https://tce.tce-pe.gov.br/cp/validador.aspx?codigo_documento=369965241R2-4673-bd09-10d1789d087c

além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

e.2. Itens mais relevantes que compõem a VPA e a VPD:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)		
Colocação/Relevância	Descrição da Natureza da Conta	Valor (R\$)
		2022
1º	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	398.170.165,90
2º	IMPOSTOS	187.565.864,55
3º	JUROS E ENCARGOS DE MORA	145.227.268,38

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)		
Colocação/Relevância	Descrição da Natureza da Conta	Valor (R\$)
		2022
1º	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	229.487.249,20
2º	SERVICOS	139.236.062,53
3º	REMUNERACAO A PESSOAL	90.115.484,68

e.3. VPA e VPD de Repasse a maior ou menor do FPM (Portaria STN nº 327/2001) PORTARIA NÃO ENCONTRADA:

Não houve registro de VPA ou VPD relevante, lançada em decorrência da Portaria STN nº 327/2001 para repasse a maior ou menor do FPM.

e.4. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:

Não houver ativos com interrupção de geração de caixa, bem como não foram evidenciados ativos que sofreram o teste de *impairment*.

e.5. Baixas de investimentos:

Não houve registro de baixas de investimentos.

e.6. Constituição ou reversão de provisões:

Não houve registro de reversões e provisões para esta entidade.

e.7. Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes da Execução Orçamentária do Exercício Atual:

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

A seguir consta tabela detalhada com as incorporações de ativos do exercício de 2022. Vejamos:

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	
Descrição	2022
Aquisição de bens móveis	2.327.594,29
Construção e aquisição de bens imóveis	45.160.306,57
Total	47.487.900,86

DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

A seguir consta em tabela o detalhamento das desincorporações de passivos do exercício de 2022. Vejamos:

DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	
Descrição	2022
Amortização da dívida pública	10.351.830,68
Amortização de precatórios	9.179.998,92
Outras desincorporações de passivos	2.786.594,68
Total	22.318.424,28

INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

As tomadas de empréstimos e outras incorporações de passivos constam na tabela a seguir. Vejamos:

INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	
Descrição	2022
Tomada de empréstimos	2.183.235,06
Total	2.183.235,06

DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

A seguir consta tabela com as desincorporações de ativos do exercício de 2022. Vejamos:

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 36d965a4-18c2-4e63-bd09-10d1789d087c

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	31/12/2019	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2021	Em Andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em Andamento
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	-	01/01/2020	Não se aplica
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	01/01/2022	Em Andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade



(De acordo com os Anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO, VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 36d965a4-18c2-4c63-bd09-10d1789d087c

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em Andamento
--	-------------------------------------	--------------------------------------	--	--------------

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	-	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento e Procuradoria	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária da Fazenda e Planejamento	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Prefeito

VALKIRIA ALVES CAVALCANTI BIONES
Contadora
CRC- PE Nº: 025935/O-5